





Mensagem da Diretoria Executiva

Destaques PP-2

Medida pela Di em 20

Medidas adotadas pela Diretoria Executiva em 2017

Destaques PPSP

22

Perfil dos participantes

23

Resultados da Petros em 2017

86

Parecer do Conselho Fiscal



MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2017 foi marcado por um amplo trabalho de aprimoramento da governança na Petros, o que incluiu uma extensa revisão e criação de procedimentos robustos, que busquem mitigar riscos e gerir de forma eficiente o patrimônio dos participantes.

Uma das principais conquistas foi termos conseguido uma evolução qualitativa muito relevante no balanço da Petros: no parecer da auditoria independente houve eliminação de todas as oito ressalvas apontadas no parecer do ano anterior. A única ressalva que consta agora é de comparabilidade, que não necessita de tratamento porque apenas chama atenção para a perda de comparabilidade com relação a

períodos anteriores. O fato de termos solucionado as não conformidades do ano anterior atesta que a Petros está em um outro patamar de governança corporativa.

Foi iniciado um processo de racionalização da carteira de investimentos do plano, que, aliado ao cenário econômico mais favorável no último ano, já refletiu nos resultados de 2017. Com isso, o PPSP registrou a melhor rentabilidade dos últimos cinco anos – 9,18% frente à meta atuarial de 8,97% – depois de sucessivos retornos abaixo da meta. Não obstante, o plano encerrou o ano com déficit, o que somente não teria ocorrido se a rentabilidade tivesse atingido 18,88%. Mais detalhes sobre o desempenho do PPSP e as medidas adotadas para conferir maior robustez e eficiência à gestão de seus ativos, de forma a adequá-la à dinâmica do passivo do plano, estão descritos nas páginas seguintes.

Já o Plano Petros-2 (PP-2) fechou 2017 com patrimônio de R\$ 17,9 bilhões, valor 22% superior ao do ano anterior, em função do recebimento das contribuições e da rentabilidade acima da meta atuarial – o plano registrou retorno de 10,24%, frente à meta de 8,82%.

As evoluções registradas em 2017 denotam o trabalho de aprimoramento da governança, para implantar uma cultura de resultados na gestão de investimentos, fortalecer a área de Seguridade e ganhar eficiência administrativa e financeira, objetivos que estamos perseguindo desde que assumimos a gestão, no final de 2016. Apenas para citar alguns exemplos, no âmbito das práticas de governança corporativa, a gestão de riscos e a conformidade foram aprimoradas com a criação de uma área de Controles Internos. Foi lançado um Programa de Integridade, com a adoção de mecanismos antifraude e de um Canal de Denúncia independente, e foi implementada uma política de

seleção de conselheiros em empresas investidas. A partir desta iniciativa, a Petros passará a ter 100% das indicações externas. Também foi lançado um Manual de Alçadas e Competências, que classifica, com clareza e transparência, os responsáveis pela tomada de decisão nos diversos níveis hierárquicos.

Foram revisados todos os processos de investimento, desinvestimento e monitoramento, criados normativos e aperfeiçoados os já existentes, adaptando-os às melhores práticas de mercado, a fim de aumentar a robustez e sofisticar a gestão dos recursos. Ao mesmo tempo, foram implementadas ferramentas para controles de risco, estabelecendo parâmetros de acordo com o perfil de cada plano. Em linha com o planejamento estratégico da Petros, foi instituída a cultura de gestora de ativos, com foco na obtenção de resultados e o objetivo de viabilizar uma gestão mais ativa das carteiras, tendo em vista o cenário de mercado esperado pelos times de investimento.

Na Seguridade, foi realizada uma bem-sucedida campanha de recadastramento nos planos PPSP e PP-2, que alcançou mais de 90% de adesão, sendo fundamental para a gestão dos planos. Ao mesmo tempo, foram revisados processos para aumentar a transparência e intensificado o trabalho de negociação com os patrocinadores e instituidores em busca do equilíbrio administrativo dos planos. Houve, ainda, reforço no relacionamento com os participantes, com aumento substancial das equipes do Call Center e do atendimento presencial.

O foco administrativo e financeiro é a busca constante de alternativas para fazer mais com menos. Seguindo essa diretriz de rigor no controle de despesas, foram implementadas medidas para reduzir custos. Além disso, foram estabelecidas ações para tornar mais ágeis os processos internos e ampliar a produtividade das equipes, ou seja, aumentar a eficiência. Para cumprir esse objetivo, foram colocadas em prática diversas ações, como o Plano de Contratação Petros,

ferramenta de gestão que permite planejar melhor os gastos da Fundação com serviços de terceiros, e um programa de renegociação e redução dos contratos vigentes. Em 2017, o orçamento para o ano seguinte foi construído pela metodologia Base Zero, contribuindo para implementar na Petros uma cultura de disciplina orçamentária. Além disso, um dos principais focos da área em 2017 foi a implantação do sistema de gestão administrativa (ERP), agendada para julho de 2018, que contribuirá para o aumento de eficiência e do controle na Fundação.

Em 2016, encerramos esta mensagem dizendo que ainda havia muito trabalho pela frente, e que os participantes podiam contar com todo o nosso esforço para honrar a missão de fortalecer a Petros, zelando pelo patrimônio e pela imagem da instituição. Cumprimos nosso compromisso com os avanços aqui apresentados e não temos dúvida de que seguimos com muito trabalho a ser feito. Temos confiança de que, com a manutenção desse trabalho, será possível conduzir a Petros ao seu lugar de destaque entre os fundos de pensão. E é isso que perseguimos incansavelmente.

ELIMINAÇÃO DAS RESSALVAS

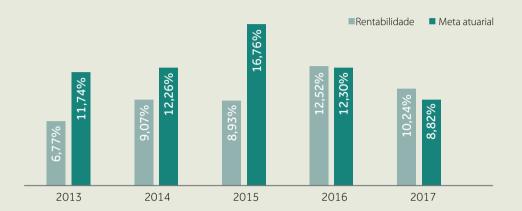
DA AUDITORIA **INDEPENDENTE** A partir de um amplo trabalho que envolveu toda a Fundação, foram eliminadas as oito ressalvas apontadas pela auditoria independente no balanço do ano anterior, atestando melhoria na qualidade da gestão.

A única ressalva que consta no parecer deste ano não necessita de tratamento, uma vez que apenas chama atenção para a perda de comparabilidade em decorrência de regularizações de períodos anteriores e, por isso, deixará de existir automaticamente nas próximas demonstrações financeiras.

Com isso, a Diretoria cumpriu o acordo firmado com o Conselho Deliberativo para tratamento individualizado de cada uma das não conformidades que motivaram as ressalvas no balanço de 2016, numa demonstração de alto grau de compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

PP-2: PATRIMÔNIO CRESCE 22% E CHEGA A R\$ 17,9 BILHÕES

O Plano Petros-2 (PP-2) fechou 2017 com patrimônio de R\$ 17,9 bilhões, valor 22% maior do que no ano anterior, em função do recebimento das contribuições e da rentabilidade superior à meta atuarial – o plano valorizou 10,24% frente à meta atuarial de 8,82%. Em função do bom desempenho, os investimentos registraram resultado líquido de R\$ 1,5 bilhão no ano. O superávit do exercício, de R\$ 185,7 milhões, representa um crescimento de 181% em relação ao do ano anterior, levando a um superávit acumulado de R\$ 303,9 milhões.



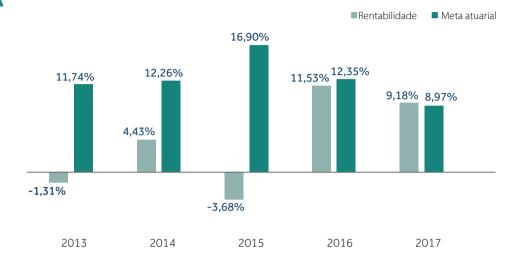
Do total dos investimentos, os títulos públicos de longo prazo, que representam 63% dos ativos, valorizaram R\$ 972 milhões. Em 2017, a participação da renda variável líquida na carteira foi ampliada em função da perspectiva da gestão com relação ao desempenho do mercado acionário. Com isso, as aplicações em ações líquidas subiram de 1,5%, em dezembro de 2016, para 7,5%, em dezembro de 2017. Esses ativos tiveram alta expressiva de 19,22% no período, impulsionando a renda variável, que encerrou o exercício com crescimento de 10,92%, o maior dos últimos cinco anos, e retorno líquido de R\$ 190 milhões.

Os investimentos estruturados também contribuíram para o resultado positivo, com destaque para o FIP Barcelona – Fundo de Investimento em Participações que investe no IRB Brasil Resseguros –, que valorizou 128,8% em 2017, equivalente a R\$ 135 milhões.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	ALOCAÇÃO	ALOCAÇÃO _	2017-2	021	
PARA O PP-2	DEZ/2016	DEZ/2017	% MÍNIMO	% MÁXIMO	% ALVO
Renda fixa	84%	82%	60%	100%	77%
Renda variável	7%	10%	-	20%	15%
Investimentos estruturados	2,5%	2%	-	4%	-
Investimentos no exterior	-	-	-	2%	1%
Imóveis	2,5%	2%	=	5%	3%
Empréstimos a participantes	4%	4%	2%	8%	4%

PPSP SUPERA META ATUARIAL EM 2017 E

ATINGE O MELHOR RESULTADO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS O ano de 2017 marcou o fim de sucessivas rentabilidades abaixo da meta atuarial registradas no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), de benefício definido, que teve valorização de 9,18% frente à meta atuarial de 8,97%. Este resultado é decorrente de um cenário econômico mais favorável, com desaceleração da inflação, queda de taxas de juros e recuperação do mercado de ações.



Apesar disso, o PPSP encerrou o ano com déficit decorrente do forte impacto do aumento das contingências judiciais (R\$ 1,8 bilhão) somado à atualização dos compromissos com o participante e ao fluxo previdenciário negativo, que contempla maior desembolso para pagamentos de benefícios do que recebimentos de contribuições, causando impacto de R\$ 7 bilhões no passivo do plano. Também impactou o resultado a revisão dos benefícios de participantes que estavam com sua renda (aposentadoria Petros + benefício INSS) limitada a 90% do teto do salário de participação, mecanismo que havia sido implantado para corrigir uma distorção criada nos tempos de hiperinflação. Essa revisão aumentou em R\$ 450 milhões os compromissos do plano, que também foi impactado por outras revisões de benefícios já programadas. Considerando o resultado líquido positivo de R\$ 4,5 bilhões nos investimentos, o déficit do plano no exercício foi de R\$ 4,3 bilhões. Para que não houvesse déficit, a rentabilidade do plano teria que ter atingido 18,88%, incompatível com o nível de risco definido para o plano em sua Política de Investimentos.



DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS É IMPULSIONADO

POR TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA VARIÁVFI

O destaque no desempenho dos investimentos em 2017 foi a valorização de 11,71% dos títulos públicos, que no fim do ano representavam 46% dos ativos do plano e tiveram retorno de R\$ 2,4 bilhões. O resultado também foi influenciado pela renda variável (ações negociadas em Bolsa, fundos de ações e participações em empresas), que atualmente corresponde a 22% dos recursos do PPSP e teve desempenho de 14,62%, o maior dos últimos oito anos.

O retorno de R\$ 1 bilhão obtido com a valorização de Itaúsa, em leilão realizado em dezembro de 2017, foi o principal destaque do segmento. A operação viabilizou a troca de ativos ilíquidos por uma cesta de investimentos mais adequados ao perfil do PPSP, seguindo as diretrizes da Política de Investimentos do plano. Contribuíram também para o resultado as reavaliações positivas da Norte Energia (R\$ 235 milhões) e da Litel (R\$ 186 milhões), veículo de participação na Vale, além de acordos de ressarcimento promovidos pelo Ministério Público, referentes a investimentos decididos no passado: FIP Enseada (Gradiente) e acordo de leniência da J&F.

Por outro lado, a desvalorização das ações da BRF impactou negativamente o resultado dos investimentos em R\$ 945 milhões. Houve ainda reavaliações negativas de ativos, como Invepar (-R\$ 201 milhões), e em imóveis (-R\$ 111 milhões), devido à retração da demanda do mercado imobiliário, principalmente no Rio de Janeiro.

PRINCIPAIS FATORES DE IMPACTO NO DÉFICIT DO PPSP NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ MILHÕES	5)
COMPROMISSOS COM O PARTICIPANTE E FLUXO PREVIDENCIÁRIO	- 7.071
Resultado do Fluxo Previdenciário (pagamentos de benefícios menos contribuições recebidas)	- 4.059
Atualização monetária	- 3.108
Alteração da premissa de taxa de juros* (5,85% para 5,70%)	- 1.600
Efeito da retirada do limitador de 90% do teto do salário de participantes com Remuneração Global	- 450
Outros impactos da avaliação atuarial	+ 1.164
Ajustes decorrentes de novas concessões	+ 982
INVESTIMENTOS	+ 4.521
Valorização/Desvalorização NTN (títulos públicos)	+ 2.415
Valorização e Venda de Itaúsa	+ 1.040
Acordo de Leniência J&F	+ 796
Avaliação Norte Energia (Usina de Belo Monte)	+ 235
Valorização Litel (Vale)	+ 186
Acordo Judicial FIP Enseada (Gradiente)	+ 38
BRF	- 945
Avaliação Invepar	- 201
Avaliação dos Investimentos Imobiliários	- 111
Resultado líquido dos demais investimentos	+ 1.068
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	
Acréscimos nas provisões	- 1.822
TOTAL (resultado no exercício de 2017)	- 4.372
Plano de equacionamento (provisões matemáticas a constituir)	+ 27.281
Variação do Resultados a Realizar	-120
Resultado acumulado em 2016	- 26.787
RESULTADO ACUMULADO EM 2017	- 3.998

^{*}Corresponde à taxa de desconto empregada para dimensionar o valor presente dos compromissos futuros (pagamento de benefícios). É fundamental para calcular o passivo do plano e estabelecer a meta atuarial a ser perseguida para o plano honrar seus compromissos

MEDIDAS PARA **BUSCAR MAIOR ADERÊNCIA AO PASSIVO DO PPSP**

O ano de 2017 marcou o início da "racionalização" da carteira do PPSP, para adequar a alocação de ativos à dinâmica do passivo de um plano maduro, que tem maior volume de pagamento de benefícios do que de recebimento de contribuições. A gestão vem conferindo maior flexibilidade para os investimentos, para que o plano possa capturar eventuais movimentos favoráveis de taxas de juros e se tornar menos vulnerável ao desempenho de posições de baixa liquidez.

Ao longo do ano passado, houve um movimento significativo de redução da carteira de participações em empresas (renda variável de longo prazo), em linha com a Política de Investimentos do plano. A partir deste trabalho, foi possível reduzir de 48% para 36% a participação de ativos com liquidez restrita. Ao mesmo tempo, cresceu de 52% para 64% a fatia que representa os ativos com maior liquidez.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ALOCAÇÃO ALOCAÇÃ		ALOCAÇÃO .		- %	
PARA O PPSP	DEZ/2016	DEZ/2017	% MÍNIMO	% MÁXIMO	ALVO
Renda fixa	48%	62%	40%	75%	71%
Renda variável	34%	23%	10%	35%	20%
Investimentos estruturados	5%	3%	-	7%	-
Imóveis	8%	8%	4%	8%	5%
Empréstimos a participantes	5%	4%	2%	8%	4%

RESULTADO DE 2017 JÁ CONSIDERA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ACUMULADO EM 2015

O resultado do PPSP em 2017 já considera o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) acumulado até 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em setembro de 2017 e que recebeu parecer favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) em janeiro de 2018. Considerando-se o equacionamento, o déficit foi ajustado para R\$ 3,9 bilhões. Como o valor está dentro do limite de tolerância permitido pela legislação, não há necessidade de elaboração de novo plano de equacionamento referente ao resultado de 2017, cumprindo, assim, uma das condições estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Petros e a Previc, referente ao equacionamento do PPSP.

Os times da Petros conduzem a gestão com as mais absolutas diligência e transparência, cumprindo com rigor as exigências legais e as responsabilidades estatuárias. Especificamente em relação à elaboração e à implementação do plano de equacionamento do déficit do PPSP, foi realizado um grande esforço para tentar mitigar o máximo possível impactos adversos para os participantes.

Logo que assumiu a gestão da Petros, no fim de 2016, a Diretoria endereçou consulta à Previc questionando se o plano de equacionamento do PPSP deveria aguardar a conclusão do processo de cisão, tendo recebido como resposta a orientação de que o equacionamento precisaria seguir independentemente do tratamento de outras questões, como a cisão, estarem ocorrendo.

Em novembro de 2016, houve a tentativa de extensão do prazo de pagamento do equacionamento para além dos 18 anos previstos na legislação. A Diretoria negociou com a Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a Anapar – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e o representante dos patrocinadores no CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar a apresentação àquele colegiado de uma proposta de ampliação do prazo para pagamento do equacionamento de uma vez e meia a *duration* do plano (18 anos) para até três vezes (36 anos). Essa proposta foi apresentada por essas entidades ao CNPC em 17 de novembro de 2016 e rejeitada por 6 votos a 3.

Em janeiro de 2017, foi solicitada à Previc uma extensão do prazo para apresentar o plano de equacionamento do PPSP, uma vez que a composição da Diretoria era recente e os novos dirigentes necessitavam de maior prazo para analisar criteriosamente os diversos cenários e estudos existentes. Foi solicitada à Previc a realização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual ficou definido todo o cronograma de elaboração, aprovação e implementação do plano. Ainda na ocasião das tratativas para firmar o TAC, foi proposto à Previc que o plano de equacionamento pudesse considerar a cobrança do déficit a partir da divisão entre as causas estruturais e conjunturais. Desta forma, o valor decorrente das causas estruturais seria incorporado às contribuições regulares, enquanto as contribuições extraordinárias seriam calculadas exclusivamente com base no valor decorrente das causas conjunturais. Como resultado, esperava-se menor impacto no rendimento dos participantes, já que a parte do valor correspondente às causas estruturais seria diluída em mais de 18 anos. A Previc autorizou somente a postergação do prazo para definição do plano de equacionamento, uma vez que essa alteração da forma de equacionamento estava além da sua alçada.

O TAC em vigência foi assinado pela Previc, Conselho Deliberativo da Petros e Diretoria Executiva da Fundação em 26 de maio de 2017. Da parte do Conselho, assinaram o documento todos os membros do colegiado, titulares e suplentes – tanto os indicados pela patrocinadora quanto os eleitos pelos participantes. Em 19 de junho de 2017, a Previc publicou o TAC no Diário Oficial da União (DOU). Com isso, a Diretoria teve 30 dias para apresentar ao Conselho Deliberativo da Petros as possibilidades de cálculos para o equacionamento do déficit do PPSP.

Seguindo o compromisso firmado no TAC com o objetivo de que o valor a ser equacionado fosse o suficiente para mitigar o risco de novos equacionamentos em anos subsequentes, promovendo maior estabilidade ao plano, o Conselho Deliberativo chegou à conclusão que equacionar pelo valor integral, com as devidas atualizações, seria a condição menos onerosa para os participantes no longo prazo. Esta conclusão decorre da análise de simulações e cálculos apresentados pelos atuários da Petros e consultorias externas especializadas. Em seguida, o PED foi encaminhado às patrocinadoras, que o submeteram à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para avaliação, seguindo os prazos estabelecidos no TAC e os ditames legais.

Considerando que o parecer originalmente enviado pela Sest aos patrocinadores indicou a necessidade de cumprimento de algumas condicionantes, no dia 30 de janeiro de 2018 a Petrobras comunicou à Petros que todas as condicionantes haviam sido cumpridas. Comunicado com teor semelhante foi realizado pela Petrobras Distribuidora no dia seguinte. A partir desse momento, o PED estava aprovado e a Petros, obrigada a promover as cobranças em até 60 dias. Com isso, mesmo estando habilitada a iniciar a cobrança das contribuições extraordinárias já em fevereiro de 2018, a Fundação decidiu efetuar a cobrança a partir do contracheque de março, para que os participantes pudessem ser amplamente comunicados, conforme vem ocorrendo.

MEDIDAS ADOTADAS

PELA DIRETORIA
EXECUTIVA EM 2017

Aprimoramento da Governança

Ao longo de todo o ano de 2017, foi desenvolvido um amplo trabalho de aprimoramento da governança corporativa na Petros. O primeiro passo foi a realização de um profundo diagnóstico dos principais desafios que a Fundação precisava enfrentar para tornar a gestão mais eficiente e garantir a sustentabilidade do negócio. Foi, então, apresentado o Planejamento Estratégico a partir de cinco grandes metas: aperfeiçoar as práticas de governança corporativa, desenvolver uma cultura de gestora de ativos, promover ganhos de eficiência, aperfeiçoar a política de relacionamento e aumentar a confiabilidade e a sustentabilidade na área de seguridade.

Uma das primeiras medidas foi aprimorar a gestão de riscos e conformidade através da implantação da área de Controles Internos. A partir da adoção de uma série de ferramentas e mecanismos, a Petros vem realizando avaliações formais e periódicas da natureza e extensão dos potenciais riscos internos e externos, levando em consideração, entre outros aspectos, a probabilidade de ocorrência e o impacto em suas operações quanto a uma eventual materialização de riscos. Destacam-se os riscos de fraudes, corrupção, lavagem de dinheiro, bem como processos ligados a contratos e riscos relacionados a investimentos.

Também foi conduzido um amplo trabalho para otimizar e normatizar os processos, contribuindo para o aprimoramento da gestão de riscos e conformidade. Foi elaborada uma nova Política de Risco Operacional, Controles Internos e Conformidade, que estabelece as diretrizes para o trabalho de identificação dos riscos legais e operacionais aos quais a Fundação está exposta, adotando uma Metodologia de Avaliação de Controles Internos e Avaliação de Aderência à Legislação, baseada nas melhores práticas do mercado. Além disso, foi adotado o modelo de gestão de riscos operacionais estruturado no conceito de Três Linhas de Defesa, seguindo posicionamento do The Institute of Internal Auditors (IIA) para um gerenciamento eficaz de riscos e controles.

AS TRÊS LINHAS DE DEFESA PARA CONTROLES INTERNOS NA PETROS

1a LINHA DE DEFESA

2a LINHA DE DEFESA

3a LINHA DE DEFESA

GESTÃO OPERACIONAL

Composta pelos órgãos gestores da Petros, responsáveis diretamente pelo gerenciamento dos riscos, controles internos, processos e normativos sob sua responsabilidade.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Representada pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, que atua na gestão integrada de riscos e controles, avaliando a adequação e efetividade do Sistema de Controles Internos e a exposição aos riscos operacionais e legais.

AUDITORIA INTERNA

Constituída pela Auditoria Interna, que promove avaliação independente da governança e dos controles internos, com vistas à otimização dos processos e ao alcance dos objetivos da entidade. Em linha com o movimento de grandes empresas, as quais têm investido cada vez mais em iniciativas para prevenir, detectar e corrigir desvios éticos, foi elaborado um consistente Programa de Integridade, que reúne um conjunto de políticas e medidas que visam proteger a Fundação de práticas ilícitas e irregularidades que possam colocar em risco o patrimônio dos participantes e a imagem da entidade. Esta ação está em consonância com a Lei Anticorrupção.

Fazem parte do Programa de Integridade um Canal de Denúncia independente, ferramenta para recebimento de denúncias de fraude, corrupção e violência no trabalho, entre outras práticas ilícitas e irregularidades que violem as normas internas ou externas, com gestão da Ouvidoria e administração feita por uma empresa especializada e independente, para garantir anonimato e sigilo absolutos; o Código de Condutas Éticas, que passou por ampla revisão e ganhou uma linguagem mais direta e novos princípios e valores éticos, como sigilo e segurança da informação e conflito de interesses; e uma série de políticas específicas e normativos, como a Política de Conflito de Interesses, que estabelece princípios para proteger a Fundação de potenciais situações que possam envolver seus colaboradores e impactar negativamente a entidade.

Área diretamente ligada à Presidência, a Secretaria Executiva foi reestruturada, com a criação de dois novos setores, o que conferiu um perfil mais estratégico ao órgão, fortalecendo a segurança da informação e reforçando sua atuação como instância de governança corporativa da Petros. O Setor de Governança tem a função de propor e coordenar práticas de governança, assegurando o fluxo adequado de informações e documentos, prestando suporte ao processo de tomada de decisão dos Colegiados e promovendo a integração entre os órgãos e agentes externos. Já o Setor de Segurança Informacional é responsável pelo fluxo, guarda e acesso às informações da Petros, mantendo a integridade e a segurança do patrimônio documental, de forma confiável, segura e contínua, seguindo as melhores práticas de mercado e a legislação vigente.

Em mais uma iniciativa para o aprimoramento da governança, foi lançado o Manual de Alçadas e Competências, que, ao classificar com clareza e transparência os responsáveis pela tomada de decisão nos diversos níveis hierárquicos, garante o *compliance* e reduz os custos de sua aplicação. O documento é um marco para a Petros, na medida em que reúne os limites de atuação de todas as áreas e suas respectivas competências. Com o objetivo de diminuir os riscos em questões envolvendo valores, o manual estipula os envolvidos no processo de tomada de decisão, compartilhando responsabilidades e aumentando as críticas às análises de investimento.

A Ouvidoria também passou por uma reformulação no escopo de atuação. O órgão deixou de ser apenas uma instância recursal de atendimento aos participantes para tratar manifestações relacionadas à atuação da Petros, inclusive denúncias, tanto do público interno quanto externo, com independência, isenção e confidencialidade. Neste novo contexto, o principal papel do órgão é buscar, em parceria com todas as áreas da Petros, soluções para demandas legítimas, contribuindo para a melhoria dos processos internos e a transparência, além de fortalecer a governança e empoderar os públicos que se relacionam com a Fundação.

Também estão em curso aprimoramentos no Estatuto Social, para deixar o documento mais aderente às normas de governança da Fundação e atender a determinações da Previc. Houve, ainda, alteração na regra para encaminhar propostas para o Conselho Deliberativo (CD). Para ser incluída na pauta, a proposta precisa do aval de três conselheiros, ou metade do colegiado, composto por seis integrantes. Agora, além do presidente do CD e do presidente da Petros, que já tinham a prerrogativa de enviar propostas, a Diretoria Executiva também passou a poder

incluir temas na pauta das reuniões do CD. O Estatuto também ampliou a atuação do Conselho Fiscal, deixando mais clara sua competência para fiscalizar as operações financeiras e atos praticados pelos órgãos administrativos da Fundação.

A Diretoria intensificou o trabalho de apuração interna em busca da responsabilização e recuperação de recursos que, no passado, podem ter sido destinados a investimentos cujos processos decisórios apresentem vício ou deficiência. Como parte das medidas, foram constituídas novas Comissões Internas de Apuração e deu-se prosseguimento às já existentes, para averiguar eventuais irregularidades em investimentos decididos no passado. Os resultados das apurações internas são encaminhados às autoridades competentes para eventual aprofundamento das investigações e responsabilização, sequindo o procedimento de colaboração adotado pela Diretoria Executiva desde o início das investigações sobre investimentos dos fundos de pensão.

Como resultado do trabalho de investigação interna, a Petros também solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a abertura de processos administrativos para investigar eventual atuação irregular de alguns administradores e gestores de fundos estruturados. Além disso, está em andamento, com o suporte de um escritório de advocacia especializado, a análise sobre a atuação de ex-dirigentes em eventuais prejuízos gerados à Fundação durante os seus mandatos. Sempre que verificado o vínculo entre a atuação e o prejuízo ou a não conformidade, a Petros ingressará com processos de responsabilização de ex-dirigentes no intuito de buscar ressarcimento para a Fundação e de defender a imagem da instituição. O trabalho da Auditoria Interna foi fortalecido com a criação do Comitê de Condutas Éticas e Gestão de Comissões Internas de Investigações (CIAs) – Comceg, o que tem como função constituir e coordenar as atividades das CIAs, que até aqui era atribuição exclusiva da Diretoria. O objetivo é estabelecer práticas de monitoramento que assegurem a pronta interrupção de irregularidades e infrações, caso venham a ser detectadas, e remediação dos danos que eventualmente tenham sido gerados. Cabe ainda ao Comceg dar execução ao Código de Condutas Éticas, assim como propor a atualização e o aperfeiçoamento do documento. Também houve o aprimoramento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), separando as atividades tradicionais de auditoria das voltadas a fraudes, de forma a aumentar a prevenção com novos controles de riscos e medidas antifraude. Visando à capacitação da área para tratamento das CIAs, foram oferecidos à equipe cursos de auditoria forense.

Por entender que a transparência é um pilar essencial de gestão, a Petros implementou uma série de medidas para aumentar a prestação de contas aos órgãos de controle e, principalmente, aos participantes, facilitando o acesso a informações, decisões importantes e gestão dos investimentos. Entre os mecanismos e ferramentas colocadas em prática destacam-se o Boletim de Resultados e o Relatório de Atividades mensais separados por plano (PPSP e PP-2); as apresentações de resultados ao vivo pela Internet; a elaboração de um hotsite exclusivo sobre o plano de equacionamento do PPSP; a realização de debates eleitorais para embasar a escolha de representantes dos participantes para os conselhos Deliberativo e Fiscal; a aproximação com entidades de classe, por meio de reuniões da Diretoria Executiva com seus dirigentes; a agenda com reguladores e fiscalizadores; e a participação em eventos voltados ao desenvolvimento do setor de previdência complementar, nos quais a Petros vem assumindo papel de protagonista.

Maior robustez na gestão de recursos

Em 2017, foi implantada uma série de mudanças da área de investimentos, em linha com o Planejamento Estratégico da Fundação, por meio da iniciativa "Implantar Cultura de Gestora de Ativos", que implica fundamentalmente em disciplina na gestão e foco em resultados. Foi realizado um amplo trabalho de revisão de 15 normativos e procedimentos, com o objetivo de tornar mais robustos e transparentes os processos de investir, desinvestir e monitorar, adotando-se as melhores práticas de mercado e permitindo uma atuação efetiva na gestão das carteiras.

Entre as mudanças, destacam-se os ajustes promovidos nas regras para a gestão de ativos, em sintonia com o novo escopo de atuação dos comitês de Investimentos, que tiveram suas atribuições revisadas em abril de 2017. Além da sofisticação das estratégias de gestão de ativos, houve uma preocupação em aumentar a interação entre as diferentes áreas da Diretoria de Investimentos, de Risco e Jurídico, tornando a relação entre essas áreas mais fluida e intensa. Houve também mudança no layout do ambiente destinado à Diretoria de Investimentos, facilitando a integração entre os profissionais e servindo de piloto para outras diretorias.

A Petros também conta com a expertise de gestores externos na busca dos melhores resultados para os investimentos. Para fazer isso de forma profissional, foi elaborada uma nova política de seleção de gestores terceirizados de fundos de investimentos em ações, baseada em critérios quantitativos e qualitativos, operacionalizada por uma área externa à de investimentos. Com base em informações disponibilizadas pela CVM, foram instituídos filtros para analisar o universo de fundos e, assim, fazer uma primeira seleção quantitativa a partir de aspectos aderentes à Política de Investimento da Fundação. A nova política também estabeleceu regras para acompanhamento e avaliação da performance dos fundos terceirizados. O processo de seleção também envolve as áreas de Compliance e Jurídico das gestoras, do administrador e da Petros. Neste último caso, a Gerência de Risco, Conformidade e Controles Internos da Fundação realiza due dilligences em cada gestor selecionado e tem poder de veto.

Em abril de 2017, a Petros implementou uma nova política para seleção de conselheiros de administração e fiscais em empresas nas quais a Petros tem participação relevante, que tem como foco atrair especialistas de mercado, valorizando a experiência profissional e a independência. As novas regras tiveram como benchmark as melhores práticas e experiências de grandes empresas e fundos de pensão, resultando em um formato exclusivo no setor. Além da pontuação de critérios de avaliação, como formação acadêmica, especialização, qualificação profissional e certificações, também são consideradas a experiência executiva em grandes companhias e a participação em conselhos de empresas de grande porte. As novas regras estabelecem, ainda, limite de dois assentos por conselheiro, no caso dos titulares, para possibilitar maior dedicação à função na empresa investida. Um ano depois da implementação da política, a Petros atingiu a meta de indicar 100% de conselheiros externos para os 22 assentos nas empresas em que tem participação relevante, possibilitando atuação ainda mais eficaz no sentido de gerar valor para os investimentos da Fundação e evitando o potencial conflito de interesses decorrente da presença de membros da gestão da Petros nesses conselhos.

A Petros dispõe de normativos internos que impelem disciplina à gestão na busca das melhores oportunidades de negócios. São realizadas análises econômico-financeiras das empresas investidas, pelas quais são avaliados o potencial de valorização do ativo e se há uma oportunidade de desinvestimento a um preço justo, para redirecionar os recursos para oportunidades que apresentem melhor relação risco/retorno, atendendo às diretrizes da política de Investimentos. Em seguida, a tese de investimento ou desinvestimento segue a governança definida nas alçadas estabelecidas no Manual Petros de Alçadas e Competências.

A carteira de renda variável da Petros tinha uma composição muito concentrada em participações em empresas, formada por ativos com liquidez restrita. Essa composição limitava a atuação da gestão, tornando o resultado pouco aderente ao benchmark da carteira e às características do passivo. Em 2016 e 2017, a renda variável da Petros registrou, respectivamente, valorização de 5,5% e 13,4%, ficando bem abaixo do Ibovespa (38,94% e 26,86%), principalmente, devido à queda no valor das ações sem negociação em Bolsa e dos papéis de BRF, um ativo que, em dezembro de 2017, representava 25% da carteira de renda variável da Petros.

Entre as medidas adotadas ao longo de 2017, foi realizado um movimento significativo de redução da carteira de participações e outros ativos com liquidez restrita, em linha com a Política de Investimentos. A partir deste trabalho, foi possível reduzir no PPSP, por exemplo, a participação de ativos com liquidez restrita de 48% para 36%. Ao mesmo tempo, cresceu de 52% para 64% a fatia que representa os ativos com maior liquidez, como requerido em um plano maduro, que paga muito mais benefícios do que arrecada em contribuições.

Com base nestes procedimentos internos, a Fundação realizou alienações integrais em posições relevantes, como Itaúsa e Iguatemi, importantes desinvestimentos para proporcionar flexibilidade à gestão da Fundação, principalmente no PPSP. Também em dezembro de 2017 foi realizado o desinvestimento no FIP Florestal, que possibilitou auferir rentabilidade de aproximadamente 160% desde o início do investimento, em 2009, em linha com a meta atuarial do período (159,64%), e o triplo do resultado do Ibovespa, referencial para a renda variável. Ainda em 2017, houve a alienação de 100% das ações que a Petros detinha na CPFL Energia, por meio do FIA Energia São Paulo, com rentabilidade em linha com a meta atuarial do período, sendo que em 2017 o retorno neste ativo foi de aproximadamente 11%.

O desinvestimento em Itaúsa, por meio de leilão na B3, e de demais ativos de liquidez restrita faz parte da "racionalização" para adequar a gestão dos ativos à dinâmica do passivo do PPSP. Também analisando os mais recentes leilões, é possível verificar que a variação média entre os preços das operações e o preço de fechamento do dia anterior, excluindo o lote de Itaúsa, é de -0,92%. Já o leilão de Itaúsa ocorreu com valorização de 2,94% frente ao preço de fechamento da ação no dia anterior, o que é um destaque positivo da operação.

A realização da operação via *block trade* foi fundamental para a conclusão da operação, uma vez que, conforme apontou estudo interno, não haveria liquidez suficiente para alienação da posição da Petros em condições normais de mercado. Consideran-

do um volume diário médio negociado nos 42 pregões anteriores à data da análise (novembro/2017), seriam necessários 33.422 dias (132 anos), negociando 15% do volume diário de modo a não impactar o preço, para vender toda a posição.

A experiência adquirida evidencia o quanto é fundamental que as teses de investimentos sejam constantemente monitoradas para que se possa adotar uma gestão mais ativa das carteiras, aproveitando janelas de oportunidade. Para exemplificar, as ações da BRF, um ativo que a Petros possui em carteira desde 1996, renderam, até o primeiro semestre de 2015, aproximadamente R\$ 4 bilhões acima da meta atuarial para o período. A situação do ativo nesse período se mostrou claramente uma oportunidade para uma operação de desinvestimento, o que seria totalmente compatível com a necessidade de liquidez para o PPSP. Essa oportunidade foi desperdiçada e hoje já não existe mais.

Em 2017, também houve evolução da governança na gestão da carteira de crédito privado, com a criação da primeira Norma de Gestão de Crédito Privado, que estabelece as diretrizes e os limites de risco para a gestão da carteira. Foram estabelecidos limites de alocações por faixa de rating das companhias, setor de atuação, prazo de vencimento dos papéis, emissor e emissão. O objetivo é aumentar a diversificação da carteira e buscar a superação da meta atuarial dentro dos limites de risco definidos na Política de Investimentos. Ao longo de 2017, por exemplo, o número de emissores de debêntures na carteira passou de sete para 13, indicando aumento de diversificação.

Especificamente sobre a carteira de Investimentos Estruturados, que é composta por 25 Fundos de Investimentos em Participações – FIPs (Private Equity & Venture Capital), 14 sofreram provisionamentos em seus ativos. No total, os investimentos nestes FIPs somaram R\$ 2,481 bilhões e, em 2017, representavam R\$ 518,8 milhões em carteira, resultando em uma perda de R\$ 1,9 bilhão ou cerca de 79%. Quando ponderadas ao percentual de participação da Petros em cada FIP, as perdas se traduzem em cerca de R\$ 432 milhões. A dimensão dos provisionamentos pode ser explicada por uma junção de fatores como má condução na gestão do fundo, das companhias investidas e condições adversas de mercado, seja no âmbito micro ou macroeconômico. Como cotista, a Petros não possui ingerência direta na gestão das companhias investidas. Por outro lado, possui ingerência direta na escolha da gestão do fundo. Neste aspecto, vale destacar que em 10 dos 25 FIPs em carteira já ocorreram substituições de gestores. Tais movimentos são um reflexo do aumento da diligência e da busca de gestores capacitados, que minimizem os prejuízos causados nesse segmento.

A recessão que atingiu o mercado de ativos imobiliários a partir de 2013, com excesso de oferta, queda dos preços e aumento da vacância, foi refletida na performance da carteira de imóveis da Petros nos últimos anos. O desempenho do mercado imobiliário teve forte impacto da conjuntura em 2017, em particular do Rio de Janeiro, onde a crise no segmento corporativo teve reflexos mais severos, devido, principalmente, ao setor de óleo e gás e à própria crise das finanças do Estado. A vacância da carteira de imóveis da Petros no final de 2017 era de 35%, sendo que os imóveis localizados no Rio de Janeiro representam 16% desta carteira.

As mudanças implementadas na gestão dos investimentos vêm proporcionando maior exposição qualificada para a Petros na imprensa, sobretudo nos espaços dedicados à Economia e Finanças, contribuindo para o resgate da reputação da Fundação como um importante investidor institucional. Além disso, a Petros vem se mostrando no mercado financeiro e de capitais como um gestor qualificado, seja na construção de cenários macroeconômicos utilizados para balizar as estratégias de investimentos, seja no processo decisório de alocação de recursos. A partir deste trabalho em 2017, a Fundação obteve ampla assertividade na projeção de indicadores econômicos, conquistando o primeiro lugar do Ranking TOP 5 do Banco Central para IPCA de curto prazo anual.

Ao longo de 2017, a Petros se preparou para aderir, no início de 2018, ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que reúne diretrizes e obrigações para o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos das entidades, contribuindo para que os processos de decisão sejam mais seguros e confiáveis. Com a adesão, a Petros declara estar alinhada às exigências estabelecidas no documento e se compromete a cumprir todos os princípios. A Petros também manifestou interesse em obter o Selo da Abrapp.



Fortalecimento da área de Seguridade

A Diretoria Executiva assumiu a gestão da Petros com a missão de enfrentar o grande desafio de colocar em prática o plano de equacionamento do déficit do PPSP, processo que se estendeu ao longo de 2017 na tentativa de buscar alternativas que pudessem mitigar o impacto para os participantes, conforme relatado nas páginas 10 e 11.

Em meio a este desafio, em julho de 2017 também foi lançada uma ampla campanha de recadastramento envolvendo cerca de 105 mil participantes do PPSP e do PP-2. Esta iniciativa fundamental para a gestão dos planos não era realizada há cinco anos. Pela primeira vez, toda a estruturação da campanha de atualização de dados dos participantes foi feita internamente, mobilizando diversas áreas da Fundação. A maior parte do processo, que foi realizado em etapas distintas para ativos e aposentados, ocorreu pela internet. Para conscientizar os participantes sobre a importância do recadastramento, a Fundação preparou uma ampla campanha de comunicação, com informações ágeis e específicas para cada grupo. O recadastramento teve adesão de 90% do público-alvo. Entre os aposentados, 93% aderiram e, entre os ativos, 86% atualizaram seus dados.

Em função do aumento da demanda gerada pela campanha de recadastramento e pela aprovação do plano de equacionamento do PPSP, a Diretoria implementou uma série de medidas para ampliar e reforçar o atendimento aos participantes. Uma delas foi transferir o atendimento presencial do Rio de Janeiro do edifício-sede para um espaço maior, também no Centro do Rio. Com isso, foi possível maio que dobrar a equipe e oferecer maior conforto aos participantes. O número de atendentes do Call Center, que é hoje o principal canal de atendimento da Petros, também foi ampliado para acompanhar o aumento da procura e assegurar que as dúvidas dos participantes fossem respondidas com mais agilidade.

Também foi elaborada em 2017 uma proposta de reestruturação do custeio administrativo para buscar o equilíbrio financeiro dos planos de benefícios administrados pela Petros, em linha com o Planejamento Estratégico do período. O plano incluiu a realização de uma série de estudos e simulações com o objetivo de conhecer individualmente a metodologia de custeio mais adequada para cada plano, de forma a definir a taxa necessária para tornar os planos autossustentáveis administrativamente. A partir daí, a Diretoria intensificou as renegociações do custeio dos planos com as patrocinadoras, tendo já concluído algumas com êxito, substituindo a taxa de carregamento que incidia mensalmente sobre as contribuições pela taxa de administração calculada sobre o patrimônio acumulado.

Em janeiro de 2017, a Fundação deu início à correção dos benefícios afetados pelo mecanismo operacional que limitava a renda de aposentadoria (benefício Petros + benefício INSS) a 90% do teto do PPSP. A retirada do limitador foi determinada pelo Conselho Deliberativo para corrigir uma distorção, herdada dos tempos de hiperinflação, que afetava cerca de 9.500 dos mais de 60 mil aposentados e pensionistas do maior plano da Petros. Os participantes que recebiam Renda Global foram incluídos posteriormente na operacionalização da medida.

A Diretoria também fechou acordo com a Petrobras para o pagamento de diferenças de contribuições devidas pela patrocinadora ao PPSP, referentes à não inclusão da Remune-

ração Mínima por Nível e Regime (RMNR) na base de cálculo da contribuição para o plano entre julho de 2007 a agosto de 2011.

Também em 2017 foi lançado o Programa Força-Tarefa, a partir da necessidade de revisão, num curto espaço de tempo, dos cerca de oito mil benefícios concedidos automaticamente durante o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário da Petrobras (PIDV). Foram instituídos grupos multidisciplinares, com empregados cedidos por diversas áreas da Fundação, que durante quatro meses se dedicaram ao programa. O sucesso foi tão grande que extrapolou as atividades destinadas ao PIDV, tornando-se uma ferramenta de gestão da Petros para atender a outras demandas urgentes. Exemplo disso ocorreu em julho de 2017, quando a Petros implementou uma nova edição do Força-Tarefa, desta vez para atender a uma demanda da Gerência Jurídica, que precisava identificar e conciliar depósitos recursais e judiciais.

Em julho de 2017 foi criada, na Gerência de Pagamentos, uma nova área de cálculos judiciais, internalizando uma atividade até então realizada por empresas terceirizadas. O trabalho enriquece as defesas ainda na fase de conhecimento, resultando em uma melhora qualitativa dos cálculos judiciais e dos subsídios técnicos que auxiliam a Gerência Jurídica a elaborar as teses de defesa da Petros, evitando o risco de diferentes interpretações dos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação. Além de ganhos de eficiência, os estudos que embasaram a decisão da Diretoria para a criação da nova área apontaram economia de 40% nos gastos com a atividade.

Para atender a uma necessidade financeira dos participantes, em março de 2017 a Petros facilitou as condições de empréstimo no PP-2 – medida que também é positiva para a Fundação, já que a carteira de empréstimos vem registrando rentabilidade bem superior à meta atuarial. Com as mudanças, subiu de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil o valor máximo permitido para empréstimo acima do limite que o participante tem acumulado em seu plano, a chamada reserva pessoal. Para os que já somam mais de R\$ 50 mil, o crédito pode chegar a até R\$ 147 mil, limitado ao valor da reserva pessoal. Além de ampliar o limite, a Petros oferece um dos créditos mais baratos do mercado, tanto em relação a outras modalidades de financiamento, como quando comparado ao empréstimo consignado oferecido por outras instituições financeiras.

Ganho de eficiência administrativa e financeira

A austeridade orçamentária é um dos principais pilares desta gestão, que assumiu com o compromisso de reduzir gastos, buscar maior eficiência e equilibrar o custeio administrativo da Petros, em linha com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico para 2017. O foco da Diretoria é buscar constantemente alternativas para fazer mais com menos e, para cumprir esse objetivo, foram colocadas em prática diversas ações.

Uma delas foi o Plano de Contratação Petros, implementado para acompanhar os contratos vigentes e planejar, num horizonte de dois anos, as reais necessidades de contratações da Fundação. Com isso, o plano é reconhecido como uma ferramenta de gestão, uma vez que o processo de contratação se torna mais eficiente, possibilitando maior poder de negociação com os prestadores e análise crítica dos objetos dos serviços, o que impacta positivamente o orçamento da Petros ao proporcionar redução dos custos. Grande esforço também foi feito pelas áreas junto aos fornecedores, no sentido de renegociar valores e/ou reduzir o escopo dos contratos vigentes, sob a ótica da correta adequação às reais necessidades da Petros. Esse trabalho resultou numa economia em torno de R\$ 14 milhões para o período 2017-2018, o que corresponde a cerca de 18% do valor orçado para serviços com terceiros.

Já o projeto Orçamento Base Zero (OBZ) foi uma forma de implantar na Petros uma cultura de disciplina orçamentária e incentivar a busca pela eficiência. O ponto de partida foi a revisão da estrutura de gastos, de forma a atestar a aderência das despesas aos objetivos estratégicos. Também foram reavaliadas alternativas para a execução das atividades operacionais, com foco no volume de recursos realmente necessários para garantir eficiência e responsabilidade nos gastos. No âmbito do projeto, foram feitas mudanças no processo de orçamentação, para possibilitar uma melhor avaliação do impacto de cada área nos gastos totais da Petros.

Outra medida para aumentar a eficiência administrativa é a implantação do sistema ERP (Enterprise Resource Planning), que vai integrar as informações da Petros e dar suporte às demandas administrativas e financeiras, padronizando os processos em linha com as melhores práticas de mercado. Na prática, serão integrados procedimentos e rotinas de contabilidade, contas a pagar e receber, gestão de ativos, de contratos, orçamentária e de pessoal. Com isso, será reduzida a necessidade de retrabalho na execução dos processos de negócio e haverá melhora na documentação do sistema, aumentando o controle e a governança. Em última instância, o ERP aumentará o grau de confiabilidade das informações gerenciais e agilizará a tomada de decisão, o que, consequentemente, causará impacto positivo na qualidade da prestação de informações aos participantes. O ERP entrará em operação em julho de 2018.

Em 2017, também foi implementado o contracheque digital, que passou a ser enviado por e-mail a aposentados e pensionistas da Petros. A iniciativa, que também facilita o acesso ao demonstrativo de pagamento, está sendo praticada gradativamente em substituição à versão impressa até então enviada pelos Correios, a exemplo do que já é feito por outros grandes fundos de pensão. Assim que tiver sido totalmente implementada, a mudança vai gerar uma economia de R\$ 1,2 milhão por ano.

Ainda como parte das iniciativas para melhorar a gestão administrativa e garantir maior agilidade na prestação de informações aos participantes, a Diretoria reduziu o prazo de divulgação das demonstrações financeiras mensais de 60 para 15 dias após o fechamento de cada mês. A mudança possibilita uma gestão mais eficaz da contabilidade. Em relação às informações financeiras anuais, houve um avanço na finalização e aprovação das demonstrações contábeis de 2016, que foram aprovadas em maio de 2017, ao passo que o balanço de 2015 havia sido aprovado em julho de 2016. A meta para o exercício seguinte, que era antecipar ainda mais a divulgação de resultados, desta vez para o primeiro trimestre de 2018, foi cumprida, seguindo o que é praticado por empresas de capital aberto.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

TOTAL DE PARTICIPANTES POR SITUAÇÃO



ATIVOS 49% 72.026

ASSISTIDOS 5 1 % 74.064

PARTICIPANTES ATIVOS TODOS OS PLANOS

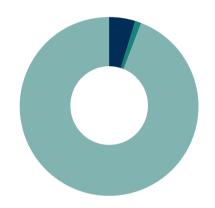


PLANO BD 16% 11.719

PLANO CD 16%

PLANO CV 68% 48.809

PARTICIPANTES ASSISTIDOS TODOS OS PLANOS



PLANO CV 6% 4.506

PLANO CD 1% 823

PLANO BD 9 3 % 68.735

POR PLANO



PLANO CV 36% 53,315

PLANO CD 8% 12.321

PLANO BD 55% 80.454

PARTICIPANTES
POR SEXO



FEMININO 26%

38.210

MASCULINO 74% 107.880

RESULTADOS DA PETROS EM 2017





RENTABILIDADE ANUAL E META ATUARIAL (EM %)





GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

A Petros finalizou 2017 com 146.090 participantes, uma redução de 1% sobre o número registrado em 2016. No ano, houve diminuição de 6.904 participantes ativos e aumento de 5.446 assistidos.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES							
MÊS	PARTI	ICIPANTES	TOTAL (C)	RELAÇÃO (A/B)			
IME2	ATIVOS (A)	ASSISTIDOS (B)					
dez/16	78 930	68 618	147.548	115,03%			
dez/17	72 026	74 064	146 090	97,24%			

Fonte: Gerência de Operações Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

QUANTIDADE DE PLANOS X EMPRESAS

PLANOS	
BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	6 planos
(PLANOS FECHADOS PARA NOVAS INSCRIÇÕES)	9 empresas
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	3 planos
CONTRIBUIÇÃO VARIAVEL (CV)	13 empresas
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA PATROCINADOS	14 planos
CONTRIBUÇÃO DEFINIDA PATROCINADOS	34 empresas
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA INSTITUÍDOS	14 planos
CONTRIBUÇÃO DEFINIDA INSTITUIDOS	70 empresas
TOTAL	37 planos
TOTAL	126 empresas
TOTAL*	37 planos
TOTAL.	123 empresas

^{*}Diminuimos 3 (três) empresas que se repetem nos Planos (Petrobras, Petros, e BR).

PARTICIPAÇÃO POR PLANO

PARTICIPANTES DOS PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

PLANOS		2016		2017
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS ²
Total dos 6 Planos	16 577	64 526	11 719	68 735
Plano Petros do Sistema Petrobras	16 385	61 049	11 577	65 228
Empresas Privadas	192	3 477	142	3 507
Plano Petros Nitriflex / Lanxess	2	216	2	216
Plano Petros PQU ³	-	1	-	1
Plano Petros Ultrafertil	98	1 546	60	1 579
Plano Petros Copesul ³	-	1	-	1
Plano Petros Lanxess ⁴	92	1 713	80	1 710

¹ A partir de abril/2011, os ativos são: Ativos, autopatrocinados, remidos, suspensos e vinculados.

PARTICIPANTES DOS PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA E VARIÁVEL

PLANOC		2016		2017
PLANOS	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS1	ASSISTIDOS ²
PLANOS CD	7 637	136	7 458	131
Plano REPSOL YPF	181	8	168	8
Plano Cachoeira Dourada ³	46	6	45	6
Plano CONCEPA ⁴	-	-	-	-
Plano FIEPEPREV	1 298	65	1 237	61
Plano ALESAT ³	954	7	965	9
Plano TERMOPREV	7	-	6	-
Plano IBP	105	8	90	11
Plano PTAPREV	311	2	302	2
Plano PREVIFIEA	497	17	423	13
Plano PREVFIEPA 5	483	9	437	6
Plano GasPrev	614	-	639	1
Plano Petro-RG	290	3	305	4
Plano Liquigas	2 340	9	2 348	9
Plano Sulgasprev	88	2	83	1
Plano Eldorado PREV	423	-	410	-
PLANOS CV	50 594	3 272	48 809	4 506
Plano Misto SANASA	1 472	216	1 470	232
Plano PETROS-2	47 806	2 310	46 273	3 367
Plano TAPMEPREV	1 316	746	1 066	907

¹ A partir de abril/2011, os ativos são: Ativos, autopatrocinados, remidos, suspensos e vinculados.

PARTICIPANTES DOS PLANOS INSTITUÍDOS

PLANOS		2016		2017
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS ²
PLANOS INSTITUIDOS	4 122	684	4 040	692
Plano ADUANAPREV ³	26	-	12	-
Plano ANAPARPREV	2 223	668	2 406	670
Plano IBAprev ⁴	268	6	285	8
Plano SIMEPREV	296	1	232	1
Plano SINMED/RJ	34	1	30	1
Plano CULTURAPREV	217	4	180	6
(continuação)				

² Os quantitativos referentes aos Assistidos dos Planos Petros- Sistema Petrobras e dos Planos Petros- Empresas Privatizadas, são provenientes da folha de pagamento de beneficios.
3 Plano em processo de retirada de patrocínio. Há um participante em folha por força de decisão judicial.

⁴ Plano em processo de transferência de Gestão.

² Os quantitativos referentes aos Assistidos dos Planos Petros-Sistema Petrobras e dos Planos Petros - Empresas Privatizadas, são provenientes da folha de pagamento de benefícios.

³ Processo de transferência de gestão aprovado pela PREVIC, em andamento.

⁴ Processo de retirada de patrocínio aprovado pela PREVIC, em andamento.

⁵ Solicitou transferência de gestão. Processo em andamento.

(continuação)				
Plano CRAPREV	159	1	129	2
Plano CRCPREV	262	-	194	-
Plano CROPREV	476	-	422	-
Plano FENAJPREV	52	3	46	3
Plano PREV-ESTAT	16	-	18	-
Plano PREVICONTAS	68	-	63	1
Plano Previtália	25	-	23	-
Plano PREVITTEL 5	_	_	_	_

¹ A partir de abril/2011, os ativos são: Ativos, autopatrocinados, remidos, suspensos e vinculados.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

TIPO	2016	2017
Aposentadoria	4.564	4.831
Preexistente	-	-
Tempo Serviço	4.442	4.646
Idade	36	24
Invalidez	50	50
Especial	35	109
Antecipada Renda Certa	1	2
Proporcional Diferida	-	-
Pensão	722	722
Regime	771	825
Preexistente	-	-
Auxílios	187	187
Reclusão	-	1
Doença	151	156
TOTAIS	5.473	5.473

Fonte: Gerencia de Operações	Elaboração: (Jerencia de	Planejamento	Financeiro

PECÚLIO POR MORTE	QUANTIDA	
PECULIO POR MORTE	2016	2017
	1.049	1.545

PECÚLIO POR MORTE		ACUMULADO
PECULIO POR MIORTE	2016	2017
	23.657	23.657

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanhamento do Programa Orçamentário

JANEIRO A DEZEMBRO/2017			
		% PARTICIPAÇÃO	(B)/(A)
ORÇADO (A)	REALIZADO (B)	NO REALIZADO	Δ%
7.542.411.842	5.052.053.834	100,0	(33,0)
7.402.863.598	4.876.184.339	96,5	(34,1)
139.548.243	175.869.496	3,5	26,0
7.122.401.848	7.361.396.914	100,0	3,4
6.883.472.044	7.126.509.103	96,8	3,5
238.929.804	234.887.811	3,2	(1,7)
16.444.237,6	13.052.985	100,0	(20,6)
8.571.978.058,4	6.520.152.477	100,0	(23,9)
	7.542.411.842 7.402.863.598 139.548.243 7.122.401.848 6.883.472.044 238.929.804 16.444.237,6	ORÇADO (A) REALIZADO (B) 7.542.411.842 5.052.053.834 7.402.863.598 4.876.184.339 139.548.243 175.869.496 7.122.401.848 7.361.396.914 6.883.472.044 7.126.509.103 238.929.804 234.887.811 16.444.237,6 13.052.985	ORÇADO (A) REALIZADO (B) NO REALIZADO 7.542.411.842 5.052.053.834 100,0 7.402.863.598 4.876.184.339 96,5 139.548.243 175.869.496 3,5 7.122.401.848 7.361.396.914 100,0 6.883.472.044 7.126.509.103 96,8 238.929.804 234.887.811 3,2 16.444.237,6 13.052.985 100,0

Fonte: GAF/GCB e GAF/GOR | Elaboração:Gerência Administrativa e Financeira - GAF

² Os quantitativos referentes aos Assistidos dos Planos Petros-Sistema Petrobras e dos Planos Petros - Empresas Privatizadas, são provenientes da folha de pagamento de benefícios.

³ Solicitou transferência de gestão. Processo em andamento.

⁴ No Plano IBAPREV estão computados os participantes da Rodarte.

⁵ Retirada do Instituidor aprovada pela PREVIC em 06/10/2015. Processo em andamento.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2017

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

VALOR DOS INVESTIMEN	NTOS POR SEGMENTO	– TOTAL GERA	AL DA FUNDAÇÃO			
	DEZEMBRO D	DEZEMBRO DE 2016		DEZEMBRO DE 2016 DEZEMBRO DE 2017		E 2017
SEGMENTO	VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL		
Renda Fixa	39.547.197.523,59	57,41%	47.853.982.764,69	66,74%		
Renda Variável	18.501.324.958,15	26,86%	13.590.818.459,41	18,95%		
Investimentos Estruturados	2.994.458.610,53	4,35%	1.746.268.051,15	2,44%		
Investimentos Imobiliários	4.618.707.960,05	6,70%	4.252.747.855,66	5,93%		
Empréstimos e Financiamentos	2.873.866.168,68	4,17%	2.950.035.546,79	4,11%		
TOTAL DOS INVESTIMENTOS 1	68.535.555.221,00	99,48%	70.393.852.677,70	98,17%		
Disponível/Relacionados com o disponível	4.410.728,23	0,01%	21.126.215,26	0,03%		
Valores a Pagar/Receber	350.829.971,46	0,51%	1.291.636.709,57	1,80%		
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES ²	68.890.795.920.69	100,00%	71.706.615.602,53	100,00%		

⁽¹⁾ O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

MODALIDADES DE APLICAÇÕES CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016	- VALOR	DEZEMBRO DE 2017 -	VALOR
Renda Fixa	39.546.896.239,03	57,41%	47.853.703.036,06	66,74%
Títulos Públicos Federais	32.637.960.658,27		37.127.389.653,21	
Fundos de Renda Fixa	5.918.097.729,72		9.653.516.971,31	
Títulos Privados	451.083.049,87		759.172.012,96	
Títulos Públicos Estaduais	471.046.747,00		274.033.520,00	
Fundos de Invest. em Direitos Creditórios	69.009.338,73		39.870.607,21	
Contas a Pagar/Receber	(301.284,56)		(279.728,63)	
Renda Variável	18.707.103.142,20	27,15%	13.954.870.765,88	19,46%
Ações à Vista	12.944.050.988,46		10.181.329.521,73	
Fundos de Ações	5.184.712.969,69		2.685.704.053,68	
Outros Investimentos	372.561.000,00		723.784.884,00	
Contas a Pagar/Receber	205.778.184,05		364.052.306,47	
Investimentos Estruturados	3.096.869.815,63	4,50%	1.830.508.403,15	2,55%
Fundos de Investimento em Participação	2.562.585.741,31		1.435.216.782,93	
Fundos Imobiliários	431.872.869,22		311.051.268,22	
Contas a Pagar/Receber	102.411.205,10		84.240.352,00	
Investimentos Imobiliários	4.663.082.352,65	6,77%	4.301.039.841,39	6,00%
Imóveis	4.618.707.960,05		4.252.747.855,66	
Contas a Pagar/Receber	44.374.392,60		48.291.985,73	
Empréstimos e Financiamentos	2.872.433.642,95	4,17%	2.948.848.050,78	4,11%
Empréstimos e Financiamentos	2.873.866.168,68		2.950.035.546,79	
Contas a Pagar/Receber	(1.432.525,73)		(1.187.496,01)	
Outros Valores a Receber	-	-	796.519.290,01	1,11%
Disponível/Relacionados com o disponível	4.410.728,23	0,01%	21.126.215,26	0,03%
TOTAL	68.890.795.920,69	100,00%	71.706.615.602,53	100,00%

⁽²⁾ Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

SEGMENTO RENDA VAF	RIÁVEL	
GRUPO	VALOR	% S/SEGMENT(
Mercado à Vista	10.181.329.521,73	72,969
Financiamento de Projetos	723.784.884,00	5,199
Fundos de Renda Variável	2.685.704.053,68	19,259
TOTAL	13.590.818.459,41	
	-	
VALORES A PAGAR/RECEBE Valores a Receber		2,819
Valores a Pagar	391.686.405,88 (27.634.099,41)	-0,209
TOTAL	364.052.306,47	0,20
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	13.954.870.765,88	100,009
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS E	STRUTURADOS	
FUNDOS DE INVESTIMEN'	гоѕ	
GRUPOS	VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENT
Fundos Private Equity	1.381.116.075,07	75,459
Fundos Venture Capital	54.100.707,86	2,969
Fundos Imobiliários	311.051.268,22	16,99
TOTAL	1.746.268.051,15	
VALORES A PAGAR/RECEBE		
/alores a Receber	84.240.352,00	4,60
Valores a Pagar	_	0,009
IUIAL	84.240.352,00	
TOTAL	84.240.352,00	
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS	84.240.352,00 1.830.508.403,15	100,00%
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS	1.830.508.403,15	100,00%
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F	1.830.508.403,15	100,00%
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA	1.830.508.403,15	
SEGMENTO INVESTIMENTROS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENT
SEGMENTO INVESTIMENTROS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21	% S/SEGMENT 77,55'
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00	% S/SEGMENT 77,55' 0,57'
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS TÍTULOS Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96	% S/SEGMENT 77,55' 0,57' 1,59
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00	% S/SEGMENT 77,55' 0,57' 1,59' 0,08'
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS - CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa	1.830.508.403,15 PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21	% S/SEGMENT 77,55' 0,57' 1,59' 0,08'
TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F	1.830.508.403,15 PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69	% S/SEGMENT 77,55' 0,57' 1,59' 0,08'
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERE GRUPOS	1.830.508.403,15 PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENT 77,55' 0,57' 1,59' 0,08' 20,16'
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERI GRUPOS FIDC'S	1.830.508.403,15 PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERI GRUPOS FIDC'S Debêntures	1.830.508.403,15 PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 DA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERE GRUPOS FIDC'S Debêntures CDB	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERÍ GRUPOS FIDC'S Debêntures CDB CCI	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 DA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00 106.270.804,34	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS TÍTULOS PÚBLICOS Federais TÍTULOS PÚBLICOS FEDER	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERÍ GRUPOS FIDC'S Debêntures CDB CCI	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00 106.270.804,34 132.427.301,98	% S/SEGMENT 77,55 0,57 1,59 0,08 20,16
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS - CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERI GRUPOS FIDC'S Debêntures CDB CCI TOTAL VALORES A PAGAR/RECEBE	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516.971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00 106.270.804,34 132.427.301,98	% S/SEGMENT 77,55° 0,57° 1,59° 0,08° 20,16°
SEGMENTO INVESTIMENTROS ESTRUTURADOS SEGMENTO RENDA F TÍTULOS PÚBLICOS - CARTEIRA GRUPOS Títulos Públicos Federais Títulos Públicos Estaduais Títulos Privados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fundos de Renda Fixa TOTAL PROVISÃO PARA PERÍ GRUPOS FIDC'S Debêntures CDB CCI TOTAL	1.830.508.403,15 IXA PRÓPRIA VALOR DE MERCADO 37.127.389.653,21 274.033.520,00 759.172.012,96 39.870.607,21 9.653.516,971,31 47.853.982.764,69 OA VALOR DE MERCADO 1.254.466,93 21.413.030,71 3.489.000,00 106.270.804,34 132.427.301,98	% S/SEGMENT 77,559 0,579 0,089 20,169 % S/SEGMENT

	SEGMENTO IMÓVE	IIS		
GRUPOS		VALC	OR DE MERCADO	% S/SEGMENTO
Imóveis			4.242.639.655,66	98,64%
Outros Investimentos			10.108.200,00	0,24%
Provisão para Perda			-	0,00%
TOTAL		4.2	252.747.855,66	
	VALORES A PAGAR/RECEBE	:R		
Valores a Receber	VIESTES AT AGAIN, TECEBE		49.729.416,13	1,16%
Valores a Pagar			(1.437.430,40)	-0,039
TOTAL			48.291.985,73	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
TOTAL SEGMENTO IMÓVEIS		Δ:	301.039.841,39	100,00%
TOTAL SEGMENTO IMOVEIS		100	301.033.011,33	100,00%
	SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FIN	ANCIAMENTOS		
	EMPRÉSTIMOS			
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃO ATI	RASADOS	% S/SEGMENTO
IPCA	-	-	2.954.865.009,33	100,209
PRE-FIXADO	-	-	7.355.692,17	0,259
CDI	-	-	15.034,34	0,009
INPC	-	-	2.080.673,59	0,079
Multa Contratual	-	-	-	0,009
Provisão para perda	(14.552.113,56)	-	-	-0,499
Retirada de Patrocínio	-	-	_	0,009
IOF a compensar	-	-	271.250,92	0,019
·	FINANCIAMENTOS	i		
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃ	O ATRASADOS	
-	-		-	0,009
	VALORES A PAGAR/RECEBE	ER .		
Valores a Receber			-	0,009
Valores a Pagar			(1.187.496,01)	-0,049
TOTAL			(1.187.496,01)	0,017
TOTAL SEGMENTO EMPRÉSTIMOS		20	948.848.050,78	100,00%
TO INC SEGMENTO EMI RESTIMOS		2	7 10.0 10.0 50,7 0	100,007
	RESPONSÁVEIS	,		
NOME	TIPO	TELEFONE	E-MAIL	
KPMG Auditores Independentes	Auditor Independente	(21) 2207-9400	jccosta@	kpmg.com.br
Daniel Lima	Administrador Qualificado (AETQ) (21) 2506-0587		@petros.com.br

DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN nº 3792/09

Não há.

JUSTIFICATIVAS PARA OS DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN Nº 3792/09

Não há.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS	1° SEMESTRE 2017	2° SEMESTRE 2017	ANO 2017
Gestão Interna	24.615.612,38	27.424.334,18	52.039.946,55
Pessoal / Encargos	9.618.282,79	8.715.373,31	18.333.656,10
Consultorias	783.137,59	715.265,78	1.498.403,37
Custódia	504.594,71	507.965,73	1.012.560,44
Taxa Cetip/Anbima	155.765,69	218.824,90	374.590,59
Taxa Selic	165.721,01	244.597,42	410.318,43
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	63.339,65	95.492,18	158.831,83
Despesas Bancárias	=	-	-
Corretagens	4.332.529,46	7.776.894,38	12.109.423,84
Carteira de Imóveis	458.806,47	458.806,47	917.612,94
Despesas Gerais ¹	8.531.114,01	8.531.114,01	17.062.228,01
Despesas Jurídicas ³	-	160.000,00	160.000,00
Outras Despesas ²	2.321,00	-	2.321,00
Gestão Externa	37.392.099,73	37.134.630,04	74.526.729,76
Taxa de Administração			
rana ac marini istração	6.661.001,69	3.356.246,19	10.017.247,89
Taxa de Gestão	6.661.001,69 24.336.426,50	3.356.246,19 27.366.778,73	
•	<u> </u>	<u> </u>	51.703.205,24
Taxa de Gestão	24.336.426,50	<u> </u>	51.703.205,24 717.576,17
Taxa de Gestão Taxa de Performance	24.336.426,50 717.576,17	27.366.778,73	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63	27.366.778,73 - 705.794,76	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12	27.366.778,73 - 705.794,76 411.966,90	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip Taxa Selic	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12 95.783,78	27.366.778,73 - - 705.794,76 411.966,90 112.426,99	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77 89.351,04
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip Taxa Selic Taxa Anbima	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12 95.783,78 45.643,45	27.366.778,73 - 705.794,76 411.966,90 112.426,99 43.707,59	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77 89.351,04 1.073.951,14
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip Taxa Selic Taxa Anbima Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12 95.783,78 45.643,45 477.501,34	27.366.778,73 - 705.794,76 411.966,90 112.426,99 43.707,59 596.449,80	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77 89.351,04 1.073.951,14 161.165,37
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip Taxa Selic Taxa Anbima Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC) Despesas Bancárias (IOF e Taxas)	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12 95.783,78 45.643,45 477.501,34 65.416,27	27.366.778,73 	51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77 89.351,04 1.073.951,14 161.165,37 885.796,63
Taxa de Gestão Taxa de Performance Custódia Taxa Cetip Taxa Selic Taxa Anbima Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC) Despesas Bancárias (IOF e Taxas) Auditorias	24.336.426,50 717.576,17 580.962,63 449.551,12 95.783,78 45.643,45 477.501,34 65.416,27 501.966,16	27.366.778,73 - 705.794,76 411.966,90 112.426,99 43.707,59 596.449,80 95.749,09 383.830,47	10.017.247,89 51.703.205,24 717.576,17 1.286.757,39 861.518,02 208.210,77 89.351,04 1.073.951,14 161.165,37 885.796,63 12.963,60 2.110.583,51

TOTAL 62.007.712,10 64.558.964,21 126.566.676,31

2.675.583,87

1.475.922,78

Observação:

Outras Despesas²

Fonte: Setor de Controle

4.151.506,65

⁽¹⁾ Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões; 6,003E-288

⁽²⁾ Na rubrica Outras Despesas estão incluídos gastos com Despesas Advocatícias, Impostos, Despesas de Cartório, Correio e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES EM 2017

DESPESAS ADMINISTRATIVAS -	VALORES (EM REAIS) (B)	% DE PARTICIPAÇÃO
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(B)	(B / A)
PESSOAL E ENCARGOS	135 166 734,07	57,5
TREINAMENTO/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	384 491,49	0,2
VIAGENS E ESTADIAS	586 202,06	0,2
SERVIÇOS DE TERCEIROS	68 172 462,23	29,0
DESPESAS GERAIS	14 829 324,06	6,3
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇAO	8 855 813,57	3,8
OUTRAS	40 648,31	0,02
TRIBUTOS	6 852 135,00	2,9
TOTAL (A)	234 887 810,79	100,0

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

GRUPO DE CONTAS	VALORES (EM REAIS)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Assessoria Jurídica	22 698 539,24
Serviços com Tecnologia da Informação	20 948 341,38
Remuneração Seguro Garantia Judicial	4 271 545,13
Atendimento/Cadastro Participante	3 999 078,62
Auditoria Contábil	3 574 742,12
Consultoria Atuarial	2 882 302,98
Serviços Postais	2 092 055,54
Consultoria de Investimentos	1 552 418,77
Consultoria em Recursos Humanos	816 476,37
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	683 185,83
Consultoria Contábil	78 022,71
TRIBUTOS	
Taxa de Fiscalização e Controle – TAFIC	6 852 135,00
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	
Software Próprio	7 048 615,61

PESSOAL E ENCARGOS	SALDOS (EM REAIS)
Conselhos	600 676,10
Conselho Deliberativo	346 905,71
Conselho Fiscal	253 770,39
Diretoria	4 034 865,25
Previdencial	3 487 396,73
Investimentos	547 468,52
Pessoal Próprio	127 386 482,99
Previdencial	109 657 227,21
Investimentos	17 729 255,78
Pessoal Cedido	2 752 202,58
Previdencial	2 752 202,58
Estagiário	392 507,15
Previdencial	335 575,35
Investimentos	56 931,80
TOTAL	135 166 734,07

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Fundação", "Entidade" ou "Petros"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS Depósitos judiciais/recursais e do exigível contingencial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4 e 7, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 apresentam nas rubricas de depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial os montantes consolidados de R\$ 2.326 milhões e de R\$ 4.216 milhões, respectivamente (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas). No decorrer do exercício de 2017, a Administração efetuou a conciliação dos depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias, assim como o processo de revisão das provisões das ações judiciais em conjunto com os seus assessores jurídicos, visando a atualização da expectativa de perda e reconheceu integralmente no exercício corrente um ajuste de aproximadamente R\$ 490 milhões referente a exercício anteriores dos quais R\$ 1.616 milhão (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas) foram realizados na rubrica de depósitos judiciais/recursais e R\$ 1.126 milhão (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas) relativos ao exigível contingencial. Em decorrência desse assunto, o déficit técnico acumulado consolidado apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social está apresentando a maior em R\$ 490 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASES

Situação patrimonial do plano de benefícios Petros Ultrafértil-Incertezas sobre os Planos de Equacionamentos dos Déficits

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis que descreve que desde o exercício de 2014 o Plano Petros Ultrafértil vem acumulando déficits que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis não estão sendo equacionados, embora estejam acima do limite definido na Resolução CGPC nº. 26/2009 e atualizações, devido ao atendimento aos pleitos das patrocinadoras, conforme descrito com mais detalhes na referida nota. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que a cisão do Plano Petros Sistema Petrobras foi aprovada pela Previc conforme publicação no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2018 e a administração possui prazo de 90 (noventa) dias para concluir todos os procedimentos relacionados a esse assunto, contados a partir da data efetiva da cisão que foi definida sendo 31 de março de 2018. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Alocação do custo administrativo dos planos de benefícios

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2.6 às demonstrações contábeis que descreve que a Fundação adota a metodologia de custeio e apuração dos gastos administrativos, conforme aprovado em 10 de dezembro de 2015 pelo Conselho Deliberativo, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas", como tentativa de equilíbrio do custeio dos fundos.

No entanto, os percentuais de contribuições definidos junto as patrocinadoras por meio de convênios de adesão e regulamentos dos respectivos planos, não têm sido suficientes para absorver o montante destinado ao rateio das despesas da Fundação, e consequentemente essa diferença tem sido custeada temporariamente pelos planos em situação superavitária (nota explicativa nº 8.2.2).

Visando o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo dos planos administrados pela Fundação, foi submetida à PREVIC, proposição de um termo de ajustamento de conduta (TAC). Em consonância com os propósitos definidos no referido termo, a Administração da Petros iniciou processo de revisão e discussão com as patrocinadoras de forma a promover a alteração nos regulamentos dos planos. Consequentemente, o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo, e o atendimento ao termo de ajustamento e conduta, dependem da finalização do processo de discussão junto as patrocinadoras, alteração nos regulamentos e aprovação dos respectivos regulamentos pela PREVIC. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reflexos na Petros das investigações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis que descreve que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações especificas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a

corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do pais, entre eles a Fundação.

Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"), autorizou a realização de inspeção pelos escritórios de advocacia, contratados pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petrobras. A Entidade vem acompanhando esse trabalho com o objetivo de estar informada em relação aos seus possíveis efeitos ou implicações, a fim de tomar as providencias necessárias.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, apresentados com valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 21 de março de 2017, contendo modificações em relação aos seguintes assuntos: (i) processo de conciliação e ausência de confirmação formal dos Depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias; (ii) limitação em decorrência do não acesso a administração e as informações financeiras auditadas atuais dos fundos investidos não exclusivos; (iii) insuficiências de composições dos valores e documentações apresentadas pela administração para o ativo realizável e exigível operacional do plano gestão administrativa; (iv) equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo dos planos de benefícios, e o respectivo atendimento ao termo de ajustamento e conduta junto a PREVIC; (v) efeito do ajuste prospectivo da avaliação do investimento a valor justo na Litel Participações S.A.; (vi) limitação em razão da ausência de laudo de avaliação do valor justo dos investimentos nas empresas Multiner S.A. e Eldorado Brasil e Celulose S.A.; (vii) ausência de análise de crédito e provisão para determinados títulos de crédito privado (aplicado por meio de cotas de fundo exclusivo); e (viii) análise amostral de processos indicando avaliações diferentes da expectativa de perda em relação ao registro contábil do exigível contingencial.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	NOTA	2017	2016
DISPONÍVEL		21.126	4.411
REALIZÁVEL		87.091.215	85.243.455
Gestão Previdencial	3	15.349.663	16.291.373
Gestão Administrativa	4	25.495	41.312
Investimentos	5	71.716.057	68.910.770
Títulos Públicos		37.401.423	33.109.008
Créditos Privados e Depósitos		759.172	451.083
Ações		11.275.875	13.522.594
Fundos de Investimento		14.209.600	14.268.690
Derivativos		29	-
Investimentos Imobiliários		4.302.477	4.664.603
Empréstimos e Financiamentos	5.3	2.950.036	2.873.866
Depósitos Judiciais / Recursais		20.926	20.926
Outros Realizáveis	5.4	796.519	-
PERMANENTE		84.773	83.144
Imobilizado		66.382	73.964
Intangível		18.391	9.180
TOTAL DO ATIVO		87.197.114	85.331.010
PASSIVO	NOTA	2017	2016
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	696.225	724.172
Gestão Previdencial		610.349	676.246
Gestão Administrativa		82.308	44.468
Investimentos		3.568	3.458
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	4.215.972	4.157.417
Gestão Previdencial	7.1	4.099.530	4.021.877
Gestão Administrativa	7.2	89.442	114.614
Investimentos		27.000	20.926
PATRIMÔNIO SOCIAL	8	82.284.917	80.449.421
Patrimônio de Cobertura do Plano		81.041.707	79.053.359
Provisões Matemáticas	8.1	84.872.849	105.914.557
Benefícios Concedidos		77.558.438	66.079.222
Beneficios a Conceder		35.108.545	40.334.427
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(27.794.134)	(499.092)
Equilíbrio Técnico		(3.831.142)	(26.861.198)
Resultados Realizados		(4.255.453)	(27.413.824)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(4.255.433)	(27.413.824)
Resultados a Realizar	3.3	424.311	552.626
Fundos	8.2	1.243.210	1.396.062
Fundos Previdenciais	8.2.1	142.904	293.504
Fundos Administrativos	8.2.2	815.715	869.706
Fundos dos Investimentos		284.591	232.852
TOTAL DO PASSIVO		87.197.114	85.331.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

2016	Δ%
75.483.826	6%
11.826.178	-2%
4.057.623	17%
7.468.972	-17%
149.846	15%
97.093	-41%
50.132	3%
2.512	-100%
(6.856.775)	29%
(5.690.363)	23%
(934.002)	49%
(210.289)	13%
(22.121)	62%
-	100%
4.969.403	-168%
8.428.627	-35%
(3.766.101)	8%
2.512	102%
239.702	259%
14.531	127%
50.132	3%
(3.808)	125%
(3.808)	125%
80.449.421	2%
	80.449.421

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

	2017	2016	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	869.706	855.175	2%
Custeio da Gestão Administrativa	244.501	246.941	-1%
1.1. Receitas	244.501	246.941	-19
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	148.882	142.090	59
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.592	362	3419
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.371	6.869	79
Receitas Diretas	188	459	-599
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	68.631	97.093	-299
Outras Receitas	17.837	68	261319
2. Despesas Administrativas	(234.888)	(210.286)	129
2.1. Administração Previdencial	(210.182)	(185.917)	139
Pessoal e encargos	(116.833)	(109.490)	79
Treinamentos/congressos e seminários	(355)	(697)	-499
Viagens e estadias	(475)	(1.034)	-54
Serviços de terceiros	(65.391)	(41.567)	57'
Despesas gerais	(14.805)	(20.466)	-28
Depreciações e amortizações	(8.856)	(9.299)	-50
Tributos	(3.426)	(3.317)	30
Outras Despesas	(41)	(47)	-139
2.2. Administração dos Investimentos	(24.706)	(24.369)	19
Pessoal e encargos	(18.334)	(19.849)	-80
Treinamentos/congressos e seminários	(29)	(74)	-619
Viagens e estadias	(112)	(249)	-55
Serviços de terceiros	(2.781)	(804)	2469
Despesas gerais	(24)	(76)	-689
Tributos	(3.426)	(3.308)	4
2.3 Administração Assistencial	-	-	
2.4 Outras Despesas	-	-	
Outras Despesas	-	(9)	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(58.102)	(22.121)	-1639
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(5.502)	(3)	-1833009
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(53.991)	14.531	-4729
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(53.991)	14.531	-4729
8. Operações Transitórias	-	-	
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	815.715	869.706	-6%
b) I ando Administrativo do Exercicio Atuai (AT/TO)	015.715	009.700	-0%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, ("Fundação" ou "Entidade"), constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar ("EFPC"), tem por objetivos primordiais:

(i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;

(ii) Prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e

(iii) Promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) desde 1º janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315 art.17, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes, assistidos e autopatrocinados, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos. Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros e os respectivos registros no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), bem como as empresas patrocinadoras e instituidoras de cada plano.

PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

PLANO	CNPB	PATROCINADORA (SITUAÇÃO)
BENEFICIO DEFINIDO (BD)		
		Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Petros Sistema Petrobras	1970.0001-47	Petrobras Distribuidora S.A. (BR)
		Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.
		Ultrafértil S.A.
Plano Petros Ultrafértil	2003.0026-18	Araucária Nitrogenados S.A.
		Vale Fertilizantes S.A.
Plano Petros Braskem	2003.0021-38	Braskem S.A. (1)
Plano Petros Copesul	2003.0022-19	Braskem S.A. (1)
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	Lanxess Elastômeros do Brasil S.A.
Plano Petros PQU	2003.0025-29	Braskem Qpar S.A. (1)
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	Nitriflex S.A. Indústria e Comércio
TIGHO I EUOS MUHITEA/ LGHAESS		Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)		
		Petróleo Brasileiro S.A Petrobras;
		Petrobras Distribuidora S.A BR;
		Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.
		Stratura Asfaltos S.A - IASA
Plano Petros 2	2007.0015-19	Termomacaé Ltda.
Pidrio Petros 2	2007.0015-19	Termobahia S.A.
		Transporte Brasileiro S.A.
		Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A TBG
		Araucária Nitrogenados S.A.
		Petrobras Biocombustíveis S.A.
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A - Sanasa
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S. A

PLANO	CNPB	PATROCINADORA (SITUAÇÃO)
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)		
()		Repsol Sinopec Brasil S.A.
		ALE Combustíveis S.A. (1)
Plano Repsol	1999.0031-11	Distribuidora de Gás LP Azul S.A. (1)
		YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	Cachoeira Dourada S. A
Plano Transpetro	2000.0073-92	Petrobras Transporte S.A Transpetro (1)
'		Concessionária de Rodovia Osório-Porto Alegre S.A - Concepa (3)
Plano CONCEPA	2001.0004-56	Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (3)
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83	Braskem S.A. (1)
		ALESAT Combustíveis S.A.
Plano ALESAT	2002.0004-92	Petromarketing Consultoria S.C. (1)
		Caraú Transporte e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (1)
		Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda.
		Odfjell Gestão e Perfuração do Brasil Ltda. (1)
		Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP
		Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - SIMEPAR
Plano SIMEPREV	2004.0013-56	Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - SindMed/RN
		Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SindMepa
		Sindicato dos Médicos do Pernambuco - Simepe
Plano Copesulprev	2004.0017-47	Braskem S.A. (1)
Plano IBAprev	2004.0023-11	Instituto Brasileiro de Atuária.
·		ASSAIM - Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais
		Cooperativa Paulista de Teatro
		SATED/CE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará
		SATED/PE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de
		Pernambuco
		SATED/SE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe
		SINDMUSI/RJ - Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro
		SATED/RJ - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro
		SINAPESP - Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo
		SINDMÚSICOS/BA - Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia
		ABM - Associação Brasileira de Museologia
		ABRTV - Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de
		Comunicação
		APTC-ABD/RS - Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas
Plano Culturaprev	2004.0025-65	Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil
Tiano Culturapiev	2004.0023-03	IAI - Instituto Amazônia Imaginária
		SATED/BA - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Bahia
		SATED/RS - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Balha
		Grande do Sul
		SATED/SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo
		STIC - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual
		Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão, Cabodifusão, DISTV,MMDS, TV a
		cabo,TV por assinatura, Similares do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radiolistas RJ
		ABPA-Associação Brasileira de Profissionais de Áudio - ABPÁudio
		Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco - SINDIMUPE
		Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro - SPDRJ
		Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional - ASPHAN
		União Brasileira de Escritores - UBE
		Associação dos Servidores do Ministério da Cultura - ASMINC

PLANO	CNPB	PATROCINADORA (SITUAÇÃO)			
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro			
		Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro			
		Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte - CRO/RN			
		Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO/PE			
		Conselho Regional de Odontologia de Paraná - CRO/PR			
Plano CROprev	2005.0004-11	Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul - CRO/RS			
		Conselho Regional de Odontologia do Amazonas- CRO/AM			
		Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE			
		Associação Brasileira de Odontologia do Paraná - ABO/PR			
		Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal - CRO/DF (1)			
Plano Manguinhos	2005.0019-29	Refinaria de Manguinhos (3)			
		Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE			
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PE			
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SENAI/PE.			
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SESI/PE			
Plano TERMOprev	2006.0005-11	Ibiritermo S.A.			
		CRA/ES - Conselho Regional de Administração do Espírito Santo			
		CRA/SC - Conselho Regional de Administração de Santa Catarina			
		Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA/MG			
Plano CRAprev		Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA/AL			
		Conselho Regional de Administração de Pernambuco - CRA/PE			
	2006.0012-56	Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA/BA			
		Conselho Regional de Administração de Goiás - CRA/GO			
		Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF			
		Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR			
		Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte - CRA/RN (1)			
		Conselho Regional de Administração do Piauí - CRA/PI			
Plano ADUANAprev	2007.0039-29	Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.			
		Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR			
		Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo			
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo			
		Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo			
		Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo			
		Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO			
Plano PREVITTEL	2008.0015-41	Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamento e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro - Sinttel-Rio. (1)			
DI DTA	2002 2227 5 5	Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape			
Plano PTAprev	2008.0027-56	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE			
		Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA			
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PA			
Plano PrevFIEPA	2008.0031-83	Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado do Pará - SESI/PA			
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado do Pará- SENAI/PA.			
Plano PreviContas	2009.0003-74	Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro - ASTCERJ			

stas Profissionais do Tocantins
stas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
stas Profissionais de Minas Gerais
stas Profissionais no Estado do Espírito Santo
stas Profissionais no Estado de Goiás
stas Profissionais do Estado de Pernambuco
stas Profissionais do Paraná
stas Profissionais do Rio Grande do Sul
stas Profissionais do Ceará
e Estatística da 2º Região - CONRE2 - RJ/ES
e Estatística da 3º Região, do Conselho Regional de Estatística da 5º
e Estatística da 6º região
de Estatística - SBE.
e Contabilidade do Ceará
e Contabilidade do Maranhão (3)
e Contabilidade da Paraíba
o Espírito Santo (3)
âmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi
nte Italiana - Abita
ese di Rio de Janeiro e Espírito Santo (1)
(1)
di Rio de Janeiro Brasil
o Grazia Deledda.
trias do Estado de Alagoas- FIEA
nstituto Euvaldo Lodi - IEL/AL
Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado DE
ústria - Departamento Regional do Estado de Alagoas- SESI/AL
ALGÁS
a Bahia - BAHIAGÁS
oucana de Gás - COPERGÁS
e Santa Catarina - SCGÁS
RGÁS
a de Gás - PBGás.
Rio Grandense S.A.
a S.A.
achantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina - ADOTESC (2)
ito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina -
o Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS
tas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro - SAFERJ; (ii) Sindicato dos no Estado do Rio Grande do Sul - SIAPERGS; (iii) Sindicato dos Atletas de do Estado do Rio Grande do Norte - SAFERN; (iv) Sindicato dos Atletas o da Paraíba - SAFEPB; (v) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do SAFEMS; (vi) Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo -

⁽¹⁾ Retirada aprovada pela Previc (2 Transferência de Gerenciamento (3) Extinto

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

	_				QUANTIDADE	IDADE TOTAL		
PLANO	CNPB	ATIVO	APOSENTADO	AUXÍLIO- DOENÇA	PENSIONISTA	2017	2016	
BENEFICIO DEFINIDO								
Petros Sistema Petrobras	1970.0001-47	11.577	48.755	29	16.444	76.805	77.434	
Plano Petros Ultrafértil	2003.0026-18	60	1.247	3	329	1.639	1.644	
Plano Petros Braskem	2003.0021-38	-	-	-	-	-	-	
Plano Petros Copesul	2003.0022-19	-	1	-	-	1	-	
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	80	1.208	-	502	1.790	1.805	
Plano Petros PQU	2003.0025-29	-	2	-	-	2	1	
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	2	164	-	52	218	218	
CONTRIBUICAO VARIAVEL								
Plano Petros 2	2007.0015-19	46.273	2.918	115	334	49.640	50.116	
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	1.470	194	-	38	1.702	1.688	
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	1.066	858	-	49	1.973	2.062	
CONTRIBUICAO DEFINIDA								
Plano Repsol	1999.0031-11	168	8	_	_	176	189	
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	45	4		2	51	52	
Plano Transpetro	2000.0073-92			_				
Plano CONCEPA	2001.0004-56	_	-		_		-	
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83	-	_	-	_	_	-	
Plano ALESAT	2002.0004-92	965	9	-	_	974	961	
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	90	11	_	_	101	113	
Plano SIMEPREV	2004.0013-56	232	1	-	-	233	297	
Plano Copesulprev	2004.0017-47	-	-	-	-	-	-	
Plano IBAprev	2004.0023-11	285	8	-	-	293	274	
Plano Culturaprev	2004.0025-65	180	5	-	1	186	221	
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	30	1	-	-	31	35	
Plano CROprev	2005.0004-11	422	-	-	-	422	476	
Plano Manguinhos	2005.0019-29	-	-	-	-	-	-	
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	1.237	52	5	4	1.298	1.363	
Plano TERMOprev	2006.0005-11	6	-	-	-	6	7	
Plano CRAprev	2006.0012-56	129	2	-	-	131	160	
Plano ADUANAprev	2007.0039-29	12	-	-	-	12	26	
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	2.406	603	-	67	3.076	2.891	
Plano PREVITTEL	2008.0015-41	-	-	-	-	-	-	
Plano PTAprev	2008.0027-56	302	2	-	-	304	313	
Plano PrevFIEPA	2008.0031-83	437	5	-	1	443	492	
Plano PreviContas	2009.0003-74	63	1	-	-	64	68	
Plano FENAJprev	2009.0006-92	46	3	-	-	49	55	
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74	18	-	-	-	18	16	
Plano CRCprev	2009.0027-92	194	-	-	-	194	262	

					QUANTIDADE		TOTAL
PLANO	CNPB	ATIVO	APOSENTADO	AUXÍLIO- DOENÇA	PENSIONISTA	2017	2016
Plano Previtália	2009.0030-47	23	-	-	-	23	25
Plano PrevFIEA	2009.0033-65	423	-	13	-	436	514
Plano GasPrev	2010.0004-47	639	1	-	-	640	614
Plano PETRO-RG	2010.0015-83	305	4	-	-	309	293
Plano Liquigás	2010.0025-47	2.348	8	-	1	2.357	2.349
Plano PREVTRAN	2010.0041-83	-	-	-	-	-	-
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	83	-	-	1	84	90
Plano EsportePrev	2010.0056-19	-	-	-	-	-	_
Plano Eldorado Prev	2015.0008-11	410	-	-	-	410	423

A seguir estão apresentadas as movimentações ocorridas nos planos de benefícios durante o exercício.

Transferência de gerenciamento:

PLANO	CNPB	APROVAÇÃO	EFPC RESPONSÁVEL
Plano Prevtran	2010.0041-83	Portaria PREVIC nº 23 (D.O.U. de 14/01/16)	Mongeral Aegon Fundo de Pensão

Encerramento:

CNPB	APROVAÇÃO	PATROCINADORA/INSTITUIDORA	CNPJ
		SAFEMS	05.434.321/0001-18
		SAFEPB	04.966.656/0001-14
EsportePrev 2010.0056-19 Portaria PREVIC nº	Portaria PREVIC nº 357	SAFERJ	29.963.972/0001-63
2010.0056-19	(D.O.U de 09/08/16)	SAFERN	09.159.081/0001-41
		SIAPERGS	89.163.323/0001-00
		SAPESP	62.658.752/0001-00
uinhos 2005.0019-29 Portaria Previc nº 646 (D.O.U 27/06/17)		Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	33.412.081/0001-96
2001.0004-56	Portaria PREVIC nº 1.174	Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A Concepa	01.654.604/0002-03
	(D.O.U de 22/12/17)	Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda	04.765.643/0001-75
	2010.0056-19	2010.0056-19 Portaria PREVIC nº 357 (D.O.U de 09/08/16) 2005.0019-29 Portaria Previc nº 646 (D.O.U 27/06/17) Portaria PREVIC nº 1.174	2010.0056-19

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício, são de responsabilidade da administração da Petros e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis consolidadas representam, na essência, a soma dos registros contábeis dos planos individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as EFPC reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ematendimento à Resolução CNPC nº 8, Anexo A - Normas Complementares, item 30f, os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de retificações de erros de períodos anteriores, não atribuíveis a eventos subsequentes, estão apresentados nas notas explicativas nº 3.4, 4, 6.3 e 7, contendo a descrição da natureza e dos seus respectivos efeitos.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 09 de março de 2018.

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Registros contábeis

Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, gerando balancetes contábeis consolidado, individualizados por plano de benefícios e por plano de gestão administrativa consolidado.

2.1.1 Contribuições Previdenciais

As contribuições previdenciais são escrituradas diretamente nos balancetes de cada plano de benefícios (fluxo primário de recursos).

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

2.1.2 Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma individualizada (segregação real) e de forma compartilhada (unifundo). A gestão de investimentos compartilhada, implica na existência de solidariedade na aplicação dos recursos, a segregação do ativo e a apuração da rentabilidade dos planos são realizados pelo método de cota patrimonial considerando a proporção dos aportes e dos resgates realizado por cada plano.

- Planos com gestão individualizada: 1) Plano Petros Sistema Petrobras; 2) Plano Petros 2; 3) Plano Petros Ultrafértil; 4) Plano Petros Lanxess; 5) Plano Petros Nitriflex/I anxess: 6) Plano TAPMFPrey: 7) Plano Misto Sanasa: 8) Plano Petros PQU; 9) Plano Petros COPESUL; 10) Plano Petros Braskem; e 11) Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Planos com gestão compartilhada: Demais planos de benefícios

2.1.3 Precificação dos investimentos

Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

(i) Títulos para negociação - registram os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

2.1.3.1 Gestão Previdencial – Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos "mantidos até o vencimento", apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor atual, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial

2.1.3.2 Títulos públicos e privados

Os títulos públicos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzido das amortizações e juros recebidos e ajustado a valor de mercado, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

2.1.3.3 Ações

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas e abatidas às devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras e avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em bolsa utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim pelo regime de competência.

Para os investimentos em ações sem um mercado ativo, o valor justo foi atribuído por meio de modelos de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares de precificação.

2.1.3.4 Fundos de investimentos

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos..

2.1.3.5 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente, pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

2.1.3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.1.4 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são registrados a valores históricos. Os referidos depósitos são garantidores de provisões para contingências registradas no exigível contingencial.

2.1.5 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a administração julga incorrer, de acordo com informações dos assessores jurídicos, observada a sua natureza.

2.1.6 Critérios de alocação de custos e despesas por plano

O plano de custeio administrativo é estabelecido com periodicidade anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Seus limites e critérios atendem ao estabelecido pelos órgãos regulador e fiscalizador. A metodologia para alocação dos gastos administrativos, prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

- Custo Direto são os custos identificados no momento da ocorrência, alocados de forma direta a cada plano de benefícios;
- Custo Indireto Trata-se dos custos dos setores e gerencias com envolvimento na gestão dos planos de benefícios e que são alocados aos planos de benefícios de acordo com direcionadores previamente definidos e específicos para cada um dos setores e gerências envolvidas;
- Despesas Administrativas são os gastos realizados pelos setores e gerências de apoio ao negócio. São alocados de forma ponderada pelo número de participantes e o total dos recursos garantidores de cada plano de benefício.

2.1.7 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuários independentes, utilizando premissas atuariais, econômicas e financeiras.

As provisões matemáticas relacionadas aos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados cadastrais e financeiros relativos à massa de participantes e assistidos e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

As Provisões Matemáticas são segregadas em:

• Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – Registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo Plano de Benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder Registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo Plano de Benefícios aos participantes e aos seus beneficiários.
- Provisões Matemáticas a Constituir Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, a serem efetuadas por um período certo de tempo, referentes aos Plano de Equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador para com o Plano de Benefícios.

2.1.8 Equilíbrio técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

2.1.9 Ajuste de precificação

De acordo com o Art.10 da Instrução PREVIC nº 19/2015, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Aiustado constante das informações complementares do DAL (Demonstrativo do Ativo Líquido), que corresponde à:

- no caso de equacionamento de déficit, o Equilíbrio Técnico Ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, quer seja positivo ou negativo; e
- no caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos, somente se negativo.

O Art. 8º da referida Instrução estabelece que o Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos. Esse ajuste é apenas divulgado na DAL e não registrado em balanço patrimonial.

2.1.10 Fundos previdenciais

Os Fundos Previdenciais devem guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os Fundos Previdenciais possuem regras de constituição e reversão específicas por Plano de Benefícios (nota explicativa nº 8.2.1)

2.1.11 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas de investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

A marcação dos ativos e fundos seguem os procedimentos dos manuais de precificação de seus administradores, controladores e custodiantes. Para ativos sem negociação que gere preços de mercado, em geral, os prestadores contratam laudos de avaliação de empresas independentes para subsidiar os trabalhos, que são posteriormente auditados e registrados nas Demonstrações Financeiras dos fundos. Nos casos de exceção, quando a metodologia de precificação necessita ser interna, a mesma é proposta (ou revisada) pelas áreas de controladoria e riscos da Entidade e enviada para deliberação da Diretoria Executiva.

A avaliação científica deve seguir metodologias técnicas definidas e com limites disciplinados em Normas Técnicas da ABNT, com metodologias e cálculos cientificamente demonstráveis, comprováveis, auditáveis e tecnicamente consistentes

Os Laudos de Avaliação, de valor científico, elaborados em conformidade com as Normas Técnicas aplicadas à Engenharia de Avaliações, conferem grau de precisão, nível de rigor e de fundamentação técnica, transparência e segurança, servindo para subsidiar tomadas de decisões na determinação do valor de um bem, bem como para definição do valor justo de mercado.

2.2 Gestão de Riscos

Com o objetivo de identificar os riscos aos quais a Fundação está exposta, bem como indicar e gerir as medidas adotadas para prevenção ou mitigação dos mesmos, a Petros estabeleceu princípios e diretrizes que norteiam sua estratégia no controle e gerenciamento de riscos e na gestão integrada dos Ativos e Passivos (ALM - Asset and Liability Management). Para tal, a Petros instaurou diversos Comitês específicos para discussão, análise e deliberação acerca do gerenciamento dos riscos monitorados, além de implementar um 'Programa de Integridade' para prevenção, detecção e remediação de eventuais atos lesivos à Fundação, seja por fraudes ou outros atos irregulares previstos em lei.

Como parte da governança do processo de riscos, foram criados os seguintes comitês e subcomitês:

- Subcomitê de Riscos e ALM, formado por Gerentes Executivos das áreas de riscos, atuária e investimentos;
- Comitê de Riscos e ALM, formado por Diretores e Presidentes, para conhecimento e deliberações;
- Subcomitê de Controles Internos, formado por Gerentes Executivos das áreas de riscos, TI e Planejamento;
- Comitê de Controles Internos, formado por Diretores e Presidentes, para conhecimento e deliberações.

Os riscos avaliados pela entidade estão destacados abaixo:

- a) Risco Atuarial e de Solvência, ligados a hipóteses biométricas, de taxa de juros e demográficas, para avaliações atuariais dos Planos administrados;
- b) Risco de Crédito e Concentração, que analisam probabilidades de não recebimento dos investimentos realizados:
- c) Riscos de mercado: relacionados a variações em preços e taxas de mercado como juros, ações e commodities, moedas e índices de preços;
- d) Risco de liquidez: ligado à possibilidade de perda pela incapacidade de realizar transação em tempo razoável para cumprir com as obrigações atuariais dos Planos;
- e) Descasamentos entre Ativos e Passivos (ALM): visando garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro em termos de datas, taxas e indexadores;
- f) Riscos socioambientais, de reputação e imagem: avaliam suas implicacões nos investimentos da Fundação; e
- g) Riscos Operacionais: mitigar a possibilidade de perdas devido a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos.
- h) Riscos de conformidade: visando evitar a não adequação às Leis, regulação vigente e à Políticas internas, nos prazos e formas estabelecidos.

3 REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros.

NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
	12.426.863	11.953.009
	105.350	115.531
3.1	12.320.721	11.837.430
	792	48
3.2	811.134	751.509
NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
3.2	(811.134)	(751.509)
	699	-
	93	48
	2.362	16.586
3.3	424.311	552.626
3.4	2.290.952	3.518.015
	205.176	251.137
	15.349.663	16.291.373
	3.1 3.2 NOTA 3.2	12.426.863 105.350 3.1 12.320.721 792 3.2 811.134 NOTA 31 DE DEZEMBRO DE 2017 3.2 (811.134) 699 93 2.362 3.3 424.311 3.4 2.290.952

3.1 Contribuições contratadas

Em 23 de outubro de 2008, em decorrência do Acordo de Obrigações Recíprocas "(AOR") firmado entre as patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras, a Petros e Entidades representativas de seus participantes, as patrocinadoras do Plano Petros Sistema Petrobras assinaram três Termos de Compromissos Financeiro (TCF). Os referidos termos disciplinam o pagamento dos aportes negociados no âmbito do AOR, relativo:

- (i) aos custos da introdução do Fator de Reajuste Inicial (FAT) e Fator de Correção (FC) no Regulamento do Plano;
- (ii) da revisão do custo atuarial dos compromissos relativos ao Convênio Pré-70:
- (iii) e da revisão do critério de cálculo do valor do benefício de Suplementação de Pensão.

Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento de 20 anos contados a partir de 23 de outubro de 2008, com pagamentos de juros semestrais de 6% a.a., sobre o saldo a pagar atualizado.

Os valores dos Termos de Compromisso Financeiro são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pro-rata die, acrescido de juros de 6% (seis por cento) a.a.. Em razão da natureza atuarial inerente aos compromissos objeto do "Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré-70", ficou estabelecido que os respectivos valores seriam revistos anualmente, por ocasião da avaliação atuarial, e essa revisão utilizada para fins de incidência dos juros previstos naqueles Termos. Considerando que tais valores correspondem à diferença entre as Reservas Matemáticas representativas dos compromissos assumidos em cada Termo e o Patrimônio constituído para cobertura desses compromissos, os valores das diferenças são apurados em 31 de dezembro de cada exercício e atualizados para os meses previstos para pagamentos dos juros (abril e outubro do exercício subsequente).

Os objetos dos referidos termos estão identificados da seguinte forma:

- Termo de Compromisso Financeiro FAT-FC: compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor de R\$ 2.619.827, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do Plano Petros Sistema Petrobras, pela introdução desses fatores para correção dos henefícios
- Termo de Compromisso Financeiro Pré-70: compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001; e
- · Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão: compromisso atuarial com as pensões, no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes, assistidos e pensionistas, que repactuaram.

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2017, os valores do realizável e do resultado das contribuições contratadas com as patrocinadoras do Plano Petros Sistema Petrobras, já devidamente atualizado e deduzido dos valores recebidos e considerando os valores do Ajuste Atuarial, que corresponde à diferença entre os valores dos TCF que seriam contabilizados e os valores, conforme definido nos referidos instrumentos contratuais, apresentado na tabela:

TERMOS DE COMPROMISSOS	31 DE DEZEMBRO DE 2016	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO 2017	IMPACTO ATUARIAL	31 DE DEZEMBRO DE 2017
Pré-70	6.315.470	(384.164)	553.589	30.239	6.515.134
Petrobras	6.315.470	(384.164)	553.589	30.239	6.515.134
FAT_FC	2.729.809	(162.534)	239.488	-	2.806.763
Petrobras	2.486.290	(148.035)	218.124	-	2.556.379
BR	243.519	(14.499)	21.364	-	250.384
Diferença de Pensão	2.792.151	(166.072)	244.966	127.779	2.998.824
Petrobras	2.635.726	(156.739)	231.244	120.623	2.830.854
BR	150.515	(8.981)	13.204	6.463	161.201
Petros	5.910	(352)	518	693	6.769
TOTAL	11.837.430	(712.770)	1.038.043	158.018	12.320.721

3.2 Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas

Os créditos a receber das patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS), no montante de R\$ 811.134 (R\$ 751.509 em 31 de dezembro de 2016), estão totalmente provisionados para perda e são objeto de ação judicial contra a União Federal, visando o recebimento das contribuições de retirada de Patrocínio devidas pela União Federal em razão da liquidação das mesmas, determinada pela Lei nº 8.029/90.

3.3 Resultados a realizar

Conforme ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela SPC, documento que comprova a anuência do órgão fiscalizador para este registro, Planos Petros Sistema Petrobras, Plano Petros Ultrafértil, Plano Petros Lanxess e Plano Petros Nitriflex/Lanxes, registram resultados a realizar.

O controle e acompanhamento contábil destes títulos, classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento – Resultados a realizar", são realizados no sistema de controle de investimentos, nas carteiras de Títulos Públicos e Títulos Privados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título. Os valores estão compostos da seguinte forma:

		31	DE DEZEMBRO D	DE 2017		31 DE DEZ	EMBRO DE 2016
TIPO DE TÍTULO	Venc.	Valor contábil(a)	Fluxo descontado (b)	Resultados Realizar (b) - (a)	Valor contábil(a)	Fluxo descontado (b)	Resultados Realizar (b) - (a)
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS		1.415.425	1.793.668	378.243	1.538.795	2.036.245	497.450
Letras Hipotecária	15/02/2021	13.447	15.284	1.837	14.494	17.112	2.618
NTNC	01/04/2021	683.843	784.045	100.202	728.977	871.371	142.394
NTNC	01/01/2031	718.135	994.339	276.204	795.324	1.147.762	352.438
PLANO PETROS NITRIFLEX/LANX	ESS	11.755	15.600	3.845	12.782	16.942	4.160
Letras Hipotecária	15/02/2021	111	129	18	120	142	22
NTNC	01/04/2021	5.681	6.670	989	6.056	7.246	1.190
NTNC	01/01/2031	5.963	8.801	2.838	6.606	9.554	2.948
PLANO PETROS LANXESS		79.200	101.721	22.521	86.117	114.144	28.027
Letras Hipotecária	15/02/2021	754	862	108	813	961	148
NTNC	01/04/2021	38.262	44.176	5.914	40.791	48.806	8.015
NTNC	01/01/2031	40.184	56.683	16.499	44.513	64.377	19.864
PLANO PETROS ULTRAFERTIL		65.264	84.966	19.702	70.955	93.944	22.989
Letras Hipotecária	15/02/2021	620	713	93	668	788	120
NTNC	01/04/2021	31.531	36.661	5.130	33.613	40.192	6.579
NTNC	01/01/2031	33.113	47.592	14.479	36.674	52.964	16.290
TOTAL	11.837.430	1.571.644	1.995.955	424.311	1.708.649	2.261.275	552.626

3.4 Depósitos Judiciais/Recursais

O quadro a seguir apresenta os depósitos judiciais/recursais vinculados a demandas judiciais em que a Entidade figura em polo passivo (nota explicativa nº 7). Ao longo do exercício 2017, por meio dos Convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil obteve-se acesso aos extratos junto as instituição financeiras depositárias, permitindo a conciliação e regularização dos referidos depósitos.

As regularizações/baixas ocorridas em exercícios anteriores à 2017 estão apresentadas em uma coluna específica na tabela a seguir.

	31 de dezembro	Regularizações/Baixas	Depósitos Judiciais	Regularizações/	31 de dezembro
DEPÓSITOS JUDICIAIS	de 2016	(anterior a 2017)	no exercício	Baixas (ano 2017)	de 2017
GESTÃO PREVIDENCIAL (3)	3.518.015	(1.615.829)	514.068	(125.302)	2.290.952
Plano Petros do Sistema Petrobras	3.227.014	(1.511.015)	494.412	(83.639)	2.126.772
Plano Petros – Empresas Privatizadas	288.690	(104.147)	19.529	(41.127)	162.945
Plano Petros Copesul	154.144	(58.692)	7.073	(13)	102.511
Plano Petros Ultrafertil	106.910	(36.151)	8.591	(40.991)	38.559
Plano Petros Lanxess	15.209	(6.947)	3.863	(48)	12.076
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	627	-	2	(6)	624
Plano Petros Braskem	10.220	(2.356)	-	(69)	7.796
Plano Petros PQU	1.580	(1)	-	-	1.579
Contribuição Definida/Variável	2.311	(667)	127	-536	1.235
Plano Petros 2	1.169	(643)	14	(13)	526
Plano TAPMEPrev	578	(24)	107	-	661
Outros	564	-	6	(523)	48
GESTÃO ADMINISTRATIVA (4)	10.646	-	427	2.699	13.772
INVESTIMENTOS (5)	20.926	-	-	-	20.926
TOTAL DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	3.549.587	(1.615.829)	514.495	(122.603)	2.325.650

4 REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
CONTAS A RECEBER	11.344	29.896
Contribuições para Custeio	1.108	826
Responsabilidade de Empregados (a)	8.424	11.157
Responsabilidade de Terceiros (b)	262	10.759
Outros Recursos a Receber (c)	1.550	7.154
Despesas Antecipadas	174	423
Depósitos Judiciais e Recursais 2.4	13.772	10.646
Tributos a Compensar	3	3
Outros Realizáveis	202	344
TOTAL	25.495	41.312

⁽a) Esta rubrica refere-se principalmente a adiantamento de : férias, vale- transporte , assistência médica supletiva e alimentação/refeição.

⁽b) Reconhecimento de perda de R\$ 10.444 referente ao Projeto PIPE – Sungard (Plataforma de investimentos), descontinuado após aprovação da Diretoria Executiva em 2016.

⁽c) Baixa do contas a receber de R\$ 2.744 referente a gastos administrativos com consultoria.

5 INVESTIMENTOS

5.1 Composição da carteira de investimentos - Consolidado

Todos os títulos e valores mobiliários assim como as cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A

Os valores segregados por planos de benefícios, estão apresentados nas notas explicativas nº 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4.

INVESTIMENTOS		31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
Títulos Públicos	5.2.1	37.401.423	33.109.008
Títulos Públicos Federais		37.127.389	32.637.961
Notas do Tesouro Nacional		36.488.780	32.572.979
Letras do Tesouro Nacional		-	64.982
Letras Financeiras do Tesouro		638.609	-
Títulos Públicos Estaduais		274.034	471.047
Letras Financeiras do Tesouro Santa Catarina (a)		274.034	471.047
Créditos Privados e Depósitos	5.2.2	759.172	451.083
Instituições Financeiras		16.386	27.928
Certificado de Depósito Bancário		1.329	1.329
(-) Provisão para Perda		(1.329)	(1.329)
Letras Hipotecárias		16.386	16.095
Cédula de Crédito Bancário - CCB		-	11.833
Companhias Abertas		444.778	110.031
Debêntures não-Conversíveis		444.778	110.031
Companhias Fechadas		194.405	202.155
Debêntures Conversíveis		13.581	13.581
(-) Provisão para Perda		(13.581)	(13.581)
Debêntures não-Conversíveis		172.518	174.969
(-) Provisão para Perda		(7.832)	(5.983)
Cédulas de Crédito Imobiliário		106.271	100.145
(-) Provisão para Perda		(106.271)	(100.145)
Certificados Recebimentos Imobiliários		29.719	33.169
Sociedades de Propósito Específico		103.603	110.969
Debêntures não-Conversíveis		103.603	110.969
Ações	5.2.3	11.275.876	13.522.594
Instituições Financeiras		246.363	227.400
Companhias Abertas		10.184.189	12.848.792
A Vista		10.184.189	12.848.792
Sociedades de Propósito Específico		723.785	372.561
Empréstimo de Ações		121.539	73.841
Fundos de Investimentos	5.2.4	14.209.600	14.268.690
Renda Fixa		7.004.238	2.551.557
(-) Provisão para Perda		(2.160)	(2.160)
Ações		2.685.704	5.184.713
Multimercado		2.651.439	3.368.701
Direito Creditórios		39.871	69.009
Empresas Emergentes		54.101	58.524
Participações		1.465.356	2.606.473
Imobiliário	-	311.051	431.873
Derivativos		29	-
Investimentos Imobiliários	5.1.3	4.302.476	4.664.603
Terrenos		10.108	11.103
Aluguéis e Renda		4.291.371	4.652.232
Locadas a Patrocinador(es)		1.347.874	1.488.872
Locadas a Terceiro		2.484.506	2.683.066
Rendas de Participações		458.991	480.294
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		997	1.268
Empréstimos e Financiamentos	5.3	2.950.036	2.873.866
Empréstimos		2.950.036	2.873.866
Depósitos Judiciais/Recursais	3.4	20.926	20.926
Outros Realizáveis	5.4	796.519	-
TOTAL DO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS		71.716.057	68.910.770

(a) Letra Financeira do Tesouro de Santa Catarina – decorre de processo judicial ajuizado pela Petros. A decisão favorável à Petros ocorreu em 2010, com trânsito em julgado. Em 08 de março de 2012 foi emitido o Precatório nº 500120011226 no valor de R\$ 288.158, o qual deverá ser pago obrigatoriamente pelo Estado de Santa Catarina, até o exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, os valores a receber decorrente deste processo foram atualizados com base na decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 18 de dezembro de 2017, o qual leva em consideração: (i) ajuste para redução ao valor recuperável deste ativo em razão dos efeitos da decisão proferida nas ADIs 4357 e 4425 a qual reconheceu a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional nº 62/2009, e (ii) pagamento parcial do precatório no montante de R\$ 116.974. A possibilidade de êxito do Estado de Santa Catarina, no processo, é remota, tendo em vista jurisprudência favorável sobre o assunto.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
Rendas/Variações Líquidas	6.505.114	7.616.197
Títulos Públicos	3.608.905	5.853.480
Créditos Privados e Depósitos	71.754	68.539
Ações	976.191	(24.134)
Fundos de Investimento	859.599	1.228.836
Derivativos	4.837	-
Investimentos Imobiliários	(143.168)	45.760
Empréstimos e Financiamento	338.243	445.819
Exigível Contingencial - Investimentos	(6.074)	-
Outros Realizáveis	794.827	(2.103)
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(51.739)	(50.132)
TOTAL	6.453.375	7.566.065

5.1.1 Títulos de renda fixa mantidos até o vencimento

Os Títulos classificados como Títulos mantidos até o vencimento foram avaliados a mercado apenas para divulgação, conforme artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30/01/2002, no exercício de 2017, estão indicados abaixo.

PLANO/TÍTULOS —			Cl	JSTO AMORTIZA	(DO		
PLANO/IIIULOS —	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	2017	2016
PGA	-	17.967	-	16.670	-	34.637	34.560
NTN-C	-	15.874	-	16.670	-	32.544	32.240
Letra hipotecária	-	311	_	-	-	311	306
Debêntures Simples	-	1.782	_	-	-	1.782	2.014
PLANO MISTO SANASA	-	33.463	40.290	3.077	80.347	157.177	122.094
Debêntures Simples	-	-	935	-	-	935	-
NTN-B	-	33.463	39.355	3.077	80.347	156.242	122.094
PLANO PETROS 2	185.371	3.911.282	1.408.573	459.299	5.626.126	11.590.651	11.188.826
NTN-C	-	58.162	-	61.078	-	119.240	118.127
Letra hipotecária	-	1.144	-	-	-	1.144	1.123
Debêntures Simples	-	147.020	105.640	_	-	252.660	152.407
NTN-B	185.371	3.675.237	1.302.933	398.221	5.626.126	11.187.888	10.884.000
Recebíveis Imobiliários	-	29.719	_	-	-	29.719	33.169
PLANO PETROS LANXESS	-	60.811	_	40.184	-	100.995	236.290
NTN-C	_	38.262	_	40.184	-	78.446	77.715
Letra hipotecária	_	754	-	-	-	754	740
Debêntures Simples	-	21.795	-	-	-	21.795	22.764
NTN-B	-	-	-	-	-	-	135.071
PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS	-	9.027	-	5.963	-	14.990	32.160
NTN-C	-	5.681	-	5.963	-	11.644	11.535
Letra hipotecária	-	111	-	-	-	111	109
Debêntures Simples	-	3.235	-	-	-	3.235	3.380
NTN-B	-	-	-	-	-	-	17.136
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	-	840.426	154.472	718.135	-	1.713.033	1.552.218
NTN-C	-	683.843		718.135		1.401.978	1.388.897
Letra hipotecária	-	13.447		-		13.447	13.207
Debêntures Simples	-	143.136	154.472		-	297.608	150.114
PLANO PETROS ULTRAFERTIL	-	50.911	-	33.113	-	84.024	178.453
NTN-C	-	31.531		33.113	-	64.644	64.041
Letra hipotecária	-	619	-	-	-	619	608
Debêntures Simples	-	18.761			_	18.761	19.592
NTN-B	-		-	-	-	-	94.212
PLANO TAPMEPREV	15.486	88.081	31.694	-	46.674	181.935	145.202
Debêntures Simples	-	877	926	-	-	1.803	853
NTN-B	15.486	87.204	30.768	-	46.674	180.132	144.349

PLANO/TÍTULOS —				MERCADO			
PLANO/III OLOS —	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	2017	2016
PGA	-	21.161	-	24.246	-	45.407	43.896
NTN-C	-	19.068	-	24.246	-	43.314	41.576
Letra hipotecária	-	311	-	-	-	311	306
Debêntures Simples	-	1.782	-	-	-	1.782	2.014
Plano Misto Sanasa	-	35.558	43.380	3.370	85.653	167.961	125.720
Debêntures Simples	-	-	951	-	-	951	-
NTN-B	-	35.558	42.429	3.370	85.653	167.010	125.720
Plano Petros 2	189.269	4.150.552	1.496.587	518.745	6.196.024	12.551.177	11.639.690
NTN-C	-	69.865	-	88.838	-	158.703	152.335
Letra hipotecária	-	1.144	-	-	-	1.144	1.123
Debêntures Simples	-	153.467	105.609	-	-	259.076	152.407
NTN-B	189.269	3.896.357	1.390.978	429.907	6.196.024	12.102.535	11.300.656
Recebíveis Imobiliários	-	29.719	-	-	-	29.719	33.169
Plano Petros Lanxess	-	69.393	-	58.448	-	127.841	259.163
NTN-C	-	45.961	-	58.448	-	104.409	100.220
Letra hipotecária	-	754	-	-	-	754	740
Debêntures Simples	-	22.678	-	-	-	22.678	22.764
NTN-B	-	-	-	-	-	-	135.439
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	-	10.301	-	8.673	-	18.974	35.531
NTN-C	-	6.824	-	8.673	-	15.497	14.875
Letra hipotecária	-	111	-	-	-	111	109
Debêntures Simples	-	3.366	-	-	-	3.366	3.380
NTN-B	-	-	-	-	-	-	17.167
Plano Petros Sistema Petrobras	-	981.553	155.103	1.044.526	-	2.181.182	1.954.417
NTN-C	-	821.451	-	1.044.526	-	1.865.977	1.791.096
Letra hipotecária	-	13.447	-	-	-	13.447	13.207
Debêntures Simples	-	146.655	155.103	-	-	301.758	150.114
Plano Petros Ultrafertil	-	58.017	-	48.162	-	106.179	197.227
NTN-C	-	37.876	-	48.162	-	86.038	82.586
Letra hipotecária	-	619	-	-	-	619	608
Debêntures Simples	-	19.522	-	-	-	19.522	19.592
NTN-B	-	-	-	-	-	-	94.441
Plano TAPMEprev	15.772	94.718	33.758	-	49.190	193.438	148.829
Debêntures Simples		878	936	-	-	1.814	853
NTN-B	15.772	93.840	32.822	-	49.190	191.624	147.976

A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente são elaborados estudos gerenciais internos com software de "gestão de ativos e passivos" (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela PETROS, no curto, médio e longo prazos.

5.1.2 Ativos sem cotação em Mercado Ativo

A PETROS investe, direta e indiretamente, em ações de empresas que não possuem cotação em bolsa de valores e não possuem negociação frequente em mercado ativo. Tais investimentos são avaliados por meio de modelos de precificação com a finalidade de apresentar o valor justo destes investimentos. Dado a metodologia e premissas utilizadas nesses modelos, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quanto da sua efetiva realização financeira. Eventuais ajustes são reconhecidos, diretamente com o consequente efeito no resultado dos planos atrelados a esses investimentos, e indiretamente por meio do ajuste no valor da cota do Fundo investimento.

A tabela a seguir apresenta a precificação adotada para os ativos sem cotação em mercado ativo.

	2015	AQUISIÇÕES	RESULTADO	2016	AQUISIÇÕES BAIXAS TRANSFERÊNCIA	RESULTADO	2017
Ações (carteira própria)							
Fiago ON	55	-	(55)	-	-	-	-
Invitel Legacy ON	34	-	(15)	19	-	(13)	6
Litel ON/PNA (*) (iii)	26	-	4	30	2.652.486	142.795	2.795.311
Newtel ON	2.834	-	(2.430)	404	-	35	439
Invepar ON/PN (i)	2.357.396	-	(677.941)	1.679.455	-	(215.980)	1.463.474
Norte Energia ON (ii)	666.358	400.000	(687.797)	372.561	115.800	235.424	723.785
Termobahia ON	1.186	-	-	1.186	-		1.186
TOTAL	3.021.889	400.000	(1.365.234)	2.053.655	2.768.286	162.260	4.984.201

	2015	AQUISIÇÕES	RESULTADO	2016	AQUISIÇÕES BAIXAS TRANSFERÊNCIA	RESULTADO	2017
Fundos de Investimentos							
FIA Carteira Ativa III (Litel ^(*))	2.588.844	-	403.242	2.992.086	(3.003.465)	11.379	-
FIP Florestal (Eldorado) (iv)	1.559.616	-	(744.566)	815.050	(665.281)	(149.757)	11
FIP Multiner (v)	308.272	-	(235.503)	72.769	-	(59.211)	13.558
FIP Caixa Barcelona (vii) (**)	97.121	-	31.480	128.601	(68.587)	135.317	195.331
FIP Sondas (Sete Brasil) (vi)	61	571	(498)	134	-	(306)	(172)
TOTAL	4.553.914	571	(545.845)	4.008.640	(3.737.333)	(62.578)	208.728

^(*) Os valores alocado em Litel em janeiro de 2017 foram reclassificados para carteira prória em razão do encerramento do Fundo Carteira Ativa III. Outros ativos existentes da Carteira Ativa III na data do encerramento do fundo foram realizados.

(i) Invepar S.A.

A Invepar é uma das principais empresas de concessões de infraestrutura de transportes do Brasil, com ativos rodoviários, aeroportuários e de mobilidade urbana.

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 representam os resultados das avaliações da Invepar, pelo método de fluxo de caixa descontado, contratadas pela Petros, conforme Laudos de Avaliação emitidos pela: 1) Thoreos Consultoria Ltda., em 23 de dezembro de 2016.; e ii) Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda, em 29 de dezembro de 2017.

Premissas:

- Utilizou-se o modelo de fluxo de dividendos descontados para os ativos do Grupo Invepar, com data base para o valor presente de 30 de setem-
- Os fluxos foram projetados até o final de todas as concessões, em R\$ e em base nominal, descontados pelo respectivo custo de capital próprio ("Ke") de cada negócio.
- O custo de capital próprio foi estimado em R\$ e em base nominal, refletindo o setor de atuação e risco-país dos negócios.
- O valor da Invepar considera a soma das partes de sua participação em
- Em relação às premissas de Receita, foi considerado um crescimento no volume correspondente à variação projetada do PIB.
- Custos e Despesas de Pessoal, Conservação, Manutenção e demais custos operacionais foram corrigidos pela inflação projetada.

(ii) Norte Energia S.A. (Belo Monte)

A participação da PETROS na Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte) foi avaliada pelo método de fluxo de caixa descontado, conforme Laudo de Avaliação emitido pelo Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda, emitido em 29 de dezembro de 2017.

A valorização verificada até 31 de dezembro de 2017, decorre basicamente do ajuste ao preço por ação do último laudo de avaliação (R\$ 0,5810 por ação) Em 31 de dezembro de 2016 o investimento foi avaliado com base no valor de R\$ 0,3297 por ação. Adicionalmente, para fins de analise dos dados apresentados, é importante chamar a atenção em relação aos possíveis efeitos originados em razão dos eventos de capitalização ocorridos durante o exercício de 2017, os quais foram efetivados como base o preço de R\$ 1,00 por ação, conforme acordo firmado entre os acionistas.

- Utilizou-se a metodologia de Fluxo de Dividendos Descontados ("DDM") para obter o valor econômico financeiro da NESA com data base em 30 de setembro de 2017;
- Os fluxos de caixa da Companhia foram projetados em Real (R\$) considerando-se os efeitos da inflação.
- As premissas de precos definidas (i) nos contratos de compra e venda de energia definidos no Leilão A-5 nº 06/2009 e contrato bilateral junto aos acionistas Autoprodutores, e (ii) na expectativa de preços de mercado de energia para a parcela descontratada.
- Para a projeção de volume de energia foi utilizada a quantidade de energia disponível a partir da curva de motorização das unidades geradoras (UG) da UHE Belo Monte
- Os custos e despesas da Companhia foram com base em contratos firmados, gastos regulatórios (TUST, CCEE, UBP, prêmio de repactuação pelo SPR 100; P&D), compra de energia tomando-se como base a expectativa de GSF e PLD. Despesas administrativas e pessoal foram corrigidas pela inflação.
- Fluxo de CAPEX até o ano de 2019, quando a Companhia finalizará os investimentos de obras civis e montagem da totalidade das UGs do empreendimento. Para os demais anos não há investimentos de manutenção tendo em vista que os mesmos estão incluídos no OPEX de O&M
- Taxa de desconto baseada na metodologia do Capital Asset Princing Model - CAPM e devido à alavancagem do projeto, e da curva de amortização da

^(**) Em 31 de julho de 2017 ocorreu o IPO do IRB-Re, ativo investido do FIP Caixa Barcelona, por conseguinte, a cota passou a refletir a cotação diária em bolsa.

dívida ao longo do período de concessão, foi utilizada um taxa de desconto ano a ano, alterando-se a estrutura de capital em cada período.

(iii) Litel Participações S.A. (Carteira Ativa III FIA)

Em 31 de dezembro de 2016, o investimento no Carteira Ativa III Fundo de Investimento em Ações estava avaliado conforme laudo de avaliação, seguindo a metodologia do fluxo de caixa descontado, com taxa de desconto compatível com o risco associado à operação da Vale S.A. emitido em 02 de janeiro de 2017, contratado pelo Administrador do Carteira Ativa III FIA, elaborado pela empresa KPMG. O relatório elaborado à época e que serviu de base para o Administrador avaliar e decidir pelo valor a ser contabilizado, levou em consideração as informações públicas da Vale S.A. disponibilizadas por meio do site de relação com investidores da empresa.

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relacionamos a seguir os fatores que foram considerados na análise efetuada pela Administração da Petros:

Até 10 de janeiro de 2017, os investimentos da Petros em Litel era efetuada por meio do Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações ("FIA"). Naquela mesma data, ocorreu o encerramento do Fundo Carteira Ativa III FIA, cujo único cotista era a Petros, e desta forma passou a deter diretamente, 6,94% do capital de Litel.

Em 20 de fevereiro de 2017, a Vale anunciou uma reorganização societária, prevendo a celebração de novo acordo de acionistas, que passou a vigorar desde 10 de maio de 2017, com objetivo de viabilizar a listagem da empresa no segmento especial do Novo Mercado da B3 e transformá-la em sociedade sem controle definido.

Como consequência, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária da Vale para 27 de junho de 2017 e a reestruturação societária proposta foi aprovada. Neste contexto, a incorporação da Valepar pela Vale ocorreu em agosto de 2017 (45 dias após a realização da AGE) e, consequentemente, a Litel passou a deter ações diretamente da Vale, ocorrendo uma relevante redução da cadeia societária.

Em 14 de agosto de 2017, após a incorporação da Valepar, foi firmado novo acordo de acionistas em Vale, com validade de 3 anos, vinculando 20% das ações do bloco de controle. Com base no novo acordo, as ações não vinculadasficarão livres para negociação pela Litel e demais acionistas a partir de fevereiro de 2018 (lock-up de 6 meses).

Diante da significativa redução da estrutura societária da Vale S.A., e considerando uma parcela das ações desta. detidas por Litel encontra-se livres para negociação, a fim de conferir maior transparência ao valor justo do investimento considerado para fins contábeis, passou a utilizar premissas e informações consideradas "observáveis". A Petros passou a considerar em sua metodologia de apreçamento das suas ações de LITEL, o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil do mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais disponibilizados pela empresa. são considerados para ajustar o valor justo do investimento.

Em razão dos fatores apresentados, por meio da qual a Petros passa a utilizar premissas e informações observáveis e ou ativos similares, as seguintes movimentações foram registradas nos exercícios de 2017:

transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa Ajuste originado em razão da utilização em modelo de precificação pos quais os parâmetros	2.795.311
Registrado com base em modelo de precificação obtido por meio de laudo de avaliação para os quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de	(142.825)
	2.652.486
DESCRIÇÃO	2017

(iv) Eldorado Brasil e Celulose S.A. (FIP Florestal)

Em 31 de dezembro de 2016, o investimento no FIP Florestal estava precificado em R\$ 815.050, (baseada na avaliação econômico-financeira elaborada pela Deloitte, consultoria contratada pelo administrador do fundo para fins de marcação do valor das ações da Eldorado). O racional da marcação registrada ao fim de 2016 utilizou como base indicativo ditado no processo nº 52041-02.2016.4.01.3400 do Ministério Público Federal, (valores aportados no referido ativo atualizados pelo IPCA + 10,37% a.a.).

No dia 12 de dezembro de 2017, a Petros realizou a primeira etapa da venda da fatia de 24,75% que detinha no FIP Florestal, e que correspondia à participação indireta de 8,53% no capital social da Eldorado para a CA Invest, subsidiária da companhia Paper Excellence. O montante recebido naquela data foi de R\$ 665.679.

A operação, que decorreu do exercício de alienação conjunta (tag along) conforme acordos societários firmados no âmbito da Eldorado e do FIP Florestal, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros em 11 de outubro de 2017, após a realização de um amplo processo de avaliação interna e externa do ativo.

(v) Multiner S.A. (FIP Multiner)

Em 31 de outubro de 2017, o administrador do FIP Multiner reprecificou as cotas do Fundo com base em laudo de avalição econômico-financeira, elaborado por avaliador independente (Thoreos). O avaliador utilizou como referência, para elaborar o *valuation*, a posição patrimonial em dezembro/, e demais informações disponibilizadas pelas investidas até agosto/2017.

Premissas:

- Receita: foram considerados a energia, o preço e o prazo, conforme as disposições constantes dos contratos firmados por New Energy e Raesa.
- Custos e Despesas: levaram em consideração as informações constantes dos contratos firmados por New Energy e Raesa.
- CAPEX: no segmento de eólicas, os investimentos em manutenção preventiva nas usinas, são contemplados nas despesas de O&M.
- Taxa de Desconto: a metodologia adotada pelo Avaliador para o cálculo do valor justo das investidas considerou o Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCFE Free Cash Flow to Equity), descontado pelo Custo do Capital Próprio ("Ke").
- Premissas macroeconômicas: disponibilizadas por meio do boletim Focus do Banco Central do Brasil.

(vi) Sete Brasil Participações S.A. (FIP Sondas)

O saldo desse investimento em dezembro de 2016, considera o valor da cota do FIP divulgado pelo administrador, o qual já contempla provisão de *impairment* de 100% do ativo "Sete Brasil", representando 99,99% do patrimônio líquido do FIP Sondas.

Na posição de 31 de dezembro de 2017, o administrador, mantinha a provisão de perdas de 100% do valor do investimento realizado.

(vii) IRB-Brasil Resseguros S.A. (FIP Caixa Barcelona)

O administrador do FIP Caixa Barcelona, em conformidade com o Regulamento do Fundo, e em linha com a metodologia de cálculo do valor de mercado das ações do IRB-Re detidas pelo Fundo desde sua constituição, registrava o valor da participação nesta companhia subsidiado por laudo de avaliador independente. Em 31 de março de 2017 foi finalizada a avaliação do valor justo das ações do IRB-Re, elaborada pela Thoreos Consultoria Ltda., com data-base 31 de janeiro de 2017, resultando em um valor por ação de R\$ 17,67/ação, em detrimento do valor anteriormente registrado de R\$ 16,40/ação.

Ao fim do mês de julho de 2017, foi realizada a distribuição pública secundária das ações do IRB-Re, observado o disposto na Instrução CVM nº 400, no segmento de listagem do Novo Mercado.

Em relação ao preço por ação ofertado no IPO, R\$ 27,24 (piso da faixa indicativa), o mesmo foi fixado no dia 27 de julho de 2017 após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Bookbuilding")

realizado exclusivamente junto a investidores institucionais pelos coordenadores da oferta no Brasil, e por agentes de colocação internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM nº 400 – Procedimento de Bookbuilding.

Por fim, em 31de julho de 2017, foi realizada a abertura de capital do IRB-Re, tendo o FIP Caixa Barcelona negociado 6.864.000 acões ordinárias (oferta base), o que representa 2,2% do capital social da Companhia, culminando na entrada de recursos no Fundo na ordem de R\$ 184.000.

Em relação ao processo de deliberação da estratégia de desinvestimento parcial do Fundo, em que o Gestor propôs, por maioria foi aprovada a alienação de 7.792.452 ações de emissão do IRB-Re de titularidade do Fundo, quer seja, totalidade das ações não vinculadas, sendo 6.864.000 na oferta base e 928.452 no lote suplementar (*greenshoe*), resultando-se na redução de participação do Fundo no capital social do IRB-Re de 9,9% para 7,4%.

Em relação à precificação das ações do IRB-Re detidas pelo FIP Caixa Barcelona, uma vez que as mesmas possuem cotação diária visto a listagem em bolsa do ativo, a partir do IPO da companhia o critério de marcação a mercado recai sobre o valor de fechamento das ações ordinárias do IR-B-Re, na B3.

5.1.3 Investimentos Imobiliários

Carteira de imóveis e impacto da reavaliação de imóveis.

Crição	31 DE DEZEMBRO 2017	31 DE DEZEMBRO 2016	IMPACTO RESULTADO (REAVALIAÇÃO) (1)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO	PLANO BENEFÍCIO
RENOS	10.108	11.103	(995)			
uatemi Fortaleza T	10.108	11.103	(995)	В	27/09/2017	PPSP
GUÉIS E RENDAS	4.291.371	4.652.232	(364.695)			
adas a Patrocinador (es)	1,347,874	1.488.872	(128.297)			
njunto Pituba	85.004	88,280	(3.276)	Α	14/06/2017	PPSP
ificio Ouro Negro Patroc	54.080	60.650	(6.570)	Α	23/01/2017	PPSP
ificio Paulista 500	27.199	30.780	(3.581)	Α	23/02/2017	PPSP
rta Barbosa	246.029	277.402	(31.373)	В	05/10/2017	PPSP
rk Avenue	849	860	(11)	В	11/04/2017	PPSP
ulista 500 – Unidades 91, 92, 93 E 94	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSP
rto Brasilis – 2º E 3º Andares	29.682	40.239	(10.557)	Α	31/05/2017	PPSP
njunto Pituba – Ampliação (1)	883.361	954.500	(71.139)	Α	16/06/2017	PPSP
ntas A Receber	8.070	20.771				
adas a Terceiros	2.484.507	2.683.066	(215.300)			
siness Park Jundiaí-Itupeva	374.412	345.027	29.385	Α	28/02/2017	PPSP
ntro Comercial E Empresarial Jubran	100.353	104.084	(3.731)	Α	07/11/2017	PP2
ntro Empres. S.p.	38.397	48.447	(10.050)	Α	17/04/2017	PPSP
ntro Empres. Varig	37.219	56.161	(18.942)	С	09/02/2017	(3)
ntro Empresarial Araguaia II	102.994	107.097	(4.103)	С	25/09/2017	PPSP
ntro Século XXI	17.124	21.759	(4.635)	С	22/02/2017	Ultrafértil
nd Indl Log Alfredo Braz	38.484	40.110	(1.626)	В	10/04/2017	PP2
ndomínio Centro Logístico Raposo	455.784	481.704	(25.920)	В	31/03/2017	PPSP
ndomínio Empresarial Rodoanel	71.184	80.938	(9.754)	Α	28/04/2017	PP2
ntinental Square	69.044	79.688	(10.644)	Α	28/02/2017	PPSP
Petros-Loja	16.320	22.000	(5.680)	В	20/02/2017	Ultrafértil
ificio Ouro Negro Terc.	32.406	36.343	(3.937)	Α	23/01/2017	PPSP
per Bompreco Bahia	49.000	51.570	(2.570)	В	31/03/2017	PPSP
per Bompreco Natal	64.099	61.100	2.999	А	11/09/2017	PP2
per Bon Marche	13.400	13.600	(200)	В	12/11/2017	Nitriflex
per Casa Forte	86.460	83.278	3.182	В	27/07/2017	PPSP
vradio 162	92.922	108.711	(15.789)	Α	20/04/2017	PPSP

DESCRIÇÃO	31 DE DEZEMBRO 2017	31 DE DEZEMBRO 2016	IMPACTO RESULTADO (REAVALIAÇÃO) (1)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO	PLANO BENEFÍCIO
Monteiro Lobato	19.424	20.209	(785)	В	10/04/2017	PPSF
Oab	7.594	8.078	(484)	Α	28/03/2017	Lanxes
Paulista 500	40.486	42.774	(2.288)	Α	23/02/2017	PPSF
Paulista 500 – Unidades 31,32,33 E 34	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSI
Paulista 500 – Unidades 51,52,53 E 54	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSF
Porto Brasilis	191.897	257.551	(65.654)	Α	31/05/2017	PPSF
Rio Office Park 4	4.620	6.543	(1.923)	В	20/02/2017	(4
Rio Office Park 5	18.885	20.992	(2.107)	В	20/02/2017	(5
Sao Luiz (Torre IV) (2)	91.324	120.960	(29.636)	В	20/02/2017	(6
São Paulo Headquarters I	358.018	370.772	(12.754)	B 20/02/2017		PPSF
Tendtudo	23.800	37.872	(14.072)	В	31/07/2017	PP2
Contas a Receber	41.658	24.918				
RENDA DE PARTICIPAÇÕES	458.991	480.294	(21.097)			
Iguatemi Fortaleza	144.227	154.159	(9.932)	В	27/09/2017	PPSF
Iguatemi Fortaleza Expansao	27.472	29.364	(1.892)	В	27/09/2017	PPSF
Shopping Del Rey	60.079	71.700	(11.621)	В	07/06/2017	(7
Shopping Vitoria	91.130	90.360	770	В	22/12/2017	PPSI
Shopping Vitoria-Exp	58.420	47.980	10.440	В	22/12/2017	PPSF
Iguatemi Fortaleza - Expansao II	77.664	86.525	(8.861)	В	27/09/2017	PPSF
Contas A Receber	-	206				
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	997	1.268				

(1)Somatório não inclui Contas a Receber

- (2) A unidade 84 do Ed. São Luiz foi alienada em 26 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 7.320, impactando o resultado R\$ 295 negativamente.
- (3) Centro Empresarial Varig está alocado nos planos PPSP, Ultrafértil e Lanxess.
- (4) Rio Office Park 4 (ROP 4) está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil, Lanxess, Nitriflex e PGA.
- (5) Rio Office Park 5 (ROP 5) está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil e PGA.
- (6) Ed. São Luiz está alocado nos planos PPSP, Ultrafértil, Lanxess e PGA.
- (7) Shopping Del Rey está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil, Lanxess, Nitriflex e PGA.

Legenda:

PPSP – Plano Petros Sistema Petrobras

PP2 – Plano Petros 2

Avaliadores:

- A Câmara de Consultores Associados S/A Ltda.
- B FIDE Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda.
- C ANEXXA Engenharia Consultoria e Comércio Ltda.

5.1.4 Provisões para crédito de liquidação duvidosa em investimentos

As provisões foram constituídas considerando a inadimplência dos emissores e contrapartes, de acordo com os critérios definidos na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e nas análises de crédito realizadas pela Petros.

O total das provisões em 31 de dezembro de 2017 monta a R\$ 968.837 (R\$ 956.412 em 31 de dezembro de 2016), referente às aplicações que se encontram pendentes de decisão judicial com remota possibilidade de êxito em favor da Petros, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	DATA DE	DATA DE		2017		2016
DESCRIÇÃO	AQUISIÇÃO	PROVISÃO -	VALOR	PROVISÃO	VALOR	PROVISÃO
DEBÊNTURES			64.729	64.729	64,286	62.879
Cia. Nova América (1)	-	ago/98	8.148	8.148	8.148	8.148
Lojas Arapuã (2)	_	set/99	5.433	5.433	5.433	5.433
(*) Galileo SPE	ago/11	mar/14	19.073	19.073	19.073	19.073
(*) Inepar	set/12	mai/14	24.243	24.243	24.243	24.243
Feniciapar (Recebíveis da Arapuã) (3)	-	nov/03	4.575	4.575	4.575	4.575
Hopi Hari	jun/09	ago/16	3.257	3.257	2.814	1.407
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS			80.532	80.532	82.183	82.183
(*) Hospital Bahia e Boa Viagem Medical	nov/02 e dez/04	mar/09	66.719	66.719	66.719	66.719
(*) Cibrasec	fev/12	abr/14	13.813	13.813	15.464	15.464
CÉDULA DE CRÉDITO DANCÉDIO						
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO			327.988	327.988	329.874	329.874
(*) ALLCRED	set/09	nov/11	20.997	20.997	20.997	20.997
(*) CELPAI	jul/09	jun/12	24.503	24.503	24.774	24.774
(*) CELPA II	ago/11	jun/12	50.658	50.658	51.273	51.273
(*) V55 Empreendimentos	jun/09	jun/13	48.194	48.194	48.194	48.194
(*) Providax 2 Participações S.A.	jul/12	out/13	53.278	53.278	53.278	53.278
(*) Eletrosom S.A	dez/11	mar/14	31.831	31.831	32.831	32.831
(*) Providax Participações S.A.	jul/12	nov/12	56.421	56.421	56.421	56.421
(*) Inepar	fev/11	mai/14	42.106	42.106	42.106	42.106
CERTIFICADO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO			52.648	52.648	27.228	27.228
(*) SEMEAR	fev/10	dez/11	17.732	17.732	17.732	17.732
(*) SANTANA TEXT	jul/10	dez/13	34.916	34.916	9.496	9.496
CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO			439.451	439.451	450.759	450.759
(*) Laima Participações Ltda.	jun/10	jul/12	57.289	57.289	34.916	34.916
(*) SPE Administradora Rex Ltda.	mai/12	jun/13	25.255	25.255	25.255	25.255
(*) Phoenix	abr/12	ago/13	47.092	47.092	59.340	59.340
(*) UNIESP	jan/12	mar/15	25.255	25.255	17.269	17.269
(*) Poty	jul/11	set/13	59.340	59.340	38.936	38.936
(*) RENNO	jul/11	out/13	38.936	38.936	47.092	47.092
(*) Atac Participação Agropecuária Ltda.	out/10	out/12	9.496	9.496	57.289	57.289
(*) RBP	jun/14	out/14	25.300	25.300	25.300	25.300
(*) ADELCO	mai/13	jan/15	45.217	45.217	45.217	45.217
THa REALTY	out/15	nov/15	106.271	106.271	100.145	100.145
OUTROS	-	ago/98	3.489	3.489	3.489	3.489
TOTAL			968.837	968.837	957.819	956.412

(*) Ativos transferidos para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados (FIDCs) abaixo:

FIDC Brasil Plural Recuperação de Credito FIDC NP BR PLURAL I
FIDC Brasil Plural Recuperação de Credito FIDC NP II BR PLURAL II
FIDC Polo Recuperação de Credito NP POLO I
II FIDC NP Polo Recuperação de Credito Não Padronizado POLO II
III FIDC NP Polo Recuperação de Credito FIDC NP POLO III

Observações:

- (1) Ajuizada ação na $10^{\rm a}$ Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro visando a recuperação do crédito.
- (2) Empresa em concordata desde junho de 2011.Em 2005 foi ajuizada a declaração coletiva de crédito (Habilitação) nº 1534/98-04, tendo a Petros incluído o seu crédito quirografário no quadro geral dos credores.
- (3) Empresa em recuperação judicial, debêntures de recebíveis da Arapuã.

A Fundação constituiu Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa para os Investimentos Imobiliários (Aluguéis) e Empréstimos e financiamentos, conforme tabela abaixo:

TOTAL	24.806	23.475
Planos de Contribuição Definida / Variável	6.178	3.754
Planos de Benefício Definido	8.374	8.618
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14.552	12.372
Locadas a Terceiros	10.123	10.237
Locadas a Patrocinadoras	131	866
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.254	11.103
DESCRIÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2010
DESCRIÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016

5.2 Carteira de Investimentos de Títulos de renda fixa e variável por Plano de Benefícios

Distribuição dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 por Plano de Benefícios.

5.2.1 Títulos Públicos

									PLANOS
	PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS 2	MISTO SANASA	TAPMEPREV	PGA	31 DE DEZEMBRO DE 2017
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	22.427.026	55.574	458.579	200.190	13.286.399	177.735	218.197	303.690	37.127.389
Nota do Tesouro Nacional C	1.401.978	11.644	78.446	64.644	119.240	-	-	32.543	1.708.496
Notas do Tesouro Nacional B	20.705.734	38.751	380.133	135.546	12.951.396	172.556	207.847	188.323	34.780.284
Letra Financeira do Tesouro	319.314	5.179	-	-	215.763	5.179	10.350	82.824	638.609
TÍTULOS PÚBLICOS ESTADUAIS	222.148	1.874	12.619	10.790	18.888	-	-	7.714	274.034
Valores a Receber (LFT-SC)	222.148	1.874	12.619	10.790	18.888	-	-	7.714	274.034
TOTAL	22.649.174	57.448	471.198	210.980	13.305.287	177.735	218.197	311.404	37.401.423

5.2.2 Créditos e Depósitos

	PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS NITRILFEX /LANXESS	PETROS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS 2	MISTO SANASA	TAPMEPREV	PGA	31 DE DEZEMBRO DE 2017
CREDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	397.443	3.771	25.407	21.735	303.981	941	1.915	3.980	759.171
CERTIFICADO REC. IMOBILIÁRIOS	ı	1	1	ı	29.719	1	1		29.719
HABITASEC	ı	1	1	ı	29.719	1	1	1	29.719
LETRAS HIPOTECÁRIAS	13,447	111	754	619	1.144	1	•	311	16.386
H	13.447	111	754	619	1.144	1	1	311	16.386
DEBENTURES	383.996	3.659	24.653	21.116	273.117	941	1.915	3.668	713.066
TERMOPERNAMB	1	1	•	ı	38.971	1	1	,	38.971
PETROBRAS	ı	1	1	ı	47.852	237	350	1	48.439
CIA VALE DO RIO DOCE	51.077	424	2.858	2.355	4.344	1	1	1.186	62.245
TERMOBAHIA	52.626	434	2.925	2.496	4.370	1	1	1.782	64.632
BRTOWERS	25.263	1.607	10.771	9.278	25.263	1	1	1	72.180
RAIZEN	46.253	1	1	ı	46.253	1	1	1	92.505
INVEPAR	106.642	1		ı	6.141	1	1		112.783
US AMERICANAS	26.463		-	-	3.959	277	245	-	30.945
US AMERICAN	18.995	1.194	8.100	6.987	18.995	1	I	ı	54.271
CCR	30.196	1	,	ı	13.781	1	96	595	44.667
MRV	21.367	1	1	ı	9.653	1	62	1	31.081
Sonae sierra	1	1	1	-	31.792	421	268	1	32.481
DEMAIS DEBENTURES	5.116	1	1	ı	21.745	9	894	105	27.866

5.2.3 Ações

OKODES MENCLODO A VISTA 9182 NG 33.61 P 17.64 SB 11.33739 45.137 15.01 NG MACION 31.60 M 31.24 M 21.148 M 17.64 M 17.64 M 16.40 M 14.97 M 14.97 M MACION NA 31.80 M 31.24 M		PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS NITRILFEX / LANXESS	×	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS 2	PETROS 2 TAPMEPREV	PGA	31 DE DEZEMBRO DE 2017
9135.786 31244 211.480 176.459 1047.295 44.977 146.37 24060 2.2400 2.2504 2.2400 </td <td>AÇÕES</td> <td>9.489.969</td> <td>33</td> <td>612</td> <td>227.338</td> <td>189.988</td> <td>1.133.729</td> <td>45.132</td> <td>156.107</td> <td>11.275.876</td>	AÇÕES	9.489.969	33	612	227.338	189.988	1.133.729	45.132	156.107	11.275.876
24060 - - - 25704 2470 - <t< td=""><td>AÇÕES MERCADO À VISTA</td><td>9.125.785</td><td>31.</td><td>244</td><td>211.480</td><td>176.459</td><td>1.047.295</td><td>44.977</td><td>146.371</td><td>10.783.611</td></t<>	AÇÕES MERCADO À VISTA	9.125.785	31.	244	211.480	176.459	1.047.295	44.977	146.371	10.783.611
State	VALEON	24.060					22.504	2.470		49.034
2005277 9228 67903 54435 71477 7 3435 7 343	PETROBRAS ON	23.588					22.490	1.668	ı	47.746
NAME	BR FOODS ON	3.015.277	6	928	67.903	54.435	211.477	1	34.395	3.393.415
NAMS CASA - </td <td>LITEL ON</td> <td>2.276.006</td> <td>18</td> <td>779</td> <td>126.486</td> <td>107.941</td> <td>188.996</td> <td></td> <td>77.081</td> <td>2.795.288</td>	LITEL ON	2.276.006	18	779	126.486	107.941	188.996		77.081	2.795.288
IAON 732365 -	INVEPAR PN	907.354					49.758		18.537	975.650
ATSS GNT -<	NORTE ENERGIA ON	723.785					1		·	723.785
ASSESS A	INVEPAR ON	453.677			,		24.879		9.269	487.825
NAMEDIAL ON 68225 568 38.23 3150 5811 - 158 NA 9734 8 55 45 83 - 15 NA 9734 8 55 45 83 - - NA 360 3 55 45 83 - <t< td=""><td>TOTVS ON</td><td>479.506</td><td></td><td></td><td>,</td><td></td><td>1</td><td></td><td></td><td>479.506</td></t<>	TOTVS ON	479.506			,		1			479.506
M 34,344 - - 24,29 -	BRASKEM ON	68.325		568	3.823	3.150	5.811		1.586	83.263
ON 972 8 55 45 83 - 2 1 1 1 1 1 31 -<	PETROBRAS PN	34.344					32.746	2.429		69.520
360 3 20 17 31 - - - - - - - -	TERMOBAHIA ON	972		∞	55	45	83		22	1.186
19 19 1 1 1 2 1 1 1 2 1 1	NEWTEL ON	360		m	20	17	31		8	439
PM 332331 - </td <td>LITEL PNA</td> <td>19</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td></td> <td></td> <td>24</td>	LITEL PNA	19			-	-	2			24
PNA 332,331 -	INVITEL ON	5								9
NON 82742 - 78612 6.378 - 310 - 310 - 310 - - 78612 6.38 - 311369 - 311369 - 31369 - 31369 - 31369 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 31360 - 114 116 116 116	MARCOPOLO PN	332.331					1			332.331
OPN 133,563 1,109 7,473 6,158 11,360 - 3,109 OPN 38,046 - - 7,330 5,554 31,00 ON 33,412 - - - 7,330 5,554 31,00 ON 33,412 - - - 7,330 2,433 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,413 2,439 2,413 2,439 2,413 2,439 2,413 2,439 2,439 2,413 2,439 2,413 2,439 2,413 2,439 2,413 2,439 2,411 2,324 2,439 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,324 2,411 2,411 2,411 2,411 2,411 2,411 2,411	ISHARES BOVA	82.742					78.612	6.378		167.732
OP N 78046 - - 74.330 5.554 NA 34.126 - - 3.538 2.413 NA 32.560 - - 31.04 2.342 2.439 NA 32.560 - - - 31.04 2.344 2.349 2.349 NA 32.560 - - - - 31.05 2.349 2.349 ANA 46.319 387 2.607 2.148 3.963 - 1.14 ANISHON 46.319 387 2.607 2.148 3.963 - 1.14 ANASHON 2.2948 - - - 1.18 - 1.14 ANASION 1 - - - - 1.14 - - 1.14 NANAS PIN 2.056 - - - - 1.14 - - 1.14 NANAS PIN 15.948 - - - <td< td=""><td>COELCE ON</td><td>133.563</td><td></td><td>109</td><td>7.473</td><td>6.158</td><td>11.360</td><td></td><td>3.100</td><td>162.764</td></td<>	COELCE ON	133.563		109	7.473	6.158	11.360		3.100	162.764
34,126 - - 32,538 2,413 ON 33,965 - - 32,402 2,439 ON 32,586 - - 31,050 2,324 ON 32,586 - - 31,050 2,334 ON 40,191 409 2,752 2,268 4,184 - 1,14 ANON 49,755 - - 1,14 2,375 - 1,14 ASILON 49,755 - - - 1,14 - 1,14 ASILON 2,2948 - - - 1,14 - 1,14 ASILON 2,2948 -	ITAÚ UNIBANCO PN	78.046			1	1	74.330	5.554	1	157.931
ON 33.965 - - 3.402 2.439 ON 3.2586 - - 31.104 2.324 ON 3.2580 - - 31.104 2.324 MAON 46.319 409 2.752 2.268 4.184 - 1.14 MAON 46.319 387 2.607 2.148 3.63 - 1.14 ASILON 2.948 - - - 1.44 1.14 ANISLON 2.2948 - - - 1.18 - 1.14 ANISLON 2.2948 - - - 2.187 1.623 - 1.14 ANISLON 2.2948 - - - 1.87 -	MRV ON	34.126		-	1	1	32.538	2.413	1	20.69
ON 32.586 - - - 31.104 2.324 ON 32.560 - - - 31050 2.375 MA ON 49.191 409 2.752 2.268 4.184 - 1.14 ASILON 49.755 - - - 1.18 - 1.10 ANSILON 20.548 - - - 1.18 - 1.10 ANSILON 20.548 - - - 1.18 - 1.10 ANASILON 20.548 - - - 1.18 - 1.10 ANASILON 20.548 - - - 1.18 - 1.10 ANASILON 0 1.968 - - - 1.10 - - 1.10 ANASILON 0 1.560 - - - 1.10 - - - - 1.10 - - - - - <td>ULTRAPAR ON</td> <td>33.965</td> <td></td> <td>-</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>32.402</td> <td>2.439</td> <td>1</td> <td>68.807</td>	ULTRAPAR ON	33.965		-	1	1	32.402	2.439	1	68.807
NAM 32.560 - - 31050 2.375 MAONA 49.191 409 2.752 2.268 4.184 - 1.14 ANASILON 49.755 - - - 1.08 - 1.08 ANASILON 22.948 - - - - - - 1.08 ANASILON 20.548 - <td< td=""><td>BMFBOVESPA ON</td><td>32.586</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>31.104</td><td>2.324</td><td>-</td><td>66.014</td></td<>	BMFBOVESPA ON	32.586		-	-	-	31.104	2.324	-	66.014
MAON 49.191 409 2.752 2.268 4.184 - 1.14 A 46.319 387 2.607 2.148 3.963 - 1.08 A 49,755 - - - - - - 1.08 ASILON 22,948 -	EQUATORIAL ON	32.560		-	-	-	31.050	2.375	-	65.985
A6.319 387 2.607 2.148 3.963 - 1.08 ASILON 22.948 -	PARANAPANEMA ON	49.191		409	2.752	2.268	4.184	1	1.142	59.946
ASIL ON 2.2.948 - <	FRAS-LE ON	46.319		387	2.607	2.148	3.963	1	1.082	56.506
ASIL ON 2.948 - - 21.877 1.623 ANAS PN 20.548 - - 19.601 2.32 I 19.945 - - 19.001 1.411 I 19.608 - - 19.021 1.411 V 19.608 - - 18.70 1.387 PARDINI ON 15.548 - - 15.170 1.158 CO ON 15.548 - - 14.894 1.107 CO ON 15.368 - - 14.894 1.107 LO ON 15.368 - - 14.550 1.066 15.069 - - - 14.550 1.066 15.089 - - - 14.370 1.066 15.089 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	INDS. ROMI ON	49.755		-	1	-	_	1	1	49.755
ANAS PN 20548 - - 19601 2.232 I 19945 - - 19021 1.411 I 19608 - - 18.700 1.387 PARDINI ON 15.548 - - 15.170 1.158 CO ON 15.368 - - 14.894 1.107 CO ON 15.368 - - 14.894 1.107 IL ON 13.583 - - 14.370 1.066 IL ON 8271 - - 12.954 961 NON 8488 - - 8.092 599 T 8477 - - 8.034 596	BANCO DO BRASIL ON	22.948			1	1	21.877	1.623	1	46.448
I 19945 - - 19021 1.411 N 19608 - - 18.700 1.387 PARDINI ON 15.348 - - 15.170 1.158 CO ON 15.368 - - 14.894 1.107 CO ON 15.368 - - 14.894 1.107 IL ON 13.583 - - 14.370 1.066 IL ON 10.852 - - 12.954 961 N ON 8.271 - - 9.835 1.432 R 488 - - 8.092 599 T 8.477 - - 8.034 596	LOJAS AMERICANAS PN	20.548		1	1	1	19.601	2.232	1	42.382
N PARDINI ON 19,608 - - 18,700 1.387 PARDINI ON 15,910 - - 15,170 1,158 CO ON 15,548 - - 14,894 1,107 15,368 - - 14,894 1,107 15,069 - - 14,894 1,087 11,00 13,583 - - 14,370 1,066 10 No 10,852 - - 12,954 961 NON 8,271 - - 9,835 1,432 1 8,427 - - 8,092 599 1 8,77 - - 8,092 596	BRADESCO PN	19.945		1	1	1	19.021	1.411	1	40.376
PARDINI ON 15,910 - - 15,170 1,158 CO ON 15,548 - - 14,894 1,107 CO ON 15,368 - - 14,656 1,087 15,069 - - 14,370 1,066 11,0N 13,583 - - 12,954 961 NON 8271 - - 9,835 1,432 NON 8488 - - 8,092 599 T 8,427 - - 8,034 596	MULTIPLAN ON	19.608		1	1	1	18.700	1.387	1	39.695
COON 15.548 - - 14.894 1.107 15.368 - - 14.656 1.087 15.069 - - 14.570 1.066 11.50N - - 12.954 961 10.852 - - 9.835 1.432 NON 8.271 - - 9.835 1.432 8.488 - - 8.092 599 T 8.477 - - 8.034 596	INST. HERMES PARDINI ON	15.910		,	'	1	15.170	1.158	1	32.238
15.368 - - 14.656 1.087 15.069 - - 14.370 1.066 ILON 13.583 - - 12.954 961 NON 8.271 - - 9.835 1.432 8488 - - 7.274 1.975 T 8427 - - 8.034 596	M. DIAS BRANCO ON	15.548		-	1	1	14.894	1.107	1	31.549
15.069 - - - 14.370 1.066 13.583 - - - 12.954 961 ON 10.852 - - 9.835 1.432 ON 8.271 - - 7.274 1.975 8.488 - - 8.092 599 8.427 - - 8.034 596	LOCALIZA ON	15.368		-	-	-	14.656	1.087	1	31.111
13.583 - - - 12.954 961 ON 10.852 - - 9.835 1.432 ON 8.271 - - 7.274 1.975 8.488 - - 8.092 599 8.427 - - 8.034 596	WIZON	15.069		-	1	1	14.370	1.066	1	30.505
ON 10.852 - - 9.835 1.432 ON 8.271 - - 7.274 1.975 8.488 - - 8.092 59 8.427 - - 8.034 596	IGUATEMI ON	13.583		-	1	1	12.954	961	1	27.498
ON 8.271 - - - 7.274 1.975 8.488 - - - 8.092 599 8.427 - - 8.034 596	RAIA DROGASIL ON	10.852		1	1	1	9.835	1.432	1	22.119
8.488 - - 8.092 599 8.427 - - 8.034 596	IOCHP-MAXION ON	8.271		1	1	1	7.274	1.975	1	17.520
8.427 8.034 596	CVC ON	8.488		,	1	1	8.092	599	1	17.179
	ENERGISA UNIT	8.427			1	1	8.034	296	1	17.057

	PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS 2 TAPMEPREV	TAPMEPREV	PGA	31 DE DEZEMBRO DE 2017
LOJAS RENNER ON	4.143				3.950	293	٠	8.386
LOG IN ON	8.215			1		1		8.215
RECIBO TELES	6.238	52	349	288	531	1	145	7.602
TELEFÔNICA PN	120	-	7	9	10	1	3	146
TELEBRAS PN	41	0	2	2	3	1	-	90
EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES	61.342		1		60.197		ı	121.539
Posição Doada - Demais Ações	61.324				60.180			121.504
BMFBOVESPA	275				228			503
EQUATORIAL	1.008		•	•	961		1	1.970
IHPARDINI	462				440			905
IOCHP-MAXION	19.649	ı			19.353		ı	39.003
ISHARES BOVA	7.493				7.377			14.869
ITAUUNIBANCO	528				542			1.070
LOJAS AMERIC	11.017				10.497			21.513
M.DIASBRANCO	112				28			141
RAIADROGASIL	9.397	-	-	-	9.472	-	-	18.869
ULTRAPAR	519	-	-	-	486	-	-	1.005
VALE	10.864	•	-	-	10.796	-	-	21.660
Operações Doadas	18	•			17			35
EMPRESTIMOS	18	1	1		17	1		35
DDOVENTOS À DECEDED	300 000	096.0	11 010	12 500	טרר אר	177	207.0	007 076
THOUGH OF A MECEBER	000.200	7.300	0.000	670.01	20.75	CCI	05/30	601.016
VALORES À RECEBER / ORDEM DE VENDA	80	1	1	ı	∞	-		17

(a) Trata-se da posição de ações, da carteira de giro, que a Petros alugou, através de corretoras, para outros investidores no mercado que as utilizam para fazer operações de venda a descoberto, ou seja, para determinadas empresas que investimos e que não enxergamos uma possível zeragem desta posição no curto prazo, utilizamos este tipo de operação para aumentar a rentabilidade da carteira.

5.2.4 Fundos de Investimentos

	PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS BRASKEM	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS	PETROS 2	MISTO	TAPMEPREV	PGA	PLANOS	31 DE DEZEMBRO DE 2017
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	9.869.540	16718	54.133	302.988	150729	236.481	65456	1.959.244	50.487	60.379	392.740	1050706	14.209.597
RENDA FIXA	5.681.139	16.718	22.578	164.457	76.220	198.062	35.752	702.780	18.874	13.972	27.997	43.531	7.002.078
CRONOS	1	-	1			1		92.206	,	1	,	1	92.206
LIQUIDEZ	5.676.200	16.718	22.563	164.309	76.220	197.905	35.752	610.427	18.874	13.972	26.045	43.531	6.902.515
MATCH DI	3.206	'	'	20	'	73			'	1	1.891	1	5.220
SINERGIA	1.733		15	86	1	8		147	1	1	09	1	2.137
AÇÕES	1.917.428	1	462	3.105	1	2.672	•	738.231	1	1	23.806	1	2.685.703
EXCELENCIA	25.447	1	219	1.474	1	1.280	1	2.220	1	1	882	1	31.522
FIA BR PLURA	1	-	1	1	1	1	1	206.226	1	1	1	1	206.226
GERA FUTURO	566.610	'	'		'	1		169.398	,	1	6.015		742.023
IP SELECAO	615.729	'	,	'	'	1	,	157.650	,	1	8.633	1	782.012
QUEST ATLANT	680.295	1	1	'	'	1	,	200.300	1	1	7.283	1	887.878
FIA ENERG SP (c)	7.439	'	19	413	'	353		618	,	1	252		9.137
FIA LEBLON	21.907	1	181	1.217	1	1.039	1	1.819	1	1	742	1	26.905
MULTIMERCADO	909.912	1	24.883	93.610	74.510	ı	29.704	118.309	31.613	46.295	315.430	1.007.175	2.651.439
FIM JUPITER	1	•	•	•	•	1	29.704	1	•	1	•	1	29.704
FIM LIBRA	1	1	1		74.510	ı			,	1	,	1	74.510
CREDITO (a)	868.367	'	7.180			ı		72.110		1	29.409	1	790.776
PEGASO	-	-	-	-	-	-	-	6.522	-	207	-	-	6.729
SALEMA	41.545	-	1	-	-	-	-	39.676	-	2.943	-	-	84.164
MODERADO	1	1	17.703	93.610	1	ı			31.613	43.144	286.021	1.007.175	1.479.265
DIREITOS CREDITÓRIOS	32.224	•	43	289	•	238		6.844	•	112	120	1	39.870
FIDCVINCI	11.655	1	1	1	1	1	1	'	1	1	1	1	11.655
BR PLURAL I	5.227	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	5.227
MULT BVA III	4.556	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4.556
MULTITALIA	4.323					1	ı	1		1		1	4.323
EXODUS III	-	-	-	-	-	-	-	3.260	-	112	-	-	3.373
VALOR	1	-	1	-	-	-	-	2.777	-	1	-	-	2.777
MULTISET BVA	1.943	1	16	109	1	06	1	165	1	1	45	1	2.368
BR PLURAL II	1.565	1	13	88	1	72	1	133	1	1	36	-	1.908
GP AETATIS	873	-	7	49	-	40	-	74	-	1	20	-	1.063
DEMAIS DIREITOS CREDITÓRIOS	10												2.620
EMPRESAS EMERGENTES	52.796	1	47	317	1	271	1	475	1	1	194	1	54.101
CRP VENTURE	1.094	-	6	62	-	53	-	93	-	1	38	1	1.349
FIPAC	4.403	-	37	250	-	214	-	374	-	-	153	-	5.431
INVESTECH II	91	1	_	5	1	4	1	∞	1	1	3	1	112
EMPREENDEDOR	35.182	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	35.182

	PETROS SISTEMA PETROBRAS	PETROS BRASKEM	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS COPESUL	PETROS 2	MISTO	TAPMEPREV	PGA	PLANOS	31 DE DEZEMBRO DE 2017
FUNDOTECII	5.460	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	,	5.460
JARDIM BOTA	6.567	-	-	-	-	I	-	-	1	1	1	-	6.567
PARTICIPAÇÕES	1.101.146	1	5.694	38.339	1	32.783	•	263.956	1	1	23.438	•	1.465.354
BR ENERGIA	235.906	1	1.990	13.400	-	11.459	1	20.057	-	1	8.192	_	291.005
FIP CX BARCE	-	1	1	1	-	-	1	195.331	-	-	-	-	195.331
LOG BRASIL	138.360	1	1.167	7.859	-	6.720	1	11.764	-	1	4.805	1	170.675
FIP AG ANGRA	114.873	1	696	6.525	1	5.580	1	6.767	1	1	3.989	1	141.703
INFRA BR FDA	105.140	1	887	5.972	-	5.107	1	8.939	1	1	3.651	1	129.697
FIP AGRONEGO	114.745	1	1	1	1	ı	1	1	1	1		1	114.745
ENERGIA PCH	80.406	-	8/9	4.567	-	3.906	-	6.836	-	=	2.792	=	99.186
VALORES A RECEBER	84.240	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	84.240
BR GOV CORP	42.162	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	42.162
FIP RIVIERA	39.677	1	1	1	-	ı	ı	-	1	ı	-	1	39.677
BR SUSTENTAB	28.786	1	1	1	-	1	1	-	-	1	-	1	28.786
CRPVII	26.375	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	26.375
III LIN INST III	23.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.696
BRASIL PETRO	22.831	1	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	22.831
MEZANINO	17.843	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	17.843
FIP CAIXA AM	16.513	-	-	1	-	ı	ı	-	-	ı	-	1	16.513
BR OLEO GAS	15.559	1	1	1	-	ı	ı	-	1	ı	-	1	15.559
MULTINER	13.558	1	1	1	-	1	1	-	1	1	-	-	13.558
GLOBAL EQUIT (b)	-9.031	'	1	'	'	1	1	'	1	1	'	1	-9.031
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	-10.494	1	2	14	1	12	1	11.262	1	ı	8	ı	803
IMOBILIÁRIO	174.895	1	426	2.871	1	2.455	1	128.648	1	1	1.755	1	311.052
PANAMBY	33.993	1	287	1.931	-	1.651	1	2.890	1	1	1.181	_	41.933
RB CAPITAL	124.351	-	-	-	-	-	1	124.351	-	1	-	_	248.701
CONTINENTAL SQUARE	16.552	-	140	940	-	804	-	1.407	-	-	575	-	20.418

("Fundo") em 31 de dezembro de 2016 e 2017, inclui a provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa que indiretamente integram as carteiras de crédito do FIC Crédito Privado (Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos) que concentra os investimentos em recuperação de crédito, distribuídos em 3 Fundos de Investimento. Os créditos relacionados estão 100% provisionados nas carteiras de cada um dos 3 Fundos de Investimento em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Adicionalmente, o Fundo apresenta em sua carteira CCBs da New Energy (empresa ligada ao Grupo Multiner) no valor de R\$ 158.114(R\$ 168.194 em 31 de dezembro de 2016), para os quais foi realizada provisão no montante de R\$ 26.342 em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 não havia provisão para estas CCBS).

(b) A Petros é cotista do Brasil Equity Properties Fundo de Investimentos em Participações, atual denominação do Global Equity Properties Fundo de Investimentos em Participações (FIP). O Fundo foi constituído em 26 de dezembro de em razão da avaliação dos imóveis detidos pelas SPEs (Sociedades de Propósito Específico) investidas do FIP, bem comó a identificação, pelo atual gestor do FIP, de passivos do Fundo, ocasionando patrimônio líquido negativo no montante de cerca de R\$ 141 milhões, em 21 de julho de 2016. Em razão deste fato o Administrador do FIP (Brasil Plural) demandou aos cotistas o "aporte forçado" no montante de cerca de R\$ 141 milhões, cabendo à Petros o valor aproximado de R\$ 28 milhões já aportados em agosto de 2016. Desta forma, a administração, com base no valor da cota informado pelo administrador do FIP em 31 de dezembro de 2016, reconheceu prejuízo aproximado de R\$ 155.036. (c) Em Assembleia Geral de Cotistas do Energia SP FIA, realizada no dia 27 de setembro de 2016, foi deliberada a amortização parcial das cotas do FIA para amortização das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL e bonificadas 2008 e tem como cotistas Fundos de Pensão e Instituições Financeiras, sendo a participação da Petros em 20%. A Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 18 de julho de 2016, não aprovou a chamada de capital de R\$ 180 milhões. Em 22 de julho de 2016 o Administrador do FIP (Santander Securities Services) publicou Fato Relevante, informando que o Fundo reconheceu, em 31 de maio de 2016, redução no valor contábil dos ativos integrantes de sua carteira,

O closing da operação de alienação do controle acionário de CPFL à State Grid Brazil Power Participações LTDA, ocorreu em 23 de janeiro de 2017, com alienação dela Petros das 26.194.602 ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da (recebidas a partir de janeiro de 2016), em 10 de novembro de 2016, consequentemente, naquela data, a Petros recebeu 26.194.602 ações, sendo 25.553.822 ações afetadas e 640.780 ações bonificadas. CPFL pelo valor de R\$ 25,51 por ação. Os recursos foram recebidos nesta data.

Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a Oferta Pública de Aquisição (OPA) referente à totalidade das ações detidas pelos minoritários, na qual o Energia SP FIA alienou o restante das ações detidas no capital social da CPFL Energia

20,7 (R\$ 25,51 corrigidos pela SELIC desde 23 de janeiro de 2017 até a data de realização da OPA). Em 05 de dezembro de 2017, o Fundo amortizou os recursos provenientes da referida venda para seus cotistas.

5.3 Carteira de Empréstimos a participantes por Plano de Benefícios

	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
Plano Petros do Sistema Petrobras	2.198.793	2.231.969
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.868	2.942
Plano Petros Lanxess	20.770	20.580
Plano Petros Ultrafertil	16.499	18.301
Plano Petros Copesul	23	29
Plano Transpetro	18	17
Plano IBPprev Associados	109	81
Plano Misto Sanasa	2.081	1.752
Plano TERMOprev	44	25
Plano FIEPEprev	2.414	1.895
Plano Petros 2	701.814	592.505
Plano ANAPARprev	2.849	2.511
Plano PTAprev	1.754	1.259
TOTAL	2.950.036	2.873.866

A carteira de empréstimos a participantes está composta em 31 de dezembro de 2017 por 71.929 contratos com prazo médio de 110 meses e taxa de remuneração média de 0,59% a.m. acrescido da variação do IPCA com defasagem de dois meses. No caso dos Planos de contribuição definida a taxa de remuneração pré-fixada de 1,30% ao mês.

5.4 Outros Realizáveis

Histórico e registro

No dia 5 de junho de 2017 o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), por conta da força tarefa das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fresca, formalizaram um Acordo de Leniência em que a J&F responsabilizou-se por todos os atos ilícitos e assumiu, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o valor de R\$ 10.300.000 mil a ser pago no prazo de 25 anos. Adicionalmente, tal valor, sera corrigido pelo IPCA até o final da quitação, ou em sua ausência, sucessivamente, do IGP-M, INPC ou de outro índice que adote metodologia de cálculo inflacionário similar. O referido acordo, foi assinado em 24 de agosto de 2017, e entre os beneficiários deste Acordo figura a PETROS, que no período de 2008 a 2017, possuía investimentos nas empresas JBS S.A e Eldorado S.A, do grupo J&F.

Em sua analise, para fins de registro a Petros considerou que, o Acordo de Leniência homologado pelo poder judiciário, tem fundamento na legislação brasileira e atende aos requisitos do Código Civil, e desta forma trata-se de um direito legitimo, com valor certo e com prazo de pagamento definido.

Metodolologia e precificação

Do ponto de vista legal e contábil, consideramos que a Petros possui o direito incondicional de receber caixa, os valores declarados na cláusula 16 do Acordo de Leniência, os quais totalizam o montante de R\$ 1.750.000.

Para fins de precificação deste ativo, buscou-se uma metodologia em linha com as melhores praticas de mercado, de forma a considerar uma taxa final de desconto que levasse em consideração o Risco de Crédito da Companhia J&F, bem como o Risco de Mercado, representado pela taxa de juros real no longo prazo fornecida pela Gerência de Planejamento de Investimentos da Petros

Considerando o fluxo de pagamentos do Acordo de Leniência, e as parâmetros e premissas utilizadas na metodologia incluindo (i) o valor presente o fluxo programado, e (ii) uma taxa de desconto de longo prazo acrescida de spread de crédito calculado, o valor registrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 796.519. A politica adotada pela Petros prevê a revisão periódica dos valores registrados em consonância com a metodologia aplicada e observando-se eventuais fatores que eventualmente possam impactar as premissas utilizadas.

Outras informações

O valor da primeira parcela no montante de R\$ 8.495 foi depositada judicialmente em novembro de 2017, e conforme determinado pelo Ministério Público Federal, as demais parcelas serão depositadas diretamente na conta dos beneficiários.

5.5 Adequação aos limites exigidos pela Resolução CMN

Os planos de benefícios administrados pela Petros estão em conformidade com os percentuais de enquadramento estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, com exceção dos planos Lanxess, Ultrafértil e Nitriflex que apresentam desenquadramento passivo no limite de alocação por emissor no mesmo conglomerado financeiro (ações de Litel/Vale), bem como os planos Ultrafértil e Nitriflex que apresentam desenquadramento passivo no segmento de Imóveis

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
GESTÃO PREVIDENCIAL		610.349	676.246
Benefícios a Pagar		176.016	159.118
Benefícios a Pagar		11.023	9.950
Créditos de Participantes		164.670	148.845
Demais Rubricas		323	323
Retenções a Recolher		624	624
Recursos Antecipados		15.315	2.591
Outras Exigibilidades		418.394	513.913
Créditos de Participantes		185.220	197.805
Outros	6.1	233.174	316.108
GESTÃO ADMINISTRATIVA		82.308	44.468
Contas a Pagar		17.806	3.840
Retenções a Recolher		4.635	6.904
Tributos a Recolher	6.2	39.629	-
Outras Exigibilidades	6.3	20.238	33.724
INVESTIMENTOS		3.568	3.458
Ações		634	204
Investimentos Imobiliários		1.438	1.521
Empréstimos e Financiamentos		1.188	1.432
Relacionados com o Disponível		298	293
Outras Exigibilidades		10	8
TOTAL		696.225	724.172

6.1 Outras exigibilidades (Outros)/Gestão previdencial

Representa principalmente, créditos de patrocinadoras de R\$ 159.306, créditos de terceitos R\$ 1.490 e retenções a recolher de R\$ 71.883.

6.2 Tributos a Recolher

Provisão referente a adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (nota explicativa 7.4) relativo ao PIS/COFINS, parcelado em 145 parcelas.

6.3 Outras exigibilidades/Gestão Administrativa

O total desta rubrica é composto, principalmente, pela provisão de férias à empregados e créditos judiciais. A redução no exercício refere-se a identificação dos depósitos alocados inicialmente no PGA e regularizados através das transferências para os Planos de Benefícios.

7 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais e outras não vinculadas a processos judiciais, onde a administração identifique eventuais riscos prováveis de incorrer em perdas patrimoniais.

A Petros, com o auxílio dos seus assessores jurídicos, avalia a probabilidade de perda para cada objeto dos processos dos quais figura como parte, considerando o histórico das decisões prolatadas em segunda instância ou em Tribunal Superior e estima o valor em risco baseado nos valores obtidos da análise de regressão linear estatística sobre os últimos valores determinados em juízo como perda.

A seguir, é apresentado demonstrativo contendo a evolução do "Exigível Contingencial", entre os exercícios:

	2016	PROVISÕES ADICIONAIS/ NOVOS PROCESSOS	BAIXA E REVERSÕES DE PROVISÕES (ANTERIOR A 2017) (a)	BAIXA E REVERSÕES DE PROVISÕES (ANO 2017)	RECLASSIFICAÇÕES	2017
GESTÃO PREVIDENCIAL 7. Processos Judiciais	4.021.877 4.014.020	4.125.257 4.125.257	(1.116.651)	(2.922.430)	(8.523)	4.099.530
Plano Petros do Sistema Petrobra		3.872.164	(1.116.651)	(2.634.077)	(8.523) (8.174)	4.099.530 3.794.878
			. ,	. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
Plano Petros Copesul	162.414	115.973	(44.762)	(68.535)	- (00)	165.090
Plano Petros Ultrafértil	95.252	115.973	(13.177)	(107.381)	(99)	72.850
Plano Petros Lanxess	109.437	11.404	(12.389)	(89.336)	(1.384)	17.732
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	1.294	3.968	(403)	(6)	-	4.853
Plano Petros Braskem	24.673	9.123	(4.050)	(12.130)	(150)	17.466
Plano Petros PQU	2.837	1.918	-	(146)	-	4.609
Plano Petros 2	9.558	9.546	(618)	(1.024)	680	18.142
Plano TAPMEPrev	1.036	184	206	(371)	604	1.659
Outros	1.565	2.722	(467)	(1.569)	-	2.251
Outras Provisões	7.857	-	-	(7.857)	-	-
Plano Petros do Sistema Petrobra	rs 7.857	-	-	(7.857)	-	-
GESTÃO ADMINISTRATIVA	114.614	21.434	(8.797)	(46.974)	9.165	89.442
Processos Judiciais 7.2	1 16.601	21.434	(8.797)	(1.712)	9.165	36.691
Outras Provisões 7.2	2 98.013	-	-	(45.262)	-	52.751
INVESTIMENTOS	20.926	6.074	-	-	-	27.000
TOTAL	4.157.417	4.152.765	(1.125.448)	(2.969.404)	642	4.215.972

(a) Ajustes relativos à baixas e reversões no montante aproximado de R\$ 1.125.448 ocorridos em virtude de fatos geradores referente a exercícios anteriores a 2017, capturados pelo jurídico por meio do processo de revisão das provisões das ações judiciais no exercício de 2017.

7.1 Gestão Previdencial

7.1.1 Plano Petros do Sistema Petrobras

TOTAL		3.794.878	100%
Grupo 4	Outras ações judiciais	295.598	7,8%
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	1.216.609	32,1%
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na PETROS (retardatários) ou inscritos na PETROS por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	39.731	1,0%
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela do RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	2.242.940	59,1%
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho | PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos | RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime | PLR - Participações nos Lucros e Resultados | PL-DL - Participação nos Lucros - Decreto Lei

As ações citadas nos grupos 1 e 3 julgadas pela justiça do trabalho até o 1º semestre de 2013 são classificadas como prováveis no que diz respeito a probabilidade de êxito tendo em vista que essa matéria está pacificada na Justiça do Trabalho.

As ações citadas nos grupos 1 e 3 julgadas a partir do 2º semestre de 2013 pela justiça do trabalho, são classificadas como remotas, considerando o

deslocamento da competência julgadora da matéria previdenciária complementar para a justiça comum por força de decisão do STF.

As ações citadas nos grupos 1 e 3 julgadas a partir do 2º semestre de 2013 pela justiça estadual vem sendo classificadas, na sua maioria, como remotas no que diz respeito a probabilidade de êxito tendo em vista o posicionamento adotado sobre os temas.

7.1.2 Plano Petros Copesul

TOTAL		165.090	100%
Grupo 3	Outras ações judiciais	27.017	16,37%
Grupo 2	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas e teto	18.959	11,48%
Grupo 1	Ações em que se discute a validade/legalidade do Redutor etário (Limite de idade). Foi integrada ao Regulamento do Plano de benefícios da Petros de 1979 pelos incisos I e II do parágrafo 2º, sendo acrescentado ao art. 23, daquele regulamento e implica em possibilitar aos participantes que já estejam aposentados pelo INSS, mas ainda não tenham atingido a idade mínima prevista pelos arts. 23 e 25 do RPB.	119,114	72,15%
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%

7.1.3 Plano Petros Ultrafértil

TOTAL		76.598	100%
Grupo 4	Outras ações judiciais abrange, principalmente, os objetos quais sejam: retirada de patrocínio, nível, PCAC, ações com reflexo trabalhista, RMNR, INSS, PL-DL 1971, abono contingencial, pré-70 e outros.	35.663	46,6%
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição	7.649	10,0%
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	18.954	24,7%
Grupo 1	Almejam a desconsideração do limite/redutor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios e reserva especial	14.332	18,7%
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%

7.1.4 Plano Petros Lanxess

TOTAL		17.732	100%
Grupo 4	Outras ações judiciais abrange, principalmente, os objetos, quais sejam: retirada de patrocínio, nível, PCAC, ações com reflexo trabalhista, RMNR, INSS, PL-DL 1971, abono contingencial, pré-70 e outros	10.149	57,2%
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	619	3,5%
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	6.964	39,3%
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%

7.1.5 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros Nitriflex/Lanxess são decorrentes de questionamentos dos participantes sobre a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 80% (oitenta e oito por cento) das provisões.

7.1.6 Plano Petros Braskem

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos	11.565	66,21%
Grupo 2	Questionam a Retirada de Patrocínio do Plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada	14	0,08%
Grupo 3	Outras ações judiciais	5.887	33,71%
TOTAL		17.466	100%

7.1.7 Plano Petros PQU

Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros PQU, questionam, a devolução da reserva de poupança, o cálculo de suplementação de aposentadoria e de pensão, reflexos ao contrato de trabalho com a Patrocinadora, bem como a própria retirada de patrocínio.

7.1.8 Plano Petros 2

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Predominantemente são ações judiciais em que os participantes pleiteiam o reingresso no Plano Petros do Sistema Petrobras ("PPSP").	4.557	25,1%
Grupo 2	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam verbas trabalhistas em relação à patrocinadora e que causarão reflexos no benefício que recebem pela Petros.	3.085	17,0%
Grupo 3	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam a devolução das contribuições feitas à Petros a título de Reserva de Poupança.	946	5,2%
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	9.554	52,7%
TOTAL		18.142	100%

7.1.9 Plano TAPMEPrev

As provisões do Plano TAPMEPrev se referem aos casos em que os participantes pleiteiam a devolução de valores a título de Reserva de Poupança.

7.2 Gestão administrativa

7.2.1 Processos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo no valor de R\$ 36.691 (R\$ 16.601 em 31 de dezembro de 2016), refere-se à contingência de reclamações trabalhistas, parcelas a título de remuneração, salários indiretos e processos administrativos de natureza fiscal.

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Processos de natureza trabalhista.	7.069	19,30%
Grupo 2	Processos de natureza previdenciária	27.060	73,70%
Grupo 3	Processos de natureza tributária	234	0,70%
Grupo 4	Outras	2.328	6,30%

7.2.2 Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo no valor de R\$ 52.751 (R\$ 98.013 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à provisão pertinente à autuação pela Receita Federal pelo não recolhimento de PIS e COFINS sobre as receitas da gestão administrativa.

A Fundação Petros aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), em 30 de agosto de 2017, com o objetivo de efetuar o pagamento do referido indébito tributário nas seguintes condições mais favoráveis:

(i) pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:

(ii) parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas.

DÉBITOS ATUALIZADOS ATÉ AGOSTO 2017					
PERÍODO	DÉBITO ATUALIZADO	20% SOBRE O DÉBITO ATUALIZADO	VALOR AMORTIZADO EM 145 PARCELAS	REDUÇÃO PELO PERT	
2007 a 2009	28.664	5.733	12.286	10.645	
2010 a 2011	22.367	4.473	10.456	7.438	
2012 a 2014	27.950	5.590	15.601	6.759	
TOTAL	78.981	15.796	38.343	24.841	

7.3 Contingências passivas com probabilidade de perda possível

As contingências passivas decorrentes de processos judiciais, em que a Governança da Petros considera a probabilidade de perdas para a Entidade como possíveis, e que não requerem o registro contábil da provisão, estão a seguir resumidas:

PLANO DE BENEFÍCIOS	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
Plano Petros Sistema Petrobras	2.056.687	1.060.017
Plano Petros PQU	4.668	3.802
Plano Petros Braskem	41.223	35.273
Plano Petros COPESUL	27.907	27.388
Plano Petros Lanxess	42.812	15.740
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.901	575
Plano Petros Ultrafértil	9.861	10.614
Plano Petros 2	14.220	12.881
Plano Transpetro	240	1.420
Plano TAPMEPrev	1.170	430
Plano PQU Previdência	4.668	-
Plano ANAPARprev	1.670	2.670
Plano CROprev	240	-
Plano CRAprev	240	19
Plano FENAJprev	120	32
Plano FIEPEprev	-	566
Plano Liquigás	144	150
Plano PTAprev	120	50
Plano SIMEPREV	361	54
Plano Triunfo Vida	-	50
Plano Prevtran (*)	120	151
Plano PreviContas	120	50
Gestão Administrativa	71.501	282.037
TOTAL	2.280.993	1.453.969

(*) Plano transferido.

A variação observada no passivo contingencial em 2017, se deve prioritariamente à reavaliação do valor dos pedidos envolvidos nos processos judiciais de massa, em especial demandas que versam sobre: a) incorpo-

ração aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela do RMNR; e d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e Gratificação Contingente. A estimativa está baseada em um modelo de regressão linear simples.

7.4 Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano Petros Sistema Petrobras (PPSP)

A Petros passou a figurar no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes do PPSP questionam o equacionamento do déficit técnico de 2015. A Entidade vem apresentando, de forma tempestiva, as defesas nos respectivos processos.

7.5 Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano Petros Ultrafértil

Existem duas novas ações judiciais em face da Petros requerendo a suspensão do equacionamento do Plano Ultrafertil: (1) demanda judicial proposta pela Associação dos Trabalhadores aposentados e Pensionitas da Ultrafertil do Estado de São Paulo -ASTAUL, teve tutela concedida no sentido da Petros se abster de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rúbrica relacionada ao plano de equacionamento. A Petros ingressou com medidas judiciais a fim de reverter a tutela. A liminar está sendo cumprida pela Petros , no sentido que abster de cobrar os descontos para este grupo de participantes; e (2) ação proposta por participantes individuais, mas a tutela de urgência não foi deferida pelo juízo.

7.6 Ativos Contingentes

Ação judicial sobre expurgos inflacionários – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs

A Petros juntamente com outras entidades, por força do Decreto-lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à OTN-Obrigação do Tesouro Nacional. Em 1991, a ABRAPP (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 à fevereiro de 1991. A ABRAPP obteve ganho de causa na referida ação.

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP (e por consequência à Petros) na supra referida ação ordinára. Atualmente a dita ação rescisória encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a ABRAPP (como substituta processual da Petros) ajuizou em 2015 ação de liquidação em face da União Federal de forma a que seja reconhecido por decisão judicial o montante exato devido pela União Federal à Petros. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial.

8 PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1 Provisões matemáticas

	31 DE DEZEMBRO DE 2017	31 DE DEZEMBRO DE 2016
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	77.558.438	66.079.222
Contribuição Definida	524.551	469.442
Saldo de contas dos Assistidos	524.551	469.442
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	77.033.887	65.609.780
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	69.145.100	58.211.816
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	7.888.787	7.397.964
BENEFÍCIOS A CONCEDER	35.108.545	40.334.427
Contribuição Definida	16.287.389	13.611.867
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	8.473.586	7.124.458
Saldo de contas - Parcela Participantes	7.813.803	6.487.409
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	18.347.728	25.989.772
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	20.979.466	30.044.724
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.232.229)	(3.350.414)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(399.509)	(704.538)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	473.428	732.788
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.060.462	1.239.740
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(300.826)	(262.146)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(286.208)	(244.806)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(27.794.134)	(499.092)
(-) Déficit Equacionado	(27.800.154)	(487.260)
(-) Patrocinador(es)	(13.600.849)	(187.063)
(-) Participantes	(6.014.395)	(34.409)
(-) Assistidos	(8.184.910)	(265.788)
(+/-) Por ajustes das Contribuições Extraordinárias	6.020	(11.832)
(+/-) Patrocinador(es)	6.020	(11.832)
TOTAL	84.872.849	105.914.557

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, observadas as regras dispostas na Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

a. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da Taxa de Juros Parâmetro – TJP, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

b. Taxa de juros parâmetro

A Taxa de Juros Parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo Plano de Benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, aplicados na avaliação de 2017 foram divulgados pela Portaria Previc nº 375 de 17 de abril de 2017.

		PORTARIA PREVIC Nº 375				
PLANO	DURAÇÃO DO PASSIVO EM ANOS (EXERCÍCIO 2016)	LIMITANTE INFERIOR	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITANTE SUPERIOR	TAXA DE JUROS (AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017)	
Petros do Sistema Petrobras	11,57	4,38%	6,25%	6,65%	5,70%	
Petros Lanxess	10,30	4,38%	6,26%	6,66%	5,45%	
Petros Nitriflex/Lanxess	9,94	4,38%	6,26%	6,66%	5,40%	
Petros Ultrafértil	12,30	4,38%	6,25%	6,65%	5,35%	
Petros 2	17,07	4,37%	6,24%	6,64%	5,40%	
TAPMEprev	11,51	4,38%	6,25%	6,65%	5,39%	
Misto Sanasa	9,97	4,38%	6,26%	6,66%	5,31%	
FIEPEprev	6,13	4,39%	6,27%	6,67%	5,20%	
PrevFIEPA	4,96	4,38%	6,25%	6,65%	5,05%	
PrevFIEA	5,82	4,39%	6,27%	6,67%	5,05%	
SulgasPrev	20,46	4,36%	6,23%	6,63%	4,90%	
ADUANAprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
CRAprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
CRCprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
CROprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Culturaprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
EldoradoPrev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
FENAJprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
PREV-ESTAT	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
PreviContas	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Previtália	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
PTAprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	5,20%	
Simeprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
SindMed-RJ	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
TERMOprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	5,00%	
Alesat	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
ANAPARprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Cachoeira Dourada	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Gasprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Liquigás	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
IBAprev	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	5,45%	
Petro-RG	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
Repsol	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	
IBPprev Associados	10,00	4,38%	6,26%	6,66%	4,90%	

c. Premissas e hipóteses atuariais

As principais premissas e hipóteses adotadas nas avaliações atuariais estão apresentadas nos quadros a seguir:

PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	TASA 1927
Taxa Real de Juros Anual	5,70%	5,85%
PREMISSA	2017	2016
	Petrobras: 1,187 % a.a.	Petrobras: 1,524 % a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	BR: 1,610% a.a.	BR: 2,170% a.a.
	Petros: 1,970% a.a.	Petros: 2,600% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱⁱ⁾	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱ⁾
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos. F	ase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

⁽i) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(83 - x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 do Plano Petros do Sistema Petrobras foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conformes Atas DE 2285 e DE 2288, de 29 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018, respectivamente, bem como pelo Conselho Deliberativo, Atas CD 600 e CD 601, de 5 de janeiro de 2018 e de 24 de janeiro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-263/2017, GAP-301/2017 e GAP-020/2018, de 29 de novembro de 2017, de 26 de dezembro de 2017 e de 18 de janeiro de 2018, respectivamente.

PLANO PETROS LANXESS

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	5,45%	5,60%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,90%	1,50%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,50%
Hinátosa sabra a Campasisão Familiar do Donsianistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)	Fase Ativa: Família Média Petros (iii)
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	4,45%	5,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Lanxess: N/A	Lanxess: 1,50%
iaxa de Crescimento Real de Salario Anual	Nitriflex: 0,00%	Nitriflex: 0,00%
Total de Considerante Deal de Deservicio Associ	Lanxess: 0,00%	Lanxess: 0,50%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Nitriflex: 0,00%	Nitriflex: 0,18%
	Fase Ativa: Família Média Petros (iv)	Fase Ativa: Família Média Petros (iii)
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0.00%	0.00%

⁽ii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 21 - máximo [(76- x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

PLANO PETROS ULTRAFERTIL

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	5,35%	5,35%
	Araucária: 1,187%	Araucária: 1,524%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Ultrafertil: 0,00%	Ultrafertil: 0,00%
	Vale Fertilizantes: 0,775%	Vale Fertilizantes: 0,00%
Taxa anual de crescimento real de benefício	0,00%	0,00%
PREMISSA	2017	2016
	Fase Ativa: Família Média Petros (iv)	Fase Ativa: Família Média Petros (iii)
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

⁽iii) Proporção de participantes casados de 95%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(83 - x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 dos Planos Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess e Petros Ultrafértil foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2265, item 11, de 3 de outubro de 2017, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata CD 593, item 1, de 24 de novembro de 2017, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-218/2017 e GAP-249/2017, de 22 de setembro de 2017 e de 21 de novembro de 2017, respectivamente.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

PLANO PETROS 2

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana suavizada em 40%	Light Fraca
Taxa Real de Juros Anual	5,40%	5,70%
Tábuas de Morbidez	Suavização Transpetro	4,8 dias de afastamento
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras e Demais Patrocinadores: 2,528 % a.a.	Petrobras e Demais Patrocinadores: 2,577 % a.a.
	BR e Stratura: 1,58% a.a.	BR e Stratura: 2,08% a.a.
	Petros: 0,76% a.a.	Petros: 2,60% a.a.
	Transpetro: 2,35% a.a.	Transpetro: 2,577% a.a.
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros (vi)	Fase Ativa: Família Média Petros (v)
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

⁽v) Proporção de participantes casados de 85%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(81 - x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

⁽iv) Proporção de participantes casados de 95%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 21 - máximo [(76-x)/2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

⁽vi) Proporção de participantes casados de 85%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 21 - máximo [(67- x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

PLANO TAPMEPREV

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 por sexo	AT-2000 básica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer Disability Feminina	Mercer Disability Feminina
Taxa Real de Juros Anual	5,39%	5,60%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,43%	0,43%
PREMISSA	2017	2016
Hipótese sobre a Composição	Fase Ativa: Família Média Petros (viii)	Fase Ativa: Família Média Petros (vii)
Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

⁽vii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 3 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(76 - x)/2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

PLANO MISTO SANASA

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 suavizada em 10%	AT-1983 suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	5,31%	5,65%

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 dos Planos Petros-2, TAPMEPrev e Misto Sanasa foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2258, item 17, de 14 de setembro de 2017, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata CD 598, item 3, de 18 de dezembro de 2017, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-206/2017 e GAP-256/2017, de 4 de setembro de 2017 e de 26 de novembro de 2017, respectivamente.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

PLANO SULGASPREV

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ponderada por sexo (70%M 30%F)	AT-2000 ponderada por sexo (70%M 30%F)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00%	2,00%
Taxa Real de Juros Anual	4,90%	5,40%

PLANO PREVFIEPA

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	AT-1983 Masculina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Morbidez	Experiência Rodarte	1,49 dias de afastamento
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	SESI/PA: 0,32% a.a. IEL/PA: 0,78% a.a. Demais Patrocinadores: 0,00% a.a.	0,00%
Taxa Real de Juros Anual	5,05%	5,80%

⁽viii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 3 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(76-x)/2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

PLANO PREVIFIEA

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	AT-1983 Masculina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Tábuas de Morbidez	Experiência STEA	2,36 dias de afastamento
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa Real de Juros Anual	5,05%	5,75%

PLANO FIEPEPREV

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábuas de Morbidez	Experiência Rodarte	1,27 dias de afastamento
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	SENAI/PE: 1,52% a.a. Demais Patrocinadores: 0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa Real de Juros Anual	5,20%	5,45%

PLANO CACHOEIRA DOURADA

PREMISSA	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 Masculina suavizada em 10%	AT-83 Masculina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Álvaro Vindas
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não Aplicável	0,50% a.a.
Taxa Real de Juros Anual	4,90%	5,45%

DEMAIS PLANOS

	REFERENCIAIS					
PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (*)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (*)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2017)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2016)		
Plano ADUANAprev	AT-2000 por sexo	Não aplicável	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano ALESAT	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	4,90% a.a.	5,35% a.a.		
Plano ANAPARprev	Experiência Petros 2013	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano CRAPrev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano CRCprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano CROprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano Culturaprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano Eldorado Prev	AT-2000 por sexo	Winklevoss	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano FENAJprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano GasPrev	AT-1983 Feminina suavizada em 10%	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano IBAprev	AT-1983 Masculina	Ex-IAPC	5,45% a.a.	5,45% a.a.		
Plano IBPprev Associados	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,90% a.a.	5,50% a.a.		
Plano Liquigás	AT-1983 Feminina suavizada em 10%	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	4,90% a.a.	5,45% a.a.		
Plano Petro_RG	Não aplicável	Não aplicável	4,90% a.a.	5,45% a.a.		

	REFERENCIAIS				
PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (*)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (*)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2017)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2016)	
Plano PreviContas	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,90% a.a.	5,45% a.a.	
Plano Previtália	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,90% a.a.	5,45% a.a.	
Plano PTAprev	AT-1983 Masculina	IAPB-57	5,20% a.a.	5,50% a.a.	
Plano Repsol	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,90% a.a.	5,45% a.a.	
Plano Simeprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,90% a.a.	5,45% a.a.	
Plano SinMed/RJ	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,90% a.a.	5,45% a.a.	
Plano Termoprev	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina	5,00% a.a.	5,50% a.a.	

^(*) Os referenciais de tábuas biométricas foram mantidas comparativamente à Avaliação Atuarial do exercício de 2016.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 dos Planos ADUANAprev, ALESAT, ANAPARprev, Cachoeira Dourada, CRAprev, CRCprev, CROprev, Culturaprev, Eldorado Prev, FENAJprev, FIEPEprev, Gasprev, IBAprev, IBAprev Associados, Liquigás, Petro_RG, PREV-ESTAT, PrevFIEPA, PreviContas, PreviFIEA, Previtália, PTAprev, Repsol, Simeprev, SindMed/RJ, SulgasPrev e Termoprev, foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2258, item 16, de 14 de setembro de 2017, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata CD 593, item 7, de 24 de novembro de 2017, com base na proposta apresentada no memorando GAP-207/2017, de 4 de setembro de 2017.

d. Estatísticas dos Planos de Benefícios

PLANO	DATA-BASE PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)	IDADE MÉDIA PARTICIPANTES	DATA-BASE ASSISTIDOS	IDADE MÉDIA ASSISTIDOS
Petros do Sistema Petrobras	31/07/2017	54,00	31/12/2017	68,22
Petros Nitriflex/Lanxess	30/06/2017	51,00	30/06/2017	69,37
Petros UltraFertil	31/07/2017	53,00	31/07/2017	67,20
Petros Lanxess	30/06/2017	55,00	30/06/2017	69,46
Petros-2	31/07/2017	40,29	31/12/2017	59,71
Misto Sanasa	30/06/2017	46,52	30/06/2017	64,98
TAPMEprev	31/08/2017	47,71	31/08/2017	62,98
Aduanaprev	30/06/2017	49,31	N/A	N/A
ALESAT	30/06/2017	37,67	30/06/2017	58,50
ANAPARprev	30/06/2017	45,00	30/06/2017	67,41
Cachoeira Dourada	30/06/2017	45,65	30/06/2017	62,17
CRAprev	30/06/2017	44,07	30/06/2017	57,00
CRCprev	30/06/2017	45,11	N/A	N/A
CROprev	30/06/2017	40,21	N/A	N/A
Culturaprev	30/06/2017	48,28	30/06/2017	53,75
Eldorado Prev	30/06/2017	37,65	N/A	N/A
Fenajprev	30/06/2017	47,36	30/06/2017	64,00
FIEPEprev	30/06/2017	42,29	30/06/2017	60,80
Gasprev	30/06/2017	41,00	N/A	N/A
BAprev	30/06/2017	31,84	30/06/2017	60,00
BPprev	30/06/2017	43,35	30/06/2017	71,11
Liquigás	30/06/2017	45,00	30/06/2017	60,50
Petro_RG	30/06/2017	39,00	30/06/2017	63,00
PREV-ESTAT	30/06/2017	46,12	N/A	N/A
PrevFIEA	30/06/2017	38,98	30/06/2017	55,00
PrevFIEPA	30/06/2017	45,73	30/06/2017	71,00
PreviContas	30/06/2017	40,91	N/A	N/A

PLANO	DATA-BASE PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)	IDADE MÉDIA PARTICIPANTES	DATA-BASE ASSISTIDOS	IDADE MÉDIA ASSISTIDOS
PrevItália	30/06/2017	31,84	N/A	N/A
PTAprev	30/06/2017	39,78	30/06/2017	63,00
Repsol	30/06/2017	40,69	30/06/2017	65,63
Simeprev	30/06/2017	42,95	30/06/2017	62,00
SinMed/RJ	30/06/2017	51,52	30/06/2017	57,00
Sulgás	30/06/2017	43,94	30/06/2017	56,00
Termoprev	30/06/2017	46,67	N/A	N/A

e. Ajuste de Precificação

Abaixo os planos que apresentaram ajuste de precificação conforme descrito na nota explicativa 1.2.9.

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
PETROS 2				1.993.055	2.274.647	281.592
NTN-B	7,13000998	15/08/2024	10.000	29.328	32.037	2.709
NTN-B	7,2300133	15/08/2022	10.000	29.649	31.767	2.118
NTN-B	7,21001164	15/05/2023	10.000	29.059	31.436	2.377
NTN-B	7,21001166	15/08/2022	15.000	44.508	47.651	3.143
NTN-B	7,12001053	15/05/2023	10.000	29.171	31.436	2.265
NTN-B	6,91001118	15/08/2024	10.000	29.655	32.037	2.382
NTN-B	6,90001578	15/05/2023	10.000	29.449	31.436	1.987
NTN-B	7,35000389	15/08/2040	10.000	26.701	33.407	6.706
NTN-B	7,33750932	15/05/2035	50.000	133.947	163.193	29.246
NTN-B	7,43000518	15/05/2045	10.000	25.707	33.199	7.492
NTN-B	7,46256355	15/05/2045	10.000	25.610	33.199	7.589
NTN-B	7,30000604	15/05/2045	10.000	26.103	33.199	7.096
NTN-B	7,24000583	15/08/2040	10.000	27.022	33.407	6.385
NTN-B	6,9200097	15/05/2045	10.000	27.317	33.199	5.882
NTN-B	6,82000991	15/08/2040	10.000	28.304	33.407	5.103
NTN-B	6,76000189	15/08/2030	10.000	29.194	32.694	3.500
NTN-B	6,90000982	15/05/2035	10.000	27.971	32.639	4.668
NTN-B	6,52000428	15/05/2045	10.000	28.697	33.199	4.502
NTN-B	6,50000235	15/05/2035	10.000	29.119	32.639	3.520
NTN-B	6,54000318	15/05/2045	10.000	28.625	33.199	4.574
NTN-B	6,45000633	15/08/2040	4.000	11.806	13.363	1.557
NTN-B	6,45000634	15/08/2040	3.000	8.854	10.022	1.168
NTN-B	6,34812534	15/08/2026	15.000	45.572	48.400	2.828
NTN-B	6,30000314	15/08/2040	5.000	15.013	16.704	1.691
NTN-B	6,44001006	15/08/2026	10.000	30.206	32.267	2.061
NTN-B	6,41000899	15/05/2035	5.000	14.693	16.319	1.626
NTN-B	6,55000106	15/08/2026	5.000	14.999	16.133	1.134
NTN-B	6,55000107	15/08/2026	3.100	9.300	10.003	703
NTN-B	6,60000322	15/05/2045	10.000	28.412	33.199	4.787
NTN-B	6,52000537	15/05/2035	10.000	29.060	32.639	3.579
NTN-B	6,60000322	15/05/2045	10.000	28.412	33.199	4.787
NTN-B	6,5600083	15/05/2035	10.000	28.942	32.639	3.697
NTN-B	6,52000691	15/08/2040	10.000	29.279	33.407	4.128

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	OLIANITIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR A ILICTADO	AJUSTE
					VALOR AJUSTADO	
NTN-B	6,5800021	15/05/2055	10.000	28.272	33.532	5.260
NTN-B	6,6200056	15/05/2045	10.000	28.342	33.198	4.856
NTN-B	6,60000549	15/08/2050	10.000	28.723	33.837	5.114
NTN-B	6,42000113	15/08/2050	10.000	29.406	33.837	4.431
NTN-B	6,35000837	15/08/2040	10.000	29.854	33.407	3.553
NTN-B	6,38918193	15/05/2055	35.000	101.586	117.362	15.776
NTN-B	6,28129838	15/08/2050	3.750	11.231	12.689	1.458
NTN-B	6,1300082	15/05/2045	10.000	30.151	33.198	3.047
NTN-B	6,10000638	15/08/2050	10.000	30.688	33.837	3.149
NTN-B	6,07459407	15/05/2035	10.000	30.413	32.639	2.226
NTN-B	6,08351453	15/08/2050	70	215	237	22
NTN-B	6,07000209	15/05/2045	10.000	30.385	33.198	2.813
NTN-B	6,03000202	15/05/2035	10.000	30.554	32.639	2.085
NTN-B	6,11000268	15/05/2045	10.000	30.228	33.198	2.970
NTN-B	6,04000255	15/08/2050	10.000	30.939	33.837	2.898
NTN-B	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	15/05/2045		29.843	33.198 32.639	3.355
NTN-B	6,13000945	15/05/2035	10.000	30.240		2.399
NTN-B	6,14000628	15/05/2055	10.000 47.800	30.060	33.532	3.472
NTN-B	6,0192983	15/05/2055 15/05/2035	20.000	61.177	160.283	14.089 4.100
NTN-B	6,03000366	15/08/2050	10.000	30.981	33.837	2.856
NTN-B	·		10.000			2.813
	6,07000807	15/05/2045		30.385	33.198	
NTN-B	6,07000807	15/05/2045	10.000	30.385	33.198	2.813
NTN-B	6,10000512	15/05/2045	10.000	30.267	33.198	
NTN-C	6,14000481	15/05/2045	1.200 4.547	3.613	3.984	2.331
-	10,88999	01/04/2021		14.470		
NTN-C	10,88999	01/04/2021	13.729	43.691	50.727	7.036
INTIN-C	10,642727	01/01/2031	14.821	61.078	87.456	26.378
TAP				180.138	188.134	7.996
NTN-B	7,21001166	15/08/2022	5.000	14.836	15.890	1.054
NTN-B	7,12001053	15/05/2023	5.000	14.586	15.725	1.139
NTN-B	6,27111764	15/08/2018	525	1.626	1.635	9
NTN-B	6,30004177	15/08/2018	4.475	13.861	13.934	73
NTN-B	6,2783762	15/08/2022	5.000	15.363	15.890	527
NTN-B	6,26854993	15/05/2023	5.000	15.132	15.725	593
NTN-B	6,29804002	15/05/2021	5.000	15.171	15.576	405
NTN-B	6,16000395	15/08/2026	5.000	15.372	16.144	772
NTN-B	6,17000348	15/08/2024	5.000	15.396	16.027	631
NTN-B	6,07000729	15/05/2035	5.000	15.214	16.337	1.123
NTN-B	6,24001191	15/05/2023	4.000	12.121	12.580	459
NTN-B	5,7489863	15/05/2035	10.000	31.460	32.673	1.213
SANASA				27.016	28.492	1.476
NTN-B	6,27837619	15/08/2022	3.000	9.218	9.563	345
NTN-B	6,26854994	15/05/2023	3.000	9.079	9.468	389
NTN-B	6,35001104	15/08/2030	1.000	3.019	3.295	276
NTN-B	6,55000106	15/08/2026	1.900	5.700	6.166	466

8.2 FundosA tabela a seguir apresenta a evolução dos Fundos - Previdenciais, Administrativos e Investimentos :

3 1 3					
		2016	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	2017
FUNDOS PREVIDENCIAIS	8.2.1	293.504	16.787	(167.387)	142.904
Plano Repsol		3.720	202	-	3.922
Plano Cachoeira Dourada		605	107	-	712
Plano Alesat		554	566	-	1.120
Plano IBPprev Associados		225	338	-	563
Plano Misto Sanasa		34.159	13.444	-	47.603
Plano TERMOprev		7	-	-	7
Plano FIEPEprev		596	467	-	1.063
Plano Petros 2		247.727	-	(164.061)	83.666
Plano PTAprev		1.051	-	(661)	390
Plano PrevFIEA		526	361	-	887
Plano PrevFIEA		641	-	(325)	316
Plano Liquigás		147	507	-	654
Plano GasPrev		800	22	-	822
Plano PETRO RG		228	51	-	279
Plano SulgasPrev		14	279	-	293
Plano TAPMEPrev		2.340	-	(2.340)	-
Plano EldoradoPrev		164	443	-	607
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	8.2.2	869.706	34.503	(88.493)	815.715
Plano Petros do Sistema Petrobras		732.113	-	(88.228)	643.885
Plano Triunfo Vida		-	1.692	-	1.692
Plano TERMOprev		3	7	-	10
Plano Petros 2		133.275	32.778	-	166.053
Plano TAPMEPrev		3.919	-	(265)	3.654
Plano EldoradoPrev		396	26	-	422
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		232.852	51.775	(36)	284.591
Plano Petros do Sistema Petrobras		205.207	42.403	-	247.610
Plano IBPprev Associados		1	1	-	2
Plano Misto Sanasa		32	13	-	45
Plano FIEPEprev		8	5	-	13
Plano Petros 2		22.936	8.899	-	31.835
Plano ANAPARprev		409	-	(36)	373
Plano PTAprev		7	4	-	11
Plano Petros Braskem		70	-	-	70
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		203	68	-	271
Plano Petros Lanxess					1.621
		1.446	175	-	1.621
Plano Petros Ultrafertil		1.446 2.460	1/5 207	-	2.667

8.2.1. Fundos Previdenciais

		2017	2016
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	(a)	11.579	11.569
Fundo de Risco	(b)	60.810	227.329
Fundo Especial	(c)	22.856	20.398
Fundo de Serviço Passado	(d)	47.603	34.159
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	(e)	56	49

TOTAL 142.904 293.504

Abaixo as regras dos Fundos previdenciais:

a. Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar

- Plano SulgasPrev Outros Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar/Fundos de Valores Remanescentes <u>Constituição</u>: Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades; <u>Reversão</u>: Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador, observada a ordem de prioridade.
- ALESAT, Cachoeira Dourada, Eldorado Prev, FIEPEprev, GasPrev, IBPprev Associados, Liquigás, Petro_RG, PrevFIEPA, PREVIFIEA, PTAPrev, Repsol, TAPMEPrev e Termoprev Constituição: Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades; Reversão: Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador.

b. Fundo de Risco

- Plano Petros 2 Constituição: Compromisso do Plano com Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Auxílio-Doença já concedido, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão estimados para o exercício. Acrescido da atualização monetária pela Meta Atuarial do Plano (IPCA + Taxa Real de Juros); Reversão: Transferência de compromissos necessários referentes à Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão ocorridos no exercício
- Misto Sanasa <u>Constituição</u>: Contribuições de Risco realizados pelo Participante e Patrocinador, acrescidas da rentabilidade; <u>Reversão</u>: Transferência das Provisões Matemáticas referentes aos compromissos dos benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

c. Fundo Especial

Plano Petros 2 – <u>Constituição</u>: Contribuições especiais das patrocinadoras e respectivas rentabilidades; <u>Reversão</u>: Transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social.

d. Fundo Serviço Passado

- Plano Misto Sanasa <u>Constituição</u>: Contribuições Especiais do Serviço Passado realizadas pelo Patrocinador, acrescidas da rentabilidade; <u>Reversão</u>: Transferência da parcela do valor do Serviço Passado de responsabilidade do Patrocinador ao Participante Fundador no momento da sua aposentadoria.
- e. Outros Previsto em Nota Técnica Atuarial
- Plano PrevFIEPA Constituição: Saldo da Conta Benefício Concedido decorrente de falecimento de participante e da não reclamação do

benefício pelos respectivos beneficiários do falecido, e respectivas rentabilidades; Reversão: Pela Solicitação do benefício pelos beneficiários ou pela aplicação da regra de prescrição dos valores prevista no Art. 112 do regulamento.

8.2.2 Fundos Administrativos

Em consonância com as informações apresentadas na Nota Explicativa 2.1.6, a Entidade adota a metodologia de custeio e apuração dos gastos administrativos, conforme aprovado em 10 de dezembro de 2015 pelo Conselho Deliberativo, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas", como tentativa de equilíbrio do custeio dos fundos.

A PETROS tem realizado estudos e simulações no sentido de endereçar os desequilíbrios financeiros dos planos em situação deficitária. Considerando que alguns planos encontram-se capazes de suportar apenas parcialmente o montante destinado ao rateio das despesas administrativas da Fundação, essa diferença tem sido custeada temporariamente pelos planos em situação superavitária.

Como parte dos procedimentos implementados, para fins de governança corporativa, o modelo utilizado passa a ser revisado anualmente, de forma a permitir discussões junto as patrocinadoras e eventuais alterações nos regulamentos, tempestivamente. Em linha com o processo de negociação junto as patrocinadoras, encontra-se apresentado como segue:

DESCRIÇÃO	PLANOS PATROCINADOS	PLANOS INSTITUÍDOS
NEGOCIAÇÕES CONCLUÍDAS/ I	DEFINIDAS	
Regulamentos alterados	10	-
Regulamentos em processo de alteração	10	1
Planos em processo de transferência, encerramento ou retirada de patrocínio	18	1
NECOCIA CÕECEAA AND ANAENTO		
NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO		//

Desta forma, o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo, e o respectivo atendimento ao termo de ajustamento e conduta, dependem da finalização do processo de discussão junto as patrocinadoras, alteração nos regulamentos e aprovação dos respectivos regulamentos pela PREVIC.

Adicionalmente, em atendimento a demanda do Conselho Deliberativo, a PETROS protocolou perante à PREVIC proposta de re-ratificação de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para endereçar esta situação. Igualmente, a PETROS tem realizando ações junto às Patrocinadoras e Participantes desses planos no sentido de alinhar as contribuições ao montante necessário para rateio das despesas administrativos da Fundação (com consequente alteração dos respectivos regulamentos).

Por fim, a PETROS instaurou comissão interna de apuração para investigar eventuais irregularidades e apurar responsabilidades no tocante ao custejo administrativo.

8.3 Situação patrimonial dos planos de benefícios

8.3.1 Plano Petros Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Sistema Petrobras apresenta uma insuficiência patrimonial de R\$ 3.998.456 (R\$ 26.787.359 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		59.903.029
2.	Provisões Matemáticas		63.901.485
2.1	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		91.182.400
2.3.	A Constituir		(27.280.915)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(3.998.456)
3.1	Déficit Técnico		(4.376.699)
3.2	Resultados a Realizar		378.243
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(3.998.456)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	6,26%
7.	Duração do Passivo em anos		12,82
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(5.636.111)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	8,82%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	-
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	19,23

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício e a constituição da conta Provisão Matemática A Constituir referente ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado Negativo de R\$ 3.998.456 equivalente a 6,26% das Provisões Matemáticas.

A redução do déficit técnico acumulado do PPSP em R\$ 23.286.553 corresponde ao Plano do Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado até 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17 de agosto de 2017. Segundo a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas atualizações, o plano de equacionamento de déficit deve ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente ao que o déficit técnico acumulado seja superior ao limite definido na referida norma. Excepcionamente, em decorrência das alterações da Governança da PETROS ocorridas ao final de 2016, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preventivo. O TAC foi elaborado pela Petros e aprovado pela Diretoria Colegiada daquela Superintendência em 2 de maio de 2017, com o prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias para seu cumprimento, contados a partir de 19 de junho de 2017, data da publicação no Diário Oficial da União, para que o Plano de Equacionamento do Déficit fosse elaborado e aprovado.

O Plano de Equacionamento (PED) aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 581, item 1, de 17 de agosto de 2017, será iniciado em 2018, tendo em vista que a Petros foi comunicada pela patrocinadora Petrobras (30 de janeiro de 2018) e BR Distribuidora (31 de janeiro de 2018) que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) já apresentou parecer favorável aprovando o PED referente ao exercício de 2015.

Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras

A cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras, entre participantes e assistidos repactuados e não-repactuados, foi solicitada pela Petróleo Brasileiro S.A., visando dar cumprimento à decisão da Diretoria Executiva daquela Patrocinadora, em decorrência de compromissos relativos à Petros assumidos no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho 2011 daquela Companhia.

O processo de cisão do citado Plano foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, Ata 462, de 19 de julho de 2012, e Ata 478, de 01 de agosto de 2013, e pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, Ofícios nº 34/DEST-MP, de 16 de janeiro de 2014, e nº 262/DEST-MP, de 13 de março de 2014.

Em 11 de abril de 2014, a Petros encaminhou à PREVIC o processo relacionado à proposta de cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras – PPSP. Desde então, em função das exigências realizadas por aquela Autarquia, a Petros vem procedendo ajustes no referido processo. Em 04 de abril de 2016, a Petros encaminhou a PREVIC o parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP.

As propostas dos regulamentos do Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados e Repactuados, assim como a proposta do Termo de Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras foram reencaminhadas a Previc em 06 de outubro de 2016 e em 07 de fevereiro de 2017, em atendimento às exigências apresentadas por aquela Autarquia por meio do Ofício nº1465/CGTR/DITEC/PREVIC, de 24 de junho de 2016 e do Ofício nº 3722/CGTR/DITEC/PREVIC, de 29 de novembro de 2016. Em 05 de junho de 2017, a Petros concluiu o envio a Previc de todos os documentos do processo de cisão, assinados pelas Patrocinadoras dos Planos, incluindo a comprovação de legitimidade de seus representantes legais, restando apenas a análise e aprovação do citado processo pela Previc.

8.3.2 Plano Petros 2

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros 2 apresentou superávit técnico acumulado de R\$ 303.929 (R\$ 118.151 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		17.571.079
2.	Provisões Matemáticas		17.267.150
2.1	Contribuição Definida		15.582.143
2.2	Benefício Definido		1.685.007
2.3	. A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	303.929
3.1	. Superávit/Déficit Técnico		303.929
3 2	. Resultados a realizar		
	. Nesultados a realizar		
4.	Ajuste de Precificação		281.590
		(3 + 4)	281.590 303.929
4.	Ajuste de Precificação (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(3 + 4) (3.1./2.2.)	
4. 5.	Ajuste de Precificação (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões	,	303.929

_	·		
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	421.252
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	25,00%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	303.929

Desta forma, o Superávit Técnico de R\$ 303.929 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 421.252, sendo integralmente registrado na conta de Reserva de Contingência.

8.3.3 Plano Petros Nitriflex/lanxess

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Nitriflex / Lanxess apresentou superávit técnico acumulado de R\$ 31.164 (R\$ 21.244 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

			vigor.
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		164.714
2.	Provisões Matemáticas		133.550
2.1	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		133.550
2.3.	A constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	31.164
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		27.319
3.2.	Resultados a realizar		3.845
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	27.319
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(3.1. / 2.2.)	23,33%
7.	Duração do Passivo em anos		9,87
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	26.537
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	19,87%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	17.084
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	782

Desta forma, o Superávit Técnico de R\$ 27.319 é superior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 26.536, havendo registro na Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 782, por ser o primeiro ano, não há obrigatoriedade de destinação imediata, devendo o resultado ser acompanhado durante o exercício de 2018.

8.3.4 Plano Petros Lanxess

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Lanxess apresentou superávit técnico acumulado de R\$ 65.113 (déficit técnico acumulado de R\$ 48.153 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.150.004
2.	Provisões Matemáticas		1.062.371
2.1.	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		1.111.301
2.3	A constituir		(48.930)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	87.634
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		65.112
3.2	Resultados a Realizar		22.521
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	65.112
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	6,13%
7.	Duração do Passivo em anos		9,95
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	211.943
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	19,95%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	65.112
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

Assim, o Superávit Técnico de R\$ 65.113 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 211.943, sendo integralmente registrado na conta de Reserva de Contingência.

O resultado positivo apresentado é decorrente do aumento do Patrimônio de Cobertura do Plano, em função da reversão da conta contábil "Provisão Processo Trabalhista - Lanxess", no valor de R\$ 85 milhões, relativo ao contingenciamento de possíveis perdas em duas ações judiciais das quais a Petros não é parte, até então provisionada no Exigível Contingencial.

O Plano de Equacionamento referente ao exercício de 2015 aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, na reunião de 22 de dezembro de 2016, teve seus reflexos registrados na conta Provisão Matemática a Constituir. O Plano de Equacionamento foi implementado em março de 2017.

Cabe registrar que o Equilíbrio Técnico positivo é superior ao total da conta "Provisão Matemática A Constituir", remetendo a possibilidade de revisão do plano de custeio para redução/suspensão de contribuições extraordinárias, como previsto na legislação vigente.

Dessa forma, diante do Plano de Equacionamento em andamento e o resultado positivo gerado neste encerramento de exercício, a consultoria Mirador recomenda a realização de estudo técnico específico para revisão do Plano de Equacionamento 2015 durante o exercício de 2018, com vistas à legislação vigente sobre a matéria.

8.3.5 Plano Petros Ultrafértil

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Ultrafértil apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 224.693 (R\$ 166.976 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		748.574
2.	Provisões Matemáticas		973.264
2.1.	Contribuição Definida		-
2.2.	Benefício Definido		1.413.707
2.3.	A Constituir		(440.440)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(224.693)
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		(244.395)
3.2.	Resultados a Realizar		19.702
4.	Ajuste de Precificação		_
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(224.693)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	23,09%
7.	Duração do Passivo em anos		12,19
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(79.711)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	9,19%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilibrio Técnico Ajustado - LDTA)}	(144.982)
11.	Prazo de Equacionamento em anos	1,5 x Duração do Passivo	18,29

O Plano Petros Ultrafertil registra o Equilíbrio Técnico de R\$ 224.693, equivalente a 23,09% das Provisões Matemáticas do Plano, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 79.711, assim, seria necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de déficit técnico durante o exercício de 2018, dentro dos preceitos da Resolução CGPC Nº 26 de 2008 e suas alterações.

Entretanto, é importante considerar que o plano já apresentou resultado deficitário no encerramento do exercício de 2016 acima do LTDA. No entanto, diante da informação que a Vale S.A., na qualidade de acionista controladora da Patrocinadora Vale Fertilizantes S.A., irá apresentar proposta de encerramento de toda e qualquer discussão sobre sua participação no Plano, a Petros solicitou à Previc a prorrogação do prazo de aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2016, em 12 de dezembro de 2017, e obteve a prorrogação de 60 dias.

A implementação do referido Plano de Equacionamento de 2016 irá alterar a solvência do plano, sendo necessária nova análise para avaliar a necessidade de novo equacionamento a ser elaborado e aprovado durante 2018.

Os Planos de Equacionamento referentes aos exercícios de 2014 e 2015 do Plano Petros Ultrafértil foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Petros, na reunião de 22 de dezembro de 2016, tendo os seus reflexos registrados na conta Provisão Matemática a Constituir desde 31 de dezembro de 2016.

A cobrança das contribuições extraordinárias referentes aos Planos de Equacionamento de 2014 e 2015 deveria ter sido implementada na folha de pagamentos de março de 2017. No entanto, em 16 de março de 2017,

a Petros, atendendo ao pleito das patrocinadoras, solicitou à Previc a postergação em 90 dias para início da cobrança das contribuições extraordinárias, com o objetivo de buscar outros meios de racionalizar o resultado com o menor impacto possível para os participantes e assistidos através de negociações com as patrocinadoras - dívida decorrente da introdução dos novos índices de atualização (FAT) e reajuste de benefício (FC) - Art. 48, inciso VIII do Regulamento do Plano Petros Ultrafertil. A Previc deferiu o pedido de postergação do início da cobrança das contribuições extraordinárias referentes aos planos de equacionamento de 2014 e 2015.

Em decorrência da complexidade dos cálculos, da avaliação de documentos desde 1984 e, ainda, da dificuldade na obtenção dos dados necessários à apuração exata do valor devido pelas Patrocinadoras do Plano (FAT/FC), o prazo de postergação concedido pela Previc se mostrou insuficiente, sendo necessário novo pedido de postergação do início da cobrança das contribuições extraordinárias, que foi concedido em 3 de julho de 2017.

A cobrança das contribuições extraordinárias iria ser implementada na folha de pagamentos de outubro de 2017. Entretanto, em 11 de outubro de 2017, a Vale S.A., solicitou prazo de 90 dias, como última tentativa de formalizar uma proposta para encerrar a participação da Patrocinadora no Plano Petros Ultrafertil. De acordo com a Vale S.A., a referida proposta abarcará, inclusive, a questão do equacionamento do déficit técnico relativa ao montante que é de sua responsabilidade, colocando fim, também, na demanda judicial que versa sobre a cobrança de obrigações relativas às parcelas denominadas FAT/FC, bem como do processo de retirada de patrocínio. Em 25 de outubro de 2017, a Previc não concedeu o prazo de 90 dias solicitado, mas, por se tratar de situação excepcional e levando-se em conta as razões apresentadas, determinou que até o final do exercício de 2017 a Petros encaminhasse ao Escritório de Representação do Rio de Janeiro da Previc - ERRJ a comprovação de que o plano de equacionamento de 2014 e 2015, já aprovado, tenha sido devidamente implementado e as contribuições extraordinárias vertidas ao Plano.

Em 20 de outubro de 2017, o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Santos/ SP concedeu Tutela Antecipada, em ação ajuizada pela Associação dos trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Ultrafertil do Estado de São Paulo (processo nº 1029423-58.2017.8.26.0562), que determinou que a Petros se abstenha de promover os descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao Plano de Equacionamento. Dessa forma, a cobrança das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil estão suspensas.

Quanto à cobrança das contribuições extraordinárias referentes às Patrocinadoras Vale Fertilizantes S.A. e Ultrafertil S.A já foram iniciadas em dezembro de 2017, contudo, para a Araucária Nitrogenados S.A. não foi possível a cobrança uma vez que a Petros ainda não recebeu a manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST

Com relação ao valor devido pelas patrocinadoras para cumprimento do dispositivo regulamentar do Plano Petros Ultrafertil referente ao compromisso do FAT/FC, a Petros avaliou e informou às patrocinadoras o impacto do FAT/FC equivalente ao total de R\$ 492.859, sendo R\$ 91.414 referente ao FAT e R\$ 401.445 referente ao FC, posicionados em 31 de dezembro de 2016.

8.3.6 Plano Petros Copesul

O excedente está registrado na rubrica contábil Exigível Operacional - Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades – Saldo Excedente que em 31 de dezembro de 2017 apresentou o montante de R\$ 53.873 (R\$ 56.545 em 31 de dezembro de 2016).

8.3.7 Plano Petros PQU

O excedente está registrado na rubrica contábil Exigível Operacional - Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades – Saldo Excedente, que em 31 de dezembro de 2017 apresentou o montante de R\$ 128.774 (R\$ 117.270 em 31 de dezembro de 2016).

8.3.8 Plano FIEPEprev

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano FIEPEprev apresentou um excedente patrimonial de R\$ 87 (R\$ 888 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		47.036
2.	Provisões Matemáticas		46.949
2.1	Contribuição Definida		43.418
2.2	Benefício Definido		3.531
2.3.	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	87
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		87
3.2.	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	87
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(3.1. / 2.2.)	2,47%
7.	Duração do Passivo em anos		6,59
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	586
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	16,59%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	87
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

Dessa forma, o Superávit Técnico de R\$ 87 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 586, sendo integralmente registrado na conta de Reserva de Contingência.

8.3.9 Plano PrevFIEPA

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano PrevFIEPA, apresentou excedente patrimonial de R\$ 567 (R\$ 762 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		26.912
2.	Provisões Matemáticas		26.345
2.1	. Contribuição Definida		24.464
2.2	. Benefício Definido		1.881
2.3	. A constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	567
3.1	. Superávit/Déficit Técnico		567
3.2	. Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação (G)		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	567
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	30,17%

7.	Duração do Passivo em anos		5,31
8.	Limite da Reserva de Contingência (em % das provisões matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% +1%x Duração do Passivo) das Provisões Matemáticas parcela BD	288
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	15,31%
10	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	288
11	. Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	279

Dessa forma, o Superávit Técnico de R\$ 567 é superior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 288, havendo necessidade de registro na Reserva Especial para Revisão do Plano, de R\$ 279. Em função do nível do resultado superavitário do Plano PrevFIEPA deverão ser realizados os estudos necessários a destinação do referido resultado, na forma da legislação vigente.

8.3.10 Plano PrevFIEA

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano PrevFIEA apresentou excedente patrimonial de R\$ 35 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

		_	_
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		15.913
2.	Provisões Matemáticas		15.878
2.1	Contribuição Definida		14.288
2.2	Benefício Definido		1.590
2.3.	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	35
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		35
3.2.	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	35
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(3 / 2.2.)	2,20%
7.	Duração do Passivo em anos		5,66
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	249
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	15,66%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	35
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	_

Dessa forma, o Superávit Técnico de R\$ 35 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo registrado integralmente na Conta de Reserva de Contingência.

8.3.11 Plano SulgasPrev

Em 31 de dezembro de 2017 o Plano SulgasPrev apresentou excedente patrimonial de R\$ 145 (R\$ 124 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

		_	
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		17.469
2.	Provisões Matemáticas		17.324
2.1	Contribuição Definida		14.521
2.2	Benefício Definido		2.803
2.3	. A constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	145
3.1	.Superávit/Déficit Técnico		145
3.2	. Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	145
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(3.1. / 2.2.)	-
7.	Duração do Passivo em anos		24,5
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	701
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	25%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	145
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

Assim, o superávit Técnico de R\$ 145 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo registrado integralmente na Conta de Reserva de Contingência

8.3.12 Plano Misto Sanasa

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Misto Sanasa apresentou superávit técnico acumulado patrimonial de R\$ 1.539 (défict ténico acumulado de R\$ 79 em 31 de dezembro de 2016).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano	187.744
2. Provisões Matemáticas	186.205
2.1. Contribuição Definida	148.128
2.2. Benefício Definido	38.077
2.3. A Constituir	

3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	1.539
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		1.539
3.2.	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		1.476
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	1.539
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	4,04%
7.	Duração do Passivo em anos		10,12
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	7.661
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	20,12%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	1.539
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

Dessa forma, o Superávit Técnico de R\$ 1.540 é inferior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo registrado integralmente na Conta de Reserva de Contingência.

8.1.13 Plano TAPMEPrev

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

Patrimônio de Cobertura do Plano		321.518
2. Provisões Matemáticas		321.518
2.1 Contribuição Definida		64.170
2.2 Benefício Definido		281.695
2.3. A constituir		(23.848)
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	-
3.1 Superávit/Déficit Técnico		-
3.2 Resultados a Realizar		-
4. Ajuste de Precificação		7.996
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3)	-
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	-
7. Duração do Passivo em anos		11,65

Os resultados da avaliação atuarial do Plano TAPMEPrev referente ao exercício de 2017 indicaram a existência de superávit técnico no valor de R\$ 12.404. No entanto, em razão do disposto no Instrumento Particular de Integralização de Compromisso com Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano TAPMEprev que determina o restabelecimento automático do equilíbrio atuarial do plano mediante ajuste na conta Provisão Matemática a Constituir, o valor do referido superávit foi incorporado à Provisão Matemática a Constituir, correspondente a R\$ 23.848.

9 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ELIMINAÇÕES/ AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo "C" da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros.

DESCRIÇÃO	SOMATÓRIO DOS PLANOS	PGA	PLANOS BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANOS PATROCINADOS CD E CV	PLANOS INSTITUIDORES	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	(A) + (B) + (C) + (D) (A) (B) (C)		(D)				
1. ATIVOS	88.038.110	987.483	67.508.101	18.926.241	616.285	(815.715)	87.222.395
Disponível	21.126	723	9.132	9.952	1.319	-	21.126
Realizável	87.932.211	901.987	67.498.969	18.916.289	614.966	(815.715)	87.116.496
Previdencial	15.374.944	-	15.358.244	16.149			15.374.94
Administrativo	841.210	25.495	643.885	171.830 - 18.728.310 614.415		(815.715)	25.495
Investimentos	71.716.057	876.492	51.496.840	18.728.310	614.415	-	71.716.05
Permanente	84.773	84.773	-	-	-	-	84.77
2. OBRIGAÇÕES	4.903.866	171.768	4.645.582	73.001	13.515	-	4.903.866
Operacional	700.323	82.326	553.477	51.530	12.990	-	700.32
Contingencial	4.203.543	89.442	4.092.105	21.471	525	-	4.203.543
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.916.021	815.715	896.197	203.736	373	(815.715)	1.100.306
Fundo Administrativo	1.631.430	815.715	643.885	171.830 -		(815.715)	815.715
Fundo dos Investimentos	284.591	-	252.312	31.906	373	-	284.59
4 . RESULTADOS A REALIZAR	424.311	-	424.311	-	-	-	424.31
TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 -2 -3 - 4)	80.793.912	-	61.542.011	18.649.504	602.397	-	80.793.912
5 . PATRIMÔNIO SOCIAL	83.134.244	815.715	62.862.519	18.853.240	602.770	(815.715)	82.318.529
Provisões Matemáticas	84.873.368	-	66.070.673	18.200.298	602.397	-	84.873.368
Superávit Técnico	398.734	-	92.432	306.302	-	(398.734)	
Déficit Técnico	(4.621.094)	-	(4.621.094)	-	-	398.734	(4.222.360
Fundos Previdenciais	142.904	-	-	142.904	-	-	142.904
Fundo Administrativo	1.631.430	815.715	643.885	171.830	-	(815.715)	815.715
Fundo dos Investimentos	284.591	-	252.312	31.906	373	-	284.59
Resultados a Realizar	424.311	-	424.311	-	-	-	424.31
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL	83.134.244	815.715	62.862.519	18.853.240	602.770	(815.715)	82.318.529
6. ADIÇÕES	23.831	_	682	644	22.505	(23.831)	
Migrações entre Planos	23.831	_	682	644	22.505	(23.831)	
g.açocs critic i idilos	25.05 1			011		(25.051)	
7. DEDUÇÕES	(23.831)	-	(9.152)	(14.602)	(77)	23.831	
Migrações entre Planos	(=2.55.)		(/	(()	23.031	

10 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Petros podem ser assim consideradas: as empresas relacionadas a Petrobras S.A., os Participantes, as Patrocinadoras; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Petros.

Operações com Partes Relacionadas

Eventuais custos relacionadas a estrutura operacional e ou administrativa comuns, como por exemplo aqueles relacionados a funcionários cedidos pela patrocinadora, são contabilizados na empresa de acordo com critérios previamente estabelecidos. As receitas e despesas com partes relacionadas são constituídas, principalmente, da operações relacionadas a investimentos mantidos pelos planos, receita de aluguel originada de certos imóveis e contribuições contratadas.

O quadro a seguir apresenta os direitos a receber com partes relacionadas,	om partes relacion	adas, que a Goverr	nança avalia que tai	s valores respeit	que a Governança avalia que tais valores respeitam as condições regulares de mercado.	gulares de merca	ıdo.		
	2016	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	PLANO PETROS NITRIFLEX / LANXESS	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS 2	PLANO TAP	PGA	2017
DEBÊNTURES	110.970	52.626	434	2.925	2.496	43.341	ı	1.782	103.603
Termobahia S.A.	73.033	52.626	434	2.925	2.496	4.370	1	1.782	64.632
Termo Pernambuco S.A.	37.937	1	1	I	1	38.971	ı	1	38.971
AÇÕES	468.344	538,411	80	55	45	55.320	4.097	22	597.957
Petrobras ON	34.717	23.588	•	•	•	22.490	1.668	1	47.746
Petrobras PN	46.783	34.344		1		32.746	2.429	ı	69.520
Termobahia ON	1.186	972	8	55	45	83	ı	22	1.185
TOTVS ON	385.658	479.506		1		1			479.506
IMÓVEIS (LOCAÇÃO)	1.468.101	1.339.802	1	ı	ı	ı	ı	ı	1.339.802
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	11.837.430	12.710.295	1	1	1	1	1	1	12.710.295
Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)	11.437.486	12.281.519	•	1	•	1	1	•	12.281.519
Fundação Petrobras de Seg. Social (Petros)	5.910	7.543	•	•	1	ı	ı	1	7.543
Petrobras Distribuidora S.A (BR)	394.034	421.233	•	'	•	1	1	1	421.233

12 REFLEXOS NA PETROS DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações em outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações especificas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do pais, entre eles a Fundação. Apresentamos a seguir informações sobre as principais investigações em curso

a. Investigação da Petrobras na Petros

Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em m 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Petros, a partir da solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, autorizou a realização de inspeção na Entidade, sendo os trabalhos conduzidos pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe Advogados e Gibson, Dunn & Crutcher LLP, contratados exclusivamente pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos, em prejuízo daquela contratante. Nesse contexto, a Petros vem acompanhando e se informando dessa inspeção com o objetivo de avaliar efeitos ou consequências para a Entidade, bem como tomar providências que sejam

Em paralelo, a Diretoria Executiva da Petros instaurou comissões internas de apuração para identificação de danos à Petros objetivando determinar responsáveis e medidas cabíveis de ressarcimento (vide nota explicativa 10(f)).

A Entidade já tem refletido em seus livros os impactos contábeis dos fatos e circunstâncias até aqui conhecidos. No entanto, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem com razoável segurança o desfecho das investigações em curso e, portanto, chamamos a atenção para o fato de as demonstrações contábeis da Entidade não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas investigações.

b. Inquérito da Polícia Federal

Tramita na Polícia Federal do Paraná o inquérito nº IPL 0119/2015-5-SR/DPF/PR, que tem como objeto investigar atos praticados relacionados ao investimento na CCB de Indústria Metais do Vale (CNPJ nº 06.249.342/0001-26) e ao Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo I (CNPJ nº 12.240.738/0001-30). A Petros não figura no referido inquérito policial como entidade investigada, tendo sido instada nos anos de 2015 e 2016 a fornecer informações sobre os referidos investimentos. A Diretoria Executiva da Petros aprovou os investimentos citados em 24 de março de 2005 e em 02 de dezembro de 2010.

c. Relatório CPI do Fundos de Pensão

Com a conclusão da CPI dos Fundos de Pensão pela Câmara dos Deputados, o relatório final foi encaminhado ao Ministério Público Federal que deu continuidade as apurações, não trazendo nenhum reflexo direto para a Petros. De qualquer sorte, a Fundação promoveu alteração na sua governança e na sua estrutura de controle de risco, além de adotar medidas administrativas no sentido de apurar a responsabilidade de agentes e ex-dirigentes que participaram do processo decisório dos investimentos citados no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão. A Petros também estuda a viabilidade de ajuizamento de ação indenizatória visando a reparação de eventuais prejuízos sofridos. A Fundação vem colaborando com o Ministério Público Federal na apuração dos fatos apresentados no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão prestando todos os esclarecimentos solicitados e disponibilizando as informações requeridas.

d. Procedimento Investigatório Criminal (PCI) - 1.30.001.002097/2016-66

O procedimento investigatório criminal nº 1.30.001.002097/2016-66, que apurava a possível prática do crime de gestão fraudulenta por ex-dirigentes da Petros relativo à aquisição de debêntures, emitidas pela empresa Galileo SPE Gestora de Recebíveis S.A., e que teve origem nas informações contidas no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão, foi convertido

na Ação Penal nº 0017642-26.2014.4.02.51.01 (2014.51.01.017642-9) em 01 de julho de 2016. A Petros não é parte na referida Ação Penal.

e. Operação Greenfield

A Operação Greenfield deflagrada em 05 de setembro de 2016 continua em curso. Até a presente data, a Petros não tomou conhecimento de de eventual ação penal ajuizada em face de dirigentes ou ex-dirigentes da Petros. A Fundação tem colaborado com as investigações fornecendo todas as informações e documentos solicitados pelo Ministério Público Federal, tendo contratado o Escritório David Rechulski Advogados para defender os interesses da Fundação no procedimento investigativo e nas eventuais ações penais que venham a ser ajuizadas.

f. Instauração de Comissões Internas de Apuração

Desde 2015, a Diretoria Executiva da Petros determinou a instauração de certas comissões internas ("CIAs") objetivando a apuração de danos à Petros.

Seque quadro resumo dos últimos três anos:

	2015	2016	2017	TOTAL
CIAs Instauradas	6	2	12	20
CIAs Concluídas ou em Fase de Conclusão	5	2	10	17
CIAs em Andamento	1	0	2	3

Em setembro de 2017 foi implementado o Canal de Denúncias Anônimo visando ampliar as possibilidades de obtenção de informações importantes às apurações internas.

Em outubro de 2017, a Petros instituiu o Comitê de Condutas Éticas e Gestor de Comissões Internas – COMCEG, formado pelos gerentes executivos da Auditoria Interna, Ouvidoria, Riscos/Conformidade/Controles Internos e Jurídico, com o objetivo de robustecer, aprimorar, normatizar, padronizar e acelerar o processo de apurações internas bem como sua gestão de consequências na Fundação.

Em novembro de 2017, 24 empregados da Petros realizaram, treinamento técnico em investigações corporativas ministrado por profissionais externos especializados em auditoria forense.

Visando maior especialização, padronização, celeridade e qualidade dos produtos gerados por esses trabalhos, a equipe de Auditoria Interna vem sendo reestruturada de forma a a contar com equipe dedicada à realização das apurações internas.

Adicionalmente, quando necessário e ou solicitado, a Petros encaminha aos órgãos reguladores, Ministério Público e autoridade policial, reclamações e representações com objetivo de instar a apuração de eventuais irregularidades. Nesse mesmo sentido, em exercícios anteriores, a administração formalizou junto a Comissão de Valores Mobiliários requerimentos para abertura de processos administrativos para apuração de eventuais irregularidades cometidas por gestores e administradores de fundos de investimento nos quais a Fundação realizou prejuízos. Os trabalhos da administração estão cobrindo, também, informações relacionadas a investimentos da Fundação, citados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão e respectivos Procedimento Investigatório Criminal (PIC), e ou Inquéritos da Polícia Federal.

g. Acordo Judicial FIP Enseada

Foi celebrado em novembro de 2017, acordo de reparação entre o Banco Bradesco S.A., o Ministério Público Federal e os demais cotistas do FIP Enseada perante o Juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, tendo sua homologação ocorrida em 14/12/2017. Por conta do referido acordo a Petros foi ressarcida pelo valor de R\$ 37.684.

12 EVENTOS SUBSEOUENTES

a. FIP Florestal

Ultrapassado o período de vedação à negociação de valores mobiliários após 90 (dias) de cada subscrição, no dia 05 de fevereiro de 2018, a Petros realizou a segunda etapa da venda do saldo remanescente de cotas que detinha no FIP Florestal, e que correspondia a 0,025% do total de cotas do fundo, para a CA Invest, subsidiária da companhia Paper Excellence. O montante recebido naquela data foi de R\$ 19.500.

b. Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras

A cisão do Plano Petros Sistema Petrobras, entre participantes e assistidos repactuados e não-repactuados, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.3.1, foi aprovada pela Previc por meio do processo nº

44011.000227/2014-13 com publicação no D.O.U de 19 de fevereiro de 2018. A administração possui prazo de 90 (noventa) dias para concluir todos os procedimentos decorrentes deste processo, contados a partir da data efetiva da cisão, que foi definida sendo 31 de março de 2018.

WALTER MENDES DE OLIVEIRA FILHO

Presidente CPF 686.596.528-00

LEILA BATISTA MELLO

Contadora CRC- RJ 087.554/O-1 CPF 851.537.027-15

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício 2017

Parecer nº 003/2018

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social, e consoante a letra "j" do item 17, do anexo "C" da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31/10/2011, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2017, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais e pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa KPMG. Apresentamos a seguir os pontos relevantes que dão sustentação a conclusão do presente Parecer.

I - PRELIMINARES

O Conselho Fiscal da Petros reconhece que a atual administração vem envidando os melhores esforços para aprimorar o fluxo de informações, bem como o atendimento às demandas e recomendações deste Conselho.

Da parte deste Colegiado, ao final deste parecer, cumprindo nossas obrigações estatutárias e legais, estaremos apresentando uma série de recomendações que julgamos necessárias serem atendidas para que mudanças importantes na Fundação sejam realizadas a tempo. Entretanto, quaisquer mudanças, para que sejam efetivas e positivas, devem ser acompanhadas por uma decisão da principal Patrocinadora – a Petrobras – em buscar entendimento, principalmente, em relação à investigação, avaliação, mensuração e consequente pagamento dos passivos apontados neste parecer e, de forma combinada, pela manutenção de postura garantidora de uma gestão independente e autônoma da Fundação.

1. Do Parecer da Auditoria Independente:

Considerando a Carta dos Auditores Independentes de 08/03/2018, que encaminhou a minuta do Parecer Final – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2017, apresentado a este Conselho em 20/02/2018.

Considerando que a emissão do Parecer Final – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2017, em formato final e assinado, está condicionada à aprovação das Demonstrações Contábeis

pelo Conselho Deliberativo da Petros, em atendimento a NBC TA 700 e à Resolução CNPC nº 08.

Considerando a carta PRES-057/2018, de 07/03/2018, informando que a consolidação das informações ocorreu em 02/03/2018, tendo base nas Demonstrações Financeiras disponibilizadas em 24/02/2018, que não foram objeto de modificação material.

Considerando o Parecer JUR-054/2018 da Gerência Jurídica da Fundação, que se manifestou sobre as Normas aplicáveis ao processo de aprovação das Demonstrações Contábeis.

No entendimento do Conselho Fiscal, a minuta do Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela KPMG cumpre a exigência do Conselho Federal de Contabilidade e da PREVIC.

1.1 Opinião com Ressalva

"Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros ("Fundação", "Entidade" ou "Petros"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC."

1.2 Ressalva

• Depósitos judiciais/recursais e do exigível contingencial

"Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4 e 7, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 apresentam nas rubricas de depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial os montantes consolidados de R\$ 2.326 milhões e de R\$ 4.216 milhões, respectivamente (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas). No decorrer do exercício de 2017, a Administração efetuou a conciliação dos depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias, assim como o processo de revisão das provisões das ações judiciais em conjunto com os seus assessores jurídicos, visando a atualização da expectativa de perda e reconheceu integralmente no exercício corrente um ajuste de aproximadamente R\$ 490 milhões referente a exercício anteriores dos quais R\$ 1.616 milhão (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas) foram realizados na rubrica de depósitos judiciais/recursais e R\$ 1.126 milhão (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas) relativos ao exiaível contingencial. Em decorrência desse assunto, o déficit técnico acumulado consolidado apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social está apresentando a maior em R\$ 490 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva."

1.3 Ênfases

• Situação patrimonial do plano de benefícios Petros Ultrafértil – Incertezas sobre os Planos de Equacionamentos dos Déficits

"Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis que descreve que desde o exercício de 2014 o Plano Petros Ultrafértil vem acumulando déficits que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis não estão sendo equacionados, embora estejam acima do limite definido na Resolução CGPC nº. 26/2009 e atualizações, devido ao atendimento aos pleitos das patrocinadoras, conforme descrito com mais detalhes na referida nota. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

· Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que a cisão do Plano Petros Sistema Petrobras foi aprovada pela PREVIC em 14 de fevereiro de 2018 e a administração possui prazo de noventa dias para concluir todos os procedimentos relacionados a esse assunto, que se encerra em 15 de maio de 2018. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

· Alocação do custo administrativo dos planos de benefícios

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2.6 às demonstrações contábeis que descreve que a Fundação adota a metodologia de custeio e apuração dos gastos administrativos, conforme aprovado em 10 de dezembro de 2015 pelo Conselho Deliberativo, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas", como tentativa de equilíbrio do custeio dos fundos.

No entanto, os percentuais de contribuições definidos junto as patrocinadoras por meio de convênios de adesão e regulamentos dos respectivos planos, não têm sido suficientes para absorver o montante destinado ao rateio das despesas da Fundação, e consequentemente essa diferença tem sido custeada temporariamente pelos planos em situação superavitária (nota explicativa nº 8.2.2).

Visando o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo dos planos administrados pela Fundação, foi submetida à PREVIC, proposição de um termo de ajustamento de conduta (TAC). Em consonância com os propósitos definidos no referido termo, a Administração da Petros iniciou processo de revisão e discussão com as patrocinadoras de forma a promover a alteração nos regulamentos dos planos. Consequentemente, o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo, e o atendimento ao termo de ajustamento e conduta, dependem da finalização do processo de discussão junto as patrocinadoras, alteração nos regulamentos e aprovação dos respectivos regulamentos pela PREVIC. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

• Reflexos na Petros das investigações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis que descreve que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações especificas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do pais, entre eles a Fundação.

Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"), autorizou a realização de inspeção pelos escritórios de advocacia, contratados pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petrobras. A Entidade vem acompanhando esse trabalho com o objetivo de estar informada em relação aos seus possíveis efeitos ou implicações, a fim de tomar as providencias necessárias.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

1.4 Outros Assuntos

"O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, apresentados com valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 21 de março de 2017, contendo modificações em relação aos seguintes assuntos: (i) processo de conciliação e ausência de confirmação formal dos Depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias; (ii) limitação em decorrência do não acesso a administração e as informações financeiras auditadas atuais dos fundos investidos não exclusivos; (iii) insuficiências de composições dos valores e documentações apresentadas pela administração para o ativo realizável e exigível operacional do plano gestão administrativa; (iv) equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo dos planos de benefícios, e o respectivo atendimento ao termo de ajustamento e conduta junto a PREVIC; (v) efeito do ajuste prospectivo da avaliação do investimento a valor justo na Litel Participações S.A.; (vi) limitação em razão da ausência de laudo de avaliação do valor justo dos investimentos nas empresas Multiner S.A. e Eldorado Brasil e Celulose S.A.; (vii) ausência de análise de crédito e provisão para determinados títulos de crédito privado (aplicado por meio de cotas de fundo exclusivo); e (viii) análise amostral de processos indicando avaliações diferentes da expectativa de perda em relação ao registro contábil do exigível contingencial."

1.5 Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar

- CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis."

1.6 Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios

"Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos."

II – PONTOS RELEVANTES COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Destacamos as informações mais relevantes na opinião deste Conselho contidas nas Demonstrações Financeiras conforme Notas Explicativas

1. Equacionamento do Déficit do Plano Sistema Petrobras

A redução do déficit técnico acumulado do Plano Petros do Sistema Petrobras em R\$ 23.286.553 milhões corresponde ao Plano do Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado até 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17 de agosto de 2017. Segundo a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas atualizações, o plano de equacionamento de déficit deve ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente ao que o déficit técnico acumulado seja superior ao limite definido na referida norma. Excepcionalmente, em decorrência das alterações da Governança da Petros ocorridas ao final de 2016, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC preventivo. O TAC foi elaborado pela Petros e aprovado pela Diretoria Colegiada daquela Superintendência em 2 de maio de 2017, com o prazo de 850 dias da publicação no Diário Oficial da União, para que o Plano de Equacionamento do Déficit fosse elaborado e aprovado.

O Plano de Equacionamento (PED) aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 581, item 1, de 17 de agosto de 2017, será iniciado em 2018, tendo em vista parecer favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, conforme comunicado pelas patrocinadoras Petrobras e BR Distribuidora.

Considerações do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal encaminhou a carta CF-004/2018, de 24/01/2018, ao Conselho Deliberativo, propondo que aquele Colegiado efetuasse gestão junto à Patrocinadora para que fosse apresentado pela Petros, com a concordância das patrocinadoras Petrobras e Petrobras Distribuidora, um pedido de suspensão temporária do atual Processo de Equacionamento do Déficit Técnico, contido no TAC e assinado pela Petros e PREVIC, objetivando o tratamento prévio das seguintes questões: (i) finalização do processo de recadastramento de participantes; (ii) reavaliação do passivo atuarial; (iii) avaliação do estudo técnico elaborado pela assessoria da Federação única dos Petroleiros - FUP, que demonstra um possível subsídio da ordem de R\$ 3,5 bilhões atribuído aos pós-70, considerando a ausência desse aporte pela patrocinadora Petrobras; (iv) cobrança às Patrocinadoras das suas dívidas e respectivos impactos atuariais; (v) avaliação da possibilidade de firmar um novo acordo semelhante ao Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR de 2008, no qual a patrocinadora reconheceria o saldo da dívida da Ação Cível Pública – ACP da 18ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro e outros.

Especificamente em relação à reavaliação do passivo atuarial (auditoria das hipóteses atuariais e de benefícios), apesar deste Colegiado ter requerido a contratação de empresa especializada para realizar essa auditoria específica no decorrer de 2017, com o objetivo de dissipar eventuais possíveis não conformidades existentes, a auditoria ainda não foi realizada, estando prevista a sua contratação para o ano de 2018. Assim sendo, resta prejudicada a análise detalhada das hipóteses atuariais e de benefícios do passivo atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Petros, uma vez que os procedimentos de auditoria adotados pela KPMG não contemplam todos os elementos requeridos por este Conselho, consubstanciados no Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (principais hipóteses atuariais biométricas, econômicas e financeiras, composição familiar, entre outras), adotadas para cada Plano de Benefício.

2. Ações judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano Petros do Sistema Petrobras

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Petros passou a figurar no polo passivo em 14 ações judiciais, sendo que em 8 (oito) delas, os participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras pleiteiam que na eventualidade da necessidade de ratear os prejuízos de manter o Plano, que seja declarada exclusivamente a responsabilidade solidária entre a Patrocinadora e a Petros como administradora do Fundo no pagamento pelo equacionamento.

Existem ações judicias propostas pela (a) FUP (Federação única dos Petroleiros), (b) pelo Sindicato dos Petroleiros e São Paulo; c) de Pernambuco/ Paraíba, (d) de São José dos Campos e (e) da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET questionando a legalidade do Plano de Equacionamento do PPSP

No âmbito do Juízo da Comarca de São Paulo, em ação ajuizada pelo Sindicato dos Petroleiros de São Paulo, foi deferida tutela antecipada no sentido de que a Petros se abstenha de promover o equacionamento do déficit técnico do PPSP pelo seu valor total, eis que possível o seu equacionamento apenas pelo valor excedente do limite técnico. A Petros já ingressou com medidas judiciais a fim de reverter a concessão da tutela antecipada.

No âmbito do Juízo da Comarca de São José dos Campos, foi concedida liminar determinando que a Petros de se abstenha de efetuar descontos adicionais e extraordinários a título de equacionamento do plano PPSP.

Foi impetrado mandado de segurança por grupo de 75 (setenta e cinco) participantes do PPSP no âmbito do Juízo da Comarca do Rio de Janeiro, visando a suspensão da cobrança das contribuições extraordinárias referente ao equacionamento do déficit acumulado de 2015. Em fevereiro/2018, o mandado de segurança foi julgado improcedente.

3. Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano Petros Ultrafértil

Existem duas novas ações judiciais em face da Petros requerendo a suspensão do equacionamento do Plano Ultrafértil: (1) demanda judicial proposta pela Associação dos Trabalhadores aposentados e Pensionistas da Ultrafértil do Estado de São Paulo -ASTAUL, teve tutela concedida no sentido da Petros se abster de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao plano de equacionamento. A Petros ingressou com medidas judiciais a fim de reverter a tutela. A liminar está sendo cumprida pela Petros, no sentido que abster de cobrar os descontos para este grupo de participantes; e (2) ação proposta por participantes individuais, mas a tutela de urgência não foi deferida pelo juízo.

Considerações do Conselho Fiscal sobre as ações judiciais do PED

Complementarmente, destacamos que tramitam várias outras ações judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano Petros Ultrafértil e Plano Petros do Sistema Petrobras.

4. Cisão do Plano Sistema Petrobras

A Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras, entre participantes e assistidos repactuados e não-repactuados, foi solicitada pela Petróleo Brasileiro S.A., visando dar cumprimento à decisão da Diretoria Executiva daquela Patrocinadora, em decorrência de compromissos relativos à Petros assumidos no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho 2011 daguela Compa-

O processo de Cisão do citado Plano foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, Ata 462, de 19 de julho de 2012, e Ata 478, de 01 de agosto de 2013, e pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, Ofícios nº 34/DEST-MP, de 16 de janeiro de 2014, e nº 262/DEST-MP, de 13 de março de 2014.

Em 11 de abril de 2014, a Petros encaminhou à PREVIC o processo relacionado à proposta de cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP. Desde então, em função das exigências realizadas por aquela Autarquia, a Petros vem procedendo ajustes no referido processo. Em 04 de abril de 2016, a Petros encaminhou a PREVIC o parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP.

As propostas dos regulamentos do Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados e Repactuados, assim como a proposta do Termo de Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras foram reencaminhadas a PREVIC em 06 de outubro de 2016 e em 07 de fevereiro de 2017, em atendimento às exigências apresentadas por aquela Autarquia por meio do Ofício nº1465/ CGTR/DITEC/PREVIC, de 24 de junho de 2016 e do Ofício nº 3722/CGTR/ DITEC/PREVIC, de 29 de novembro de 2016. Em 05 de junho de 2017, a Petros concluiu o envio a PREVIC de todos os documentos do processo de Cisão, assinados pelas Patrocinadoras dos Planos, incluindo a comprovação de legitimidade de seus representantes legais.

5. Demandas Judiciais

Exigível contingencial

As provisões para contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais e outras não vinculadas a processos judiciais, onde a administração identifique eventuais riscos prováveis de incorrer em perdas patrimoniais.

A seguir, é apresentado demonstrativo contendo a evolução do "Exigível Contingencial", entre os exercícios:

• contingências passivas com probabilidade de perda possível

As contingências passivas decorrentes de processos judiciais, em que a Governança da Petros considera a probabilidade de perdas para a Entidade como possíveis, e que não requerem o registro contábil da provisão, estão a seguir resumidas:

	·	
PLANO DE BENEFÍCIOS	2017	2016
Plano Petros Sistema Petrobras	2.056.687	1.060.017
Plano Petros PQU	4.668	3.802
Plano Petros Braskem	41.223	35.273
Plano Petros COPESUL	27.907	27.388
Plano Petros Lanxess	42.812	15.740
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.901	575
Plano Petros Ultrafértil	9.861	10.614
Plano Petros 2	14.220	12.881
Plano Transpetro	240	1.420
Plano TAPMEPrev	1.170	430
Plano PQU Previdência	4.668	-
Plano ANAPARprev	1.670	2.670
Plano CROprev	240	-
Plano CRAprev	240	19
Plano FENAJprev	120	32
Plano FIEPEprev	-	566
Plano Liquigás	144	150
Plano PTAprev	120	50
Plano SIMEPREV	361	54
Plano Triunfo Vida	-	50
Plano Prevtran (*)	120	151
Plano PreviContas	120	50
Gestão Administrativa	71.501	282.037
Total	2.280.993	1.453.969

(*) Plano transferido.

Considerações do Conselho Fiscal

Verificamos que houve um crescimento no Exigível Contingencial (demandas judiciais no status de provável) da Gestão Previdencial (Planos) de 1,62%. O maior crescimento foi verificado no Plano Petros do Sistema Petrobras com 5,24%. O Exigível Contingencial representa um comprometimento de 5,10% do Patrimônio Social, em 2016 o comprometimento era de 5,20%.

Houve um crescimento no Passivo Contingente (demandas judiciais no status de possíveis) de 57%. O crescimento verificado no Plano Petros do Sistema Petrobras foi de 94%.

Se considerarmos o Exigível Contingencial e adicionarmos as Contingências Passivas, no Plano Sistema Petrobras as demandas judiciais alcancariam o montante de R\$ 5.851.565 mil, comprometendo o seu Ativo Líquido em 10%.

Constatou-se um aumento significativo do risco jurídico do Plano Petros do Sistema Petrobras em especial pelas novas demandas relacionadas ao equacionamento do déficit.

6. Avaliação de Ativos de Investimentos

• Ativos sem cotação em Mercado Ativo

A Petros investe, direta e indiretamente, em ações de empresas cujas ações não são cotadas em bolsa de valores e não possuem negociação frequente em mercado ativo. Tais investimentos são avaliados por meio de modelos de precificação com a finalidade de apresentar o valor justo destes investimentos. Dado a metodologia e premissas utilizadas nesses modelos, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quanto da sua efetiva realização financeira. Eventuais ajustes são reconhecidos, diretamente com o consequente efeito no resultado dos planos atrelados a esses investimentos, e indiretamente por meio do ajuste no valor da cota do Fundo investimento.

A tabela a seguir apresenta a precificação adotada para os ativos sem cotação em mercado ativo:

					AQUISIÇÕES BAIXAS		
	2015	AQUISIÇÕES	RESULTADO	2016	TRANSFERÊNCIA	RESULTADO	2017
Ações (carteira própria)							
Fiago ON	55	-	(55)	-	-	-	-
Invitel Legacy ON	34	-	(15)	19	-	(13)	6
Litel ON/PNA (*) (iii)	26	-	4	30	2.652.486	142.795	2.795.311
Newtel ON	2.834	-	(2.430)	404	-	35	439
Invepar ON/PN (i)	2.357.396	-	(677.941)	1.679.455	-	(215.981)	1.463.474
Norte Energia ON (ii)	660.358	400.000	(687.797)	372.561	115.800	235.424	723.785
Termobahia ON	1.186	-	-	1.186	-		1.186
Total	3.021.889	400.000	(1.368.234)	2.053.655	2.768.286	162.260	4.984.201
Fundos de Investimentos							
FIA Carteira Ativa III (Litel(*)	2.588.844	-	403.242	2.992.086	- 3.003.465	11.379	-
FIP Florestal (Eldorado) (iv)	1.559.616	-	(744.566)	815.050	- 665.281	(149.757)	11
FIP Multiner (v)	308.272	-	(235.503)	72.769	-	(59.211)	13.558
FIP Caixa Barcelona (vii) (**)	97.121	-	31.480	128.601	- 68.587	135.317	195.331
FIP Sondas (Sete Brasil) (vi)	61	571	(498)	134	-	(306)	(172)
Total	4.553.914	571	(545.845)	4.008.640	(3.737.333)	(62.578)	208.728

Considerações do Conselho Fiscal

Observa-se que esses ativos continuam sendo de volatilidade significativa, ocasionando perdas recorrentes.

Investimentos Imobiliários

Carteira de imóveis e impacto da reavaliação de imóveis.

DESCRIÇÃO	2017	2016	IMPACTO RESULTADO (REAVALIAÇÃO) (1)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO	PLANO BENEFÍCIO
Terrenos	10.108	11.103	(995)			
IGUATEMI FORTALEZA T	10.108	11.103	(995)	В	27/09/2017	PPSP
Aluguéis e Rendas	4.291.371	4.652.232	(364.695)			
Locadas a Patrocinador (es)	1.347.874	1.488.872	(128.297)			
CONJUNTO PITUBA	85.004	88.280	(3.276)	Α	14/06/2017	PPSP
EDIFICIO OURO NEGRO PATROC	54.080	60.650	(6.570)	Α	23/01/2017	PPSP
EDIFICIO PAULISTA 500	27.199	30.780	(3.581)	Α	23/02/2017	PPSP
HORTA BARBOSA	246.029	277.402	(31.373)	В	05/10/2017	PPSP
PARK AVENUE	849	860	(11)	В	11/04/2017	PPSP
PAULISTA 500 - UNIDADES 91, 92, 93 E 94	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSP
PORTO BRASILIS - 2º E 3º ANDARES	29.682	40.239	(10.557)	A	31/05/2017	PPSP
CONJUNTO PITUBA – AMPLIAÇÃO (1)	883.361	954.500	(71.139)	A	16/06/2017	PPSP
CONTAS A RECEBER	8.070	20.771	(71.133)	Α.	10/00/2017	1131
Locadas a Terceiros	2.484.507	2.683.066	(215.300)			
BUSINESS PARK JUNDIAÍ-ITUPEVA	374.412	345.027	29.385	Α	28/02/2017	PPSP
CENTRO COMERCIAL E EMPRESARIAL JUBRAN	100.353	104.084	(3.731)	A	07/11/2017	PP2
CENTRO EMPRES. S.P.	38.397	48.447	(10.050)	A	17/04/2017	PPSP
CENTRO EMPRES. VARIG	37.219	56.161	, ,	^ C	09/02/2017	
			(18.942)			(3)
CENTRO EMPRESARIAL ARAGUAIA II	102.994	107.097	(4.103)	С	25/09/2017	PPSP
CENTRO SÉCULO XXI	17.124	21.759	(4.635)	C	22/02/2017	Ultrafértil
COND INDL LOG ALFREDO BRAZ	38.484	40.110	(1.626)	В	10/04/2017	PP2
CONDOMÍNIO CENTRO LOGÍSTICO RAPOSO	455.784	481.704	(25.920)	В	31/03/2017	PPSP
CONDOMÍNIO EMPRESARIAL RODOANEL	71.184	80.938	(9.754)	Α.	28/04/2017	PP2
CONTINENTAL SQUARE	69.044	79.688	(10.644)	Α	28/02/2017	PPSP
ED. PETROS-LOJA	16.320	22.000	(5.680)	В	20/02/2017	Ultrafértil
EDIFICIO OURO NEGRO TERC.	32.406	36.343	(3.937)	Α	23/01/2017	PPSP
HIPER BOMPRECO BAHIA	49.000	51.570	(2.570)	В	31/03/2017	PPSP
HIPER BOMPRECO NATAL	64.099	61.100	2.999	Α	11/09/2017	PP2
HIPER BON MARCHE	13.400	13.600	(200)	В	12/11/2017	Nitriflex
HIPER CASA FORTE	86.460	83.278	3.182	В	27/07/2017	PPSP
LAVRADIO 162	92.922	108.711	(15.789)	A	20/04/2017	PPSP
MONTEIRO LOBATO	19.424	20.209	(785)	В	10/04/2017	PPSP
OAB	7.594	8.078	(484)	Α	28/03/2017	Lanxess
PAULISTA 500	40.486	42.774	(2.288)	Α	23/02/2017	PPSP
PAULISTA 500 - UNIDADES 31,32,33 E 34	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSP
PAULISTA 500 - UNIDADES 51,52,53 E 54	13.600	15.390	(1.790)	Α	23/02/2017	PPSP
PORTO BRASILIS	191.897	257.551	(65.654)	Α	31/05/2017	PPSP
RIO OFFICE PARK 4	4.620	6.543	(1.923)	В	20/02/2017	(4)
RIO OFFICE PARK 5	18.885	20.992	(2.107)	В	20/02/2017	(5)
SAO LUIZ (TORRE IV)	91.324	120.960	(29.636)	В	20/02/2017	(6)
SÃO PAULO HEADQUARTERS I	358.018	370.772	(12.754)	В	20/02/2017	PPSP
TENDTUDO	23.800	37.872	(14.072)	В	31/07/2017	PP2
CONTAS A RECEBER	41.658	24.918				
Renda de Participações	458.991	480.294	(21.097)			
IGUATEMI FORTALEZA	144.227	154.159	(9.932)	В	27/09/2017	PPSP
IGUATEMI FORTALEZA EXPANSAO	27.472	29.364	(1.892)	В	27/09/2017	PPSP
SHOPPING DEL REY	60.079	71.700	(11.621)	В	07/06/2017	(7)
SHOPPING VITORIA	91.130	90.360	770	В	22/12/2017	PPSP
SHOPPING VITORIA-EXP	58.420	47.980	10.440	В	22/12/2017	PPSP
IGUATEMI FORTALEZA - EXPANSAO II	77.664	86.525	(8.861)	В	27/09/2017	PPSP
CONTAS A RECEBER	-	206	(31)		–	
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	997	1.268				

⁽¹⁾ Somatório não inclui Contas a Receber

⁽²⁾ A unidade 84 do Ed. São Luiz foi alienada em 26 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 7.320, impactando o resultado R\$ 295 negativamente.

⁽³⁾ Centro Empresarial Varig está alocado nos planos PPSP, Ultrafértil e Lanxess.

⁽⁴⁾ Rio Office Park 4 (ROP 4) está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil, Lanxess, Nitriflex e PGA.

⁽⁵⁾ Rio Office Park 5 (ROP 5) está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil e PGA.

⁽⁶⁾ Ed. São Luiz está alocado nos planos PPSP, Ultrafértil, Lanxess e PGA.

⁽⁷⁾ Shopping Del Rey está alocado nos planos PPSP, PP2, Ultrafértil, Lanxess, Nitriflex e PGA.

Considerações do Conselho Fiscal

O resultado da reavaliação de 2017 impactou negativamente o resultado consolidado em R\$ 386.787 mil, reduzindo o valor patrimonial dos Investimentos Imobiliários em 7,45%, com maior impacto no Plano Petros Sistema Petrobras.

7. Termos de Compromisso Financeiros em 2017

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2017, os valores do realizável e do resultado das contribuições contratadas com as patrocinadoras do Plano Petros Sistema Petrobras, já devidamente atualizado e deduzido dos valores recebidos e considerando os valores do Ajuste Atuarial, que corresponde à diferença entre os valores dos TCF que seriam contabilizados e os valores reavaliados em 31 de dezembro de 2017, conforme definido nos referidos instrumentos contratuais:

TERMOS DE COMPROMISSOS	31 DE DEZEMBRO DE 2016	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO 2017	IMPACTO ATUARIAL	31 DE DEZEMBRO DE 2017
Pré-70	6.315.470	(384.164)	553.589	30.239	6.515.134
Petrobras	6.315.470	(384.164)	553.589	30.239	6.515.134
FAT_FC	2.729.809	(162.534)	239.488	-	2.806.763
Petrobras	2.486.290	(148.035)	218.124	-	2.556.379
BR	243.519	(14.499)	21.364	-	250.384
Diferença de Pensão	2.792.151	(166.072)	244.966	127.779	2.998.824
Petrobras	2.635.726	(156.739)	231.244	120.623	2.830.854
BR	150.515	(8.981)	13.204	6.463	161.201
Petros	5.910	(352)	518	693	6.769
Total	11.837.430	(712.770)	1.038.043	158.018	12.320.721

Os valores dos Termos de Compromisso Financeiro são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pro-rata die, acrescido de juros de 6% (seis por cento). Em razão da natureza atuarial inerente aos compromissos objeto do "Termo de Compromisso Financeiro Diferenca de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré-70", no último dia de cada exercício os compromissos neles previstos sofrerão um ajuste atuarial, apurado considerando os regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais e demais procedimentos técnicos adotados para as avaliações atuariais anuais do Plano Petros Sistema Petrobras, de forma a refletir efetivamente a natureza atuarial do compromisso contratado.

Variação 2017/2016:

R% Mil

TOTAIS	R\$ 12.320.721	R\$ 11.837.430	R\$ 483.291
PENSÃO	R\$ 2.998.824	R\$ 2.792.151	R\$ 206.673
FAT-FC	R\$ 2.806.763	R\$ 2.729.809	R\$ 76.954
PRÉ-70	R\$ 6.515.134	R\$ 6.315.470	R\$ 199.664
TERMOS DE COMPROMISSOS	31/12/2017	31/12/2016	Variação

Considerações do Conselho Fiscal

Observa-se variação patrimonial líquida positiva de R\$ 483.291 mil, cujo registro foi impactado positivamente no resultado do plano, com recebimento no montante de R\$ 712.770 mil.

8. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Fundos Administrativos

Em consonância com as informações apresentadas na Nota Explicativa 1.2.8, a Entidade adota a metodologia de custeio e apuração dos gastos administrativos, conforme aprovado em 10 de dezembro de 2015 pelo Conselho Deliberativo, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas", como tentativa de equilíbrio do custeio dos fundos.

A Petros tem realizado estudos e simulações no sentido de endereçar os deseguilíbrios financeiros dos planos em situação deficitária. Considerando que alguns planos encontram-se capazes de suportar apenas parcialmente o montante destinado ao rateio das despesas administrativas da Fundação, essa diferença tem sido custeada temporariamente pelos planos em situação superavitária.

Como parte dos procedimentos implementados, para fins de governança corporativa, o modelo utilizado passa a ser revisado anualmente, de forma a permitir discussões junto às patrocinadoras e eventuais alterações nos regulamentos, tempestivamente. Em linha com o processo de negociação junto as patrocinadoras, encontra-se apresentado como segue:

DESCRIÇÃO	PLANOS PATROCINADOS	PLANOS INSTITUÍDOS
Negociações concluídas/definidas		
– Regulamentos alterados	10	-
– Regulamentos em processo de alteração	10	1
– Planos em processo de transferência, encerramento ou retirada de patrocínio	18	1
Negociações em andamento	1	77

Desta forma, o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo, e o respectivo atendimento ao termo de ajustamento e conduta, dependem da finalização do processo de discussão junto as patrocinadoras, alteração nos regulamentos e aprovação dos respectivos regulamentos pela PREVIC.

Adicionalmente, em atendimento a demanda do Conselho Deliberativo, a Petros protocolou perante à PREVIC proposta de rerratificação de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para endereçar esta situação. Igualmente, a Petros tem realizando ações junto às Patrocinadoras e Participantes desses planos no sentido de alinhar as contribuições ao montante necessário para rateio das despesas administrativos da Fundação (com consequente alteração dos respectivos regulamentos).

Por fim, a Petros instaurou comissão interna de apuração para investigar eventuais irregularidades e apurar responsabilidades no tocante ao custeio administrativo (nota explicativa 1.2.6).

Fundos Administrativos	8.2.2	869.706	34.503	(88.493)	815.715
Plano Petros do Sistema Petrobras	5	732.113	-	(88.228)	643.885
Plano Triunfo Vida		-	1.692	-	1.692
Plano TERMOprev		3	7	-	10
Plano Petros 2		133.275	32.778	-	166.053
Plano TAPMEPrev		3.919	-	(265)	3.654
Plano EldoradoPrev		396	26	-	422

Considerações do Conselho Fiscal

Em 2017 foi mantida a situação de financiamento dos déficits administrativos dos Planos de Benefícios pelos Fundos Administrativos dos Planos Sistema Petrobras - PPSP e Petros-2.

R% Mil

PLANOS	2017	2016	2015	2014	Var:17/16	Var:17/14
Sistema Petrobras	R\$ 643.885	R\$ 732.113	R\$ 756.925	R\$ 870.923	-12%	-26%
PETROS 2	R\$ 166.053	R\$ 133.275	R\$ 93.734	R\$ 64.617	25%	157%
TAPMEPREV	R\$ 3.654	R\$ 3.919	R\$ 4.372	R\$ 5.066	-7%	-28%
outros	R\$ 2.123	R\$ 399	R\$ 144	R\$ -	432%	0%
Totais	R\$ 815.715	R\$ 869.706	R\$ 855.175	R\$ 940.606	-6%	-13%

Verifica-se uma redução de 6% do Fundo Administrativo do PGA em relação a 2016 e de 13% no período de 2014 a 2017.

Especificamente quanto ao PGA do Fundo Administrativo do Plano Sistema Petrobras – PPSP observa-se uma redução de 12% em relação a 2016 e de 26% em relação a 2014. Financeiramente o impacto negativo é da ordem de R\$ 227 milhões no período de 2014 a 2017. O desequilíbrio entre receitas e despesas, somada à utilização inapropriada dos recursos dos fundos administrativos de dois planos (PPSP e PP-2) pelos planos deficitários coloca em risco a perenidade do Fundo Administrativo daqueles planos.

Salienta-se que o TAC que foi proposto a PREVIC para saneamento dos riscos citados ainda não foi efetivado e implementado. Portanto a situação verificada em 2017 e nos exercícios anteriores continuam irregulares.

9. Resultados dos Planos e Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas no Plano na Avaliação Atuarial de 2017:

Destacamos que os planos Petros do Sistema Petrobras e Ultrafértil encontram-se em déficit atuarial, estando os demais Planos de Benefícios solventes e em equilíbrio patrimonial e atuarial.

9.1 Plano Petros Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Sistema Petrobras apresenta uma insuficiência patrimonial de R\$ 3.998.456 mil (R\$ 26.787.359 mil em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

Análise do Resultado do Plano

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor: Em R\$ mil

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		59.903.029
2.	Provisões Matemáticas		63.901.485
2.1	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		91.182.400
2.3.	A Constituir		(27.280.915)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(3.998.456)
3.1	Déficit Técnico		(4.376.699)
3.2	Resultados a Realizar		378.243
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(3.998.456)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	6,26%
7.	Duração do Passivo em anos		12,82
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(5.636.111)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	8,82%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	-
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	19,23

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício e a constituição da conta Provisão Matemática A Constituir referente ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado Negativo de R\$ 3.998.456 mil equivalente a 6,26% das Provisões Matemáticas.

A redução do déficit técnico acumulado do Plano Petros do Sistema Petrobras em R\$ 23.286.553mil corresponde ao Plano do Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado até 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17 de agosto de 2017. Segundo a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas atualizações, o plano de equacionamento de déficit deve ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente ao que o déficit técnico acumulado seja superior ao limite definido na referida norma. Excepcionalmente, em decorrência das alterações da Governança da Petros ocorridas ao final de 2016, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preventivo. O TAC foi elaborado pela Petros e aprovado pela Diretoria Colegiada daquela Superintendência em 02 de maio de 2017, com o prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias para seu cumprimento, contados a partir de 19 de junho de 2017, data da publicação no Diário Oficial da União, para que o Plano de Equacionamento do Déficit fosse elaborado e aprovado.

O Plano de Equacionamento (PED) aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 581, item 1, de 17 de agosto de 2017, será iniciado em 2018, tendo em vista que a Petros foi comunicada pela patrocinadora Petrobras (30 de janeiro de 2018) e BR Distribuidora (31 de janeiro de 2018) que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) já apresentou parecer favorável aprovando o PED referente ao exercício de 2015.

Plano Petros Sistema Petrobras

Premissa	2016	2017
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina suavizada em 10%	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual	5,85%	5,70%
	Petrobras: 1,524 % a.a.	Petrobras: 1,187 % a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	BR: 2,170% a.a.	BR: 1,610% a.a.
	Petros: 2,600% a.a.	Petros: 1,970% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
	Fase Ativa: Família Média Petros (i)	Fase Ativa: Família Média Petros (ii)
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

⁽i) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(83 - x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

⁽ii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 21 - máximo [(76- x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 do Plano Petros do Sistema Petrobras foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conformes Atas DE 2285 e DE 2288, de 29 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018, respectivamente, bem como pelo Conselho Deliberativo, Atas CD 600 e CD 601, de 5 de janeiro de 2018 e de 24 de janeiro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-263/2017, GAP-301/2017 e GAP-020/2018, de 29 de novembro de 2017, de 26 de dezembro de 2017 e de 18 de janeiro de 2018, respectivamente. Cabe registrar que a PREVIC se manifestou favoravelmente a adoção da premissa financeira de Taxa Real de Juros Anual de 5,70% a.a., mediante à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A Petros encaminhou a minuta do TAC à PREVIC em 08 de fevereiro de 2018, cumprindo assim a condicionante para a aprovação.

As hipóteses e premissas aplicadas foram analisadas por este Conselho Fiscal em Parecer específico, onde fazemos destaque para a proposta de taxa de juros decrescente (que deverá ser realizada a partir de um TAC -Termo de Ajustamento de Conduta), com a redução de 0,10% ao ano até a avaliação atuarial de 2020, quando a taxa de juros proposta equivaleria a 5,40% ao ano. Este Conselho Fiscal identificou a existência de justificativa técnica para a adoção da escala, com a demonstração do valor do impacto na redução anual da premissa de taxa de juros no Plano.

9.2 Plano Petros Ultrafértil

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano Petros Ultrafértil apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 224.693 mil (R\$ 166.976 mil em 31 de dezembro de 2016).

9.2.1 Análise do Resultado do Plano

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em

Fm R\$ mil

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		748.574
2.	Provisões Matemáticas		973.264
2.1.	Contribuição Definida		-
2.2.	Benefício Definido		1.413.707
2.3.	A Constituir		(440.440)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(224.693)
3.1.	Superávit/Déficit Técnico		(244.395)
3.2.	Resultados a Realizar		19.702
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(224.693)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	23,09%
7.	Duração do Passivo em anos		12,19
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(79.711)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2.2)	9,19%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilibrio Técnico Ajustado - LDTA)}	(144.982)
11.	Prazo de Equacionamento em anos	1,5 x Duração do Passivo	18,29

O Plano Petros Ultrafértil registra o Equilíbrio Técnico de R\$ 224.693 mil, equivalente a 23,09% das Provisões Matemáticas do Plano, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 79.711 mil, assim, seria necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de déficit técnico durante o exercício de 2018, dentro dos preceitos da Resolução CGPC Nº 26 de 2008 e suas alterações.

Entretanto, é importante considerar que o plano já apresentou resultado deficitário no encerramento do exercício de 2016 acima do LTDA. No entanto, diante da informação que a Vale S.A., na qualidade de acionista controladora da Patrocinadora Vale Fertilizantes S.A., irá apresentar proposta de encerramento de toda e qualquer discussão sobre sua participação no Plano, a Petros solicitou à PREVIC a prorrogação do prazo de aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2016, em 12 de dezembro de 2017, e obteve a prorrogação de 60 dias.

A implementação do referido Plano de Equacionamento de 2016 irá alterar a solvência do plano, sendo necessária nova análise para avaliar a necessidade de novo equacionamento a ser elaborado e aprovado durante 2018

Os Planos de Equacionamento referentes aos exercícios de 2014 e 2015 do Plano Petros Ultrafértil foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Petros, na reunião de 22 de dezembro de 2016, tendo os seus reflexos registrados na conta Provisão Matemática a Constituir desde 31 de dezembro de 2016.

A cobrança das contribuições extraordinárias referentes aos Planos de Equacionamento de 2014 e 2015 deveria ter sido implementada na folha de pagamentos de março de 2017. No entanto, em 16 de março de 2017, a Petros, atendendo ao pleito das patrocinadoras, solicitou à PREVIC a postergação em 90 dias para início da cobrança das contribuições extraordinárias, com o objetivo de buscar outros meios de racionalizar o resultado com o menor impacto possível para os participantes e assistidos através de negociações com as patrocinadoras - dívida decorrente da introdução dos novos índices de atualização (FAT) e reajuste de benefício (FC) - Art. 48, inciso VIII do Regulamento do Plano Petros Ultrafértil. A PREVIC deferiu o pedido de postergação do início da cobrança das contribuições extraordinárias referentes aos planos de equacionamento de 2014 e 2015.

Em decorrência da complexidade dos cálculos, da avaliação de documentos desde 1984 e, ainda, da dificuldade na obtenção dos dados necessários à apuração exata do valor devido pelas Patrocinadoras do Plano (FAT/FC), o prazo de postergação concedido pela PREVIC se mostrou insuficiente, sendo necessário novo pedido de postergação do início da cobrança das contribuições extraordinárias, que foi concedido em 3 de julho de 2017.

A cobrança das contribuições extraordinárias iria ser implementada na folha de pagamentos de outubro de 2017. Entretanto, em 11 de outubro de 2017, a Vale S.A., solicitou prazo de 90 dias, como última tentativa de formalizar uma proposta para encerrar a participação da Patrocinadora no Plano Petros Ultrafértil. De acordo com a Vale S.A., a referida proposta abarcará, inclusive, a questão do equacionamento do déficit técnico relativa ao montante que é de sua responsabilidade, colocando fim, também, na demanda judicial que versa sobre a cobrança de obrigações relativas às parcelas denominadas FAT/FC, bem como do processo de retirada de patrocínio. Em 25 de outubro de 2017, a PREVIC não concedeu o prazo de 90 dias solicitado, mas, por se tratar de situação excepcional e levando-se em conta as razões apresentadas, determinou que até o final do exercício de 2017 a Petros encaminhasse ao Escritório de Representação do Rio de Janeiro da PREVIC - ERRJ a comprovação de que o plano de equacionamento de 2014 e 2015, já aprovado, tenha sido devidamente implementado e as contribuições extraordinárias vertidas ao Plano.

Em 20 de outubro de 2017, o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Santos/ SP concedeu Tutela Antecipada, em ação ajuizada pela Associação dos trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Ultrafértil do Estado de São Paulo (processo nº 1029423-58.2017.8.26.0562), que determinou que a Petros se abstenha de promover os descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao Plano de Equacionamento. Dessa forma, a cobrança das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafértil estão suspensas.

Quanto à cobrança das contribuições extraordinárias referentes às Patrocinadoras Vale Fertilizantes S.A. e Ultrafértil S.A já foram iniciadas em dezembro de 2017, contudo, para a Araucária Nitrogenados S.A. não foi possível a cobrança uma vez que a Petros ainda não recebeu a manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Fstatais - SEST

Com relação ao valor devido pelas patrocinadoras para cumprimento do dispositivo regulamentar do Plano Petros Ultrafértil referente ao compromisso do FAT/FC, a Petros avaliou e informou às patrocinadoras o impacto do FAT/FC equivalente ao total de R\$ 492.859, sendo R\$ 91.414 referente ao FAT e R\$ 401.445 referente ao FC, posicionados em 31 de dezembro de 2016.

Plano Petros Ultrafértil

PREMISSA	2016	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	5,35%	5,35%
	Araucária: 1,524%	Araucária: 1,187%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Ultrafertil: 0,00%	Ultrafertil: 0,00%
	Vale Fertilizantes: 0,00%	Vale Fertilizantes: 0,775%
Taxa anual de crescimento real de benefício	0,00%	0,00%
His face as how a Consequistic Feedback Developing	Fase Ativa: Família Média Petros (iii)	Fase Ativa: Família Média Petros (iv)
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(iii) Proporção de participantes casados de 95%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 24 - máximo [(83 - x)/2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

(iv) Proporção de participantes casados de 95%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por z = 21 - máximo [(76- x) /2; 0)], sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2017 dos Planos Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess e Petros Ultrafértil foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2265, item 11, de 3 de outubro de 2017, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata CD 593, item 1, de 24 de novembro de 2017, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-218/2017 e GAP-249/2017, de 22 de setembro de 2017 e de 21 de novembro de 2017, respectivamente.

Considerações do Conselho Fiscal

Este Colegiado em atendimento ao artigo 3°, subitem 4.5.1, inciso III da Resolução CNPC n° 015/2014, e Instrução PREVIC n° 023/2015, apresentou a sua manifestação, exclusivamente, para o Estudo de Aderência das Hipóteses das Tábuas Biométricas e para a Taxa de Juros, para cada Plano de Benefícios, na forma requerida pela legislação pertinente, conforme Parecer CF nº 001/2018.

III - RECOMENDAÇÕES

Fm Atendimento

a) RMNR AGOSTO DE 2007 A SETEMBRO DE 2011

O Conselho Fiscal recomendou à Petros que fosse revisada a proposta de contrato da dívida, verificando previamente e comprovando junto à Patrocinadora se houve ou não, por parte da Patrocinadora, desconto em folha dos referidos valores dos participantes ativos sem que houvesse repasse destes valores à Petros, impossibilitando o parcelamento da dívida.

A Petros está efetuando gestão junto a Patrocinadora com o objetivo de concluir o documento que irá operacionalizar o recebimento dos valores acordados pela Petrobras e a Petros, no ano de 2017, conforme previsto no Termo de Confissão de Dívida firmado em 24/11/2016.

b) REVISÃO DO CADASTRO DO PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS E DO PLANO PETROS-2

A iniciativa da Petros em realizar recadastramento dos planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP) e Plano Petros 2 (PP-2) foi comunicada ao Conselho Fiscal através do memorando PRES-309/2017 de 15/02/2017, colocando uma expectativa importante para superação das possíveis inconsistências cadastrais. Apesar da perspectiva de conclusão para o final do exercício de 2017, os trabalhos têm previsão de encerramento no decorrer de 2018

Tal recomendação de revisão do cadastro dos Planos citados, foi realizada por esse Conselho Fiscal considerando as análises e atestos sobre os controles dos riscos atuariais em atendimento ao item 13 Resolução CNPC 015/2014, que este Colegiado realizou em Parecer específico.

c) GASTOS COM AÇÕES JUDICIAIS E RECURSOS **PROCRASTINATÓRIOS**

No decorrer do ano de 2017, foi revisada a classificação dos processos judiciais e está avaliando mudança em seus procedimentos que permitam efetuar acordos judiciais. Este Conselho Fiscal recomenda a elaboração de um manual de procedimentos de classificação de risco considerando os níveis: provável, possível e remoto, bem como a metodologia para precificação dos processos judiciais, além de uma política de acordos judiciais com as respectivas alçadas e monitoramento dos riscos jurídicos.

Adicionalmente, registra que o Conselho Deliberativo aprovou a cobrança regressiva das ações onde a Fundação tem sido há anos condenada solidariamente com as patrocinadoras.

Assim, a Petros iniciou as devidas ações para recuperação desses valores.

d) AUDITORIA DE INVESTIMENTOS

O Conselho Fiscal observou iniciativas da Diretoria Executiva em constituir Comissões Internas de Apuração das possíveis falhas e fraudes observadas em diversos investimentos, inclusive com o encaminhamento das conclusões para a Comissão de Valores Mobiliários e Ministério Público, quando cabível, e atuação de colaboração das investigações em curso que envolvem ativos da Petros.

Tais iniciativas vem em linha com as recomendações realizadas por este Conselho Fiscal na realização de auditoria em alguns investimentos e na recuperação dos investimentos que decorreram em *default*.

e) ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E ELEIÇÃO PARA DIRETORES

O Conselho Deliberativo aprovou as alterações estatutárias solicitadas pela PREVIC. O processo encontra-se naquela instituição para avaliação e posterior entrada em vigor.

Ainda encontra-se pendente, a questão da paridade de gestão na Diretoria da Fundação, através da eleição de diretores pelos seus participantes e assistidos.

Sendo assim, recomendamos a adoção de medidas que permitam a eliminação dessa pendência, conforme o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) celebrado entre a Petros, a Petrobras e a FUP.

f) RECOMENDAÇÃO DE COBRANÇA DA DÍVIDA DO FAT/FC PÓS 2006

A Petros efetuou estudos da metodologia para apuração do cálculo do FAT/FC, tendo submetido o trabalho à validação dos atuários externos do plano, ainda pendente de retorno.

Após validação da metodologia pelo atuário externo, os aspectos legais da cobrança serão submetidos à avaliação da área jurídica.

g) ORÇAMENTO E UTILIZAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Em 2017, a Petros intensificou as negociações de revisão do custeio administrativo junto aos patrocinadores e instituidores dos planos administrados pela Petros, tendo sido concluídas junto aos seguintes Planos: SULGÁSPREV, MISTO SANASA, IBAPREV, GASPREV, PETRO_RG e FIEPEPREV. Dentre estes, os dois últimos optaram pela transferência de gestão para uma outra entidade de previdência complementar e, desta forma, não permanecerão na Petros.

Em relação aos planos instituídos, exceto para IBAPREV e ADUANAPREV (em processo de transferência de gestão) foram realizadas ações que visam à reunião desses planos em um único plano Multi-instituido.

Além disso, foi aprovado no Conselho Deliberativo Termo de Ajustamento de Conduta que está sob análise da PREVIC. A proposta visa que todo o plano administrado pela fundação tenha fundo administrativo (PGA) suficiente para cobrir todas as despesas com os participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) de seu respectivo plano.

Adicionalmente foi implementado o orçamento Base Zero, buscando a otimização e redução das despesas administrativas da Fundação.

O Conselho Fiscal recomenda a implantação tempestiva das medidas previstas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pela Petros, junto à PREVIC, para garantia de prazos e correção das distorções nos últimos 10 anos.

h) RISCO DE INVESTIMENTOS ATRELADOS ÀS PATROCINADORAS E SEUS CONTROLADORES

A Petros aprovou a Política de Conflito de Interesses e está elaborando

a Política para Transações com Partes Relacionadas que aborda o tema.

Não obstante, o Conselho Fiscal mantém a recomendação para a elaboração de normativos que contemplem os procedimentos internos regulando a celebração de contratos de ativos cuja composição acionária envolva as patrocinadoras dos seus planos de benefícios, suas subsidiárias e seus sócios controladores, mitigando o risco da Petros.

i) RISCO DE INVESTIMENTOS ATRELADOS ÀS CONTRAPARTES

A Petros aprovou a Política de Conflito de Interesses e está elaborando a Política para Transações com Partes Relacionadas que aborda o tema.

Não obstante, o Conselho Fiscal mantém a recomendação para a elaboração de normativos que comtemplem os procedimentos internos proibindo a Fundação de estabelecer contratos de ativos cuja composição acionária envolva gestores de ativos da Fundação.

j) ATENDIMENTO A RECOMENDAÇÕES DE RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA PATROCINADORA PETROBRAS

O Conselho Fiscal foi informado que todas as recomendações realizadas pela auditoria interna da Petrobras estão em tratamento e suas evoluções são informadas periodicamente para a patrocinadora, tendo sido implantado um procedimento de melhorias, buscando alcançar celeridade e atendimento total dessas recomendações, onde qualquer alteração de prazo necessita de autorização do presidente da Fundação.

Não Atendidas:

O Conselho Fiscal da Petros reafirma as recomendações não atendidas, contidas nos pareceres anteriores, e inclui novas recomendações, a saber:

a) AUDITORIA E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO DOS TERMOS DE COMPROMISSOS FINANCEIROS

O Conselho Fiscal reitera sua recomendação de realização de uma auditoria independente em que sejam adotados procedimentos de acompanhamento/controle do desenvolvimento dos valores referentes aos Termos de Compromissos Financeiros (TCFs).

b) CONSISTÊNCIA DAS PREMISSAS ATUARIAIS DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS

O Conselho Fiscal recomenda a obtenção de parecer jurídico externo para avaliar as premissas de crescimento real de benefícios concedidos em função do ganho real dos salários da ativa, tendo em vista conclusões do parecer do atuário que identificou crescimento de 0,81% acima do estimado no exercício 2015 e de (0%) nos dois últimos exercícios.

c) GRUPO 78/79

O Conselho Fiscal recomenda que seja avaliado/mensurado o impacto da implantação da concessão de benefício antecipadamente aos 53 anos para o grupo de participantes que aderiu ao Plano Petros do Sistema Petrobras entre 23/01/1978 e 26/02/1979. O Conselho Deliberativo da Petros concedeu este benefício a todos os participantes deste grupo que repactuaram. Ocorre que tal concessão não foi custeada por aporte da Patrocinadora.

d) ACORDO DOS NÍVEIS

Recomendamos que seja avaliado/mensurado o impacto da implantação do Acordo de Níveis fechado entre a patrocinadora Petrobras e os sindicatos na ocasião do Acordo Coletivo de 2013 que provocou a criação de um Fundo Previdencial de cerca de R\$ 3 bilhões, incorporado no fechamento de 2015 ao patrimônio do PPSP. No entender do Conselho Fiscal, o Fundo Previdencial deveria ser constituído pelas patrocinadoras e não pelo patrimônio dos demais participantes, como vem ocorrendo.

e) AÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDAS NA 18ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO

O Conselho Fiscal recomenda que sejam avaliadas/mensuradas as dívidas que estão sendo cobradas por entidades representativas dos participantes e assistidos da Fundação, envolvendo, entre outras, a implantação do primeiro programa de incentivo a aposentadoria (SOPÃO), na década de 90, tendo sido concedida a aposentadoria com 30 anos de contribuição previdenciária, quando a previsão atuarial da Petros considerava um mínimo de 32 anos de contribuição, considerando inclusive os reflexos deste no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP).

f) CISÃO DO PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS

Recomendamos que seja realizado, com a maior brevidade possível, um estudo com o objetivo de demonstrar que a Cisão não provoca prejuízos para cada submassa, bem como não há riscos envolvidos, além do impacto no déficit atuarial, tendo em vista que a data efetiva da Cisão está definida como sendo 31/03/2018.

g) AUDITORIA DO PASSIVO ATUARIAL (AUDITORIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS E DE BENEFÍCIOS)

O Conselho fiscal recomenda contratação de uma auditoria específica relativa as hipóteses atuariais e de benefícios, apesar deste Colegiado ter requerido a contratação de empresa especializada para realizar essa auditoria específica no decorrer de 2017, com o objetivo de dissipar eventuais possíveis não conformidades existentes, a auditoria ainda não foi realizada. Lembramos que os procedimentos de auditoria adotados pela KPMG não contemplam todos os elementos requeridos por este Conselho, consubstanciados no Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (principais hipóteses atuariais - biométricas, econômicas e financeiras, composição familiar, entre outras), adotadas para cada Plano de Benefício.

"49. Recomenda-se a realização periódica de auditorias atuariais e de benefícios nos planos de benefícios, devendo ser realizadas por atuário devidamente habilitado, que não tenha elaborado avaliação atuarial no plano a ser auditado nos últimos três exercícios."

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos a situação patrimonial em 2017, continuam impactadas pelas perdas com investimentos e as reavaliações das demandas judiciais contra a Fundação, com maiores reflexos no Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP, que está fechando o exercício social com déficit de R\$ 4,4 bilhões, independentemente do Plano de Equacionamento do Déficit imposto por meio de TAC.

Cabe ainda destacar que devido às Liminares Judiciais para suspender a cobrança do equacionamento do PPSP, a situação pode se tornar ainda mais gravosa.

Destaca-se também a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com PREVIC, para a Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) por meio da Portaria 139, publicada no Diário Oficial da União no dia 19/02/2018.

Apesar das ações desempenhadas pela Diretoria Executiva da Petros, destaca-se que a Fundação encontra dificuldades para obter sucesso nas cobranças das dívidas das patrocinadoras para com os planos de benefícios administrados pela Petros. Estas dificuldades precisam ser superadas.

O orçamento da Fundação é baseado na premissa da utilização do Fundo Administrativo. Esta premissa traz como consequência um procedimento mantido há anos, no qual se observam despesas maiores que receitas, comprometendo não somente a perenidade da Fundação e de seu plano original (PPSP), como do novo plano (Plano Petros 2).

Em 24/01/2018, o Conselho Deliberativo aprovou a adoção da taxa de juros real de 5,70% para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017 para o Plano do Sistema Petrobras - PPSP, em razão da celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC junto à PREVIC, permitindo assim o seu escalonamento até o ano de 2020.

V-CONCLUSÃO E PARECER

Considerando os pontos relacionados acima e também a ressalva e as ênfases contidas no Parecer do Auditor Independente, KPMG.

Considerando que este Conselho vem reiteradamente solicitando a auditoria das hipóteses atuariais e benefícios (passivo atuarial), para maior transparência e confiabilidade das Demonstrações Contábeis apresentadas.

Este Colegiado, por voto de qualidade do sr. Fernando Leite Siqueira, Presidente do Conselho Fiscal, e pelo voto da sra. conselheira Vânia Lúcia Chaves Ribeiro de Mattos, recomenda:

- A não aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017 do Consolidado da Fundação e Individuais, pelos seguintes motivos, excetuando-se os Planos EldoradoPrev, TAPMEPrev, Termoprev e Triunfo Vida:

- 1. Por limitação de escopo das informações disponibilizadas, notadamente a certificação das hipóteses atuariais e dos benefícios (passivo atuarial) por meio de auditoria especifica requerida por este Conselho e não realizada, conforme preconizado pelo GUIA PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- 2. Alocação do custo administrativo dos planos de benefícios cujos percentuais de contribuições definidos junto às patrocinadoras por meio de convênios de adesão e regulamentos dos respectivos planos, não têm sido suficientes para absorver o montante destinado ao rateio das despesas da Fundação, indicando a incerteza material que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade atuarial da Fundação.

- A não aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício 2017 do Plano Petros Ultrafértil, também considera o seguinte motivo:

1. Incertezas sobre os Planos de Equacionamentos dos Déficits, conforme a nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis que descreve que desde o exercício de 2014 o Plano Petros Ultrafértil vem acumulando déficits que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis não estão sendo equacionados, embora estejam acima do limite definido na Resolução CGPC nº. 26/2009 e atualizações, devido ao atendimento aos pleitos das patrocinadoras, conforme descrito com mais detalhes na referida nota.

Registra-se que os srs. conselheiros José Eduardo Tavares Sobral Pinto e Reinaldo Luz Cêia de Souza são de parecer que as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2017, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo, com a recomendação de aprovação, observadas as seguintes ressalvas:

Ressalvas aplicáveis às Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais, com exceção dos Planos EldoradoPrev, TAPMEPrev, Termoprev e Triunfo Vida:

- 1. Limitação de escopo das informações disponibilizadas, notadamente a certificação das hipóteses atuariais e dos benefícios (passivo atuarial) por meio de auditoria especifica requerida pelo Conselho Fiscal e não realizada, conforme preconizado pelo GUIA PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- 2. Alocação do custo administrativo dos planos de benefícios, cujos percentuais de contribuições definidos junto às patrocinadoras por meio de convênios de adesão e regulamentos dos respectivos planos, não têm sido suficientes para absorver o montante destinado ao rateio das despesas da Fundação, indicando a incerteza material que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Fundação.

• Ressalva aplicável às Demonstrações Contábeis Individuais do Plano Petros Ultrafértil:

1. Situação patrimonial do plano de benefícios Petros Ultrafértil – Incertezas sobre os Planos de Equacionamentos dos Déficits, conforme a nota explicativa nº 8 às Demonstrações Contábeis.

Este Colegiado, por unanimidade, recomenda:

- A aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício 2017 do Plano TAPMEPREV, com ênfase na cobrança da dívida administrativa e o acompanhamento do cumprimento do contrato de dívida pela patrocinadora.
- A aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício 2017 dos Planos EldoradoPrev, Termoprev e Triunfo Vida sem ressalvas.

O Conselho Fiscal recomenda que o presente Parecer seja encaminhado ao Conselho Deliberativo e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em cumprimento ao item 17, letra "J", do anexo "C", da Resolução do CNPC nº 08, de 2011.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018

FERNANDO LEITE SIQUEIRA

Presidente

JOSÉ EDUARDO T. SOBRAL PINTO

Conselheiro

VÂNIA LÚCIA C. R. DE MATTOS

Conselheira

REINALDO LUZ CÊIA DE SOUZA

Conselheiro

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

(ATA 606, ITEM 7, DE 9 DE MARÇO DE 2018)

Demonstrações Contábeis da Petros - Exercício 2017

Decisão: O Conselho Deliberativo, após apreciar o memorando GAF-015/2018, de 06/03/2018, que foi objeto de apreciação na reunião DE 2298, de 06/03/2018 (DE-171/2018), o memorando GAF-013/2018, de 23/02/2018, que foi objeto de apreciação na reunião DE 2296, de 23/02/2018 (DE-153/2018), o memorando GAF-012/2018, de 20/02/2018, que foi objeto de apreciação na reunião DE 2295, de 20/02/2018 (DE-148/2018), e memorando GAF-009/2018, de 08/02/2018, que foi objeto de apreciação na reunião DE 2293, de 09/02/2018 (DE-129/2018), e do Parecer Anual do Conselho Fiscal, conforme carta CF-010/2018, de 08/03/2018, **decidiu:**

- a) aprovar, com voto de qualidade, as Demonstrações Contábeis CONSO-LIDADAS da Petros de 31/12/2017, e as Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 do PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes KPMG, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros;
- b) aprovar, com voto de qualidade, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 dos PLANOS PETROS LANXESS e PETROS ULTRAFÉRTIL de 31/12/2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes KPMG, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros;
- c) aprovar, por maioria de votos, as Demonstrações Contábeis do Exercício 2017 dos Planos ADUANAPREV, ALESAT, CRAPREV, CRCPREV, CROPREV, CULTURAPREV, FENAJPREV, PREV-ESTAT, PREVICONTAS, PREVITÁLIA, PTAPREV, SIMEPREV, SINMED-RJ, ANAPARPREV, CACHOEIRA DOURA-DA, FIEPEPREV, GASPREV, IBAPREV, IBPPREV ASSOCIADOS, LIQUIGÁS, PETRO_RG, PREVFIEPA, PREVIFIEA, REPSOL, SULGASPREV, MISTO SANA-SA, PETROS-2, PETROS NITRIFLEX/LANXESS, PETROS BRASKEM, PETROS COPESUL, PETROS PQU, TRANSPETRO, CONCEPA, TRIUNFO VIDA, COPE-

SULPREV, MANGUINHOS, PREVITTEL e PREVTRAN, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes KPMG, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros;

- d) aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis do Exercício 2017 dos Planos ELDORADOPREV, TERMOPREV e TAPMEPREV, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes KPMG, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros;
- e) determinar à Diretoria Executiva que:

i. elabore plano de ação que contemple o atendimento tempestivo em relação às ênfases apresentadas pela KPMG;

ii. apresente aos Conselhos Deliberativo e Fiscal o andamento das considerações do Conselho Fiscal contidas no item "Recomendações não atendidas" e o status das "Recomendações em andamento" no seu parecer;

 iii. dê continuidade ao processo de conciliação dos Depósitos Judiciais para regularização dos valores;

iv. adote todas as medidas para a obtenção de certificação que garanta mais robustez do seu ambiente de controles internos, apresentando ao CD um plano de ação com os marcos e cronogramas para obtenção desta certificação.

Os conselheiros Ronaldo Tedesco Vilardo e Epaminondas de Souza Mendes consignaram voto contrário à aprovação das alíneas "a", "b" e "c" da presente decisão.

O conselheiro Norton Cardoso Almeida consignou voto contrário à aprovação das alíneas "a" e "b" da presente decisão.

DIRETORIA EXECUTIVA*

Presidente

Walter Mendes

Diretores

Daniel Lima Flávio Castro Henrique Trinckquel

CONSELHO DELIBERATIVO*

Titulares

Afonso Celso Granato Lopes (Presidente) Braulio Licy Gomes de Mello Epaminondas de Souza Mendes José Roberto Esposito Paulo César Chamadoiro Martin Ronaldo Tedesco Vilardo

Suplentes

Leonardo de Almeida Matos Moraes Luiz Carlos da Silva Leão Luiz Carlos Xerxenesky Marcos André dos Santos Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana Norton Cardoso Almeida

CONSELHO FISCAL*

Titulares

Fernando Leite Siqueira (Presidente) José Eduardo Tavares Sobral Pinto Reinaldo Luz Ceia de Souza Vânia Lúcia Chaves Ribeiro de Mattos

Suplentes

João Antônio da Silva Cardoso Patrícia Pinto Mirandola Sampaio Paulo Teixeira Brandão Rodrigo Tiradentes Montechiari

*Posição em 31/12/2017.





